



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS E SABERES NA
AMAZÔNIA



ANDRÉIA DO SOCORRO CRUZ COSTA

**O SISTEMA EDUCATIVO RADIOFÔNICO DE BRAGANÇA E SUAS
IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO
CAMPO**

BRAGANÇA-PA
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS E SABERES NA
AMAZÔNIA

ANDRÉIA DO SOCORRO CRUZ COSTA

**O SISTEMA EDUCATIVO RADIOFÔNICO DE BRAGANÇA E
SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO
CAMPO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, da Universidade Federal do Pará, como requisito final para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Georgina Negrão Kalife Cordeiro

Linha de Pesquisa - Memórias e Saberes Interculturais

BRAGANÇA/PA
2015

ANDREIA DO SOCORRO CRUZ COSTA

**O SISTEMA EDUCATIVO RADIOFÔNICO DE BRAGANÇA E SUAS
IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção de grau de Mestre.

Linha de Pesquisa: Memória e Saberes Interculturais

Apresentado em: ____ / ____ / ____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dra. Georgina Negrão Kalife Cordeiro (UFPA)
Instituição: Universidade Federal do Pará / Instituto de Ciências da Educação - ICED
Campus: Belém/Pará

Prof^o Dr. Salomão Antonio Mufarrej Haje (UFPA)
Instituição: Universidade Federal do Pará / Instituto de Ciências da Educação - ICED
Campus: Belém/Pará

Prof(a). Dr (a). José Guilherme dos Santos Fernandes
Instituição: Universidade Federal do Pará
Campus: Castanhal/Pará

AGRADECIMENTOS

À Deus, minha fortaleza, meu tudo, sem ele, nada sou.

À minha família, a quem me deu a vida, pai Florêncio, mãe Raimunda, minhas irmãs e meu irmão, pelo incentivo durante os momentos mais difíceis.

À minha família, construída com amor e carinho, meu marido Newton Costa e meus filhos, Nayanne, Anderson e Ana Luiza para quem sou exemplo de que os estudos são os melhores degraus para crescer na vida.

À Gestora Irmã Ascensão Lemos, Coordenadora Marlene Sueli e demais colegas da Escola Instituto Santa Teresinha pelo apoio e compreensão nos momentos que mais precisei.

Aos meus amigos, Max Pinheiro e Wanna Celi, suas ajudas e apoio foram imprescindíveis na minha caminhada.

Aos sujeitos da pesquisa, em especial aos professores e funcionários do SERB, e às alunas que sem as suas histórias de vida não seria possível a realização deste trabalho. Agradeço de coração por ter me recebido em suas casas.

À Banca do processo seletivo, Prof. Flávio Leonel, Prof.^a Maria do Socorro Simões, Prof. Peri Petti, meus eternos agradecimentos pela confiança e realização de um sonho.

À Banca de Qualificação, Prof. Dr. Salomão Haje, abrir horizontes faz parte de um dom que só grandes educadores possuem.

À minha orientadora, Professora Georgina Kalife por suas orientações e apoio diante das dificuldades, meu carinho e gratidão.

Ao programa do PPGLS, obrigada pela possibilidade de crescer enquanto ser humana e educadora.

Aos professores do Programa, obrigada pelos conhecimentos adquiridos durante esses anos.

Aos colegas do PPGLS, obrigada pelos momentos de estudos e de alegrias.

(...) A Liberdade da Terra não é assunto de lavradores.

A Liberdade da Terra é assunto de todos.

Quantos não se alimentam do fruto da terra.

Do que vive, sobrevive do salário.

Do que é impedido de ir à escola.

Dos meninos e meninas de rua.

Das prostitutas. Dos ameaçados pela cólera.

Dos que amargam o desemprego.

Dos que recusam a morte do sonho.

A liberdade da Terra e a Paz do campo tem um nome.

Hoje viemos cantar no coração da cidade para que ela ouça

Nossas canções...

(Pedro Tierra)

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01: Dom Eliseu M^a Corolli Jovem

Fotografia 02: Dom Eliseu com as freiras preciosinas e as primeiras alunas do I.S.T.

Fotografia 03: Dom Eliseu bispo e as alunas da turma normal do I.S.T.

Fotografia 04: Inauguração da Rádio Educadora

Fotografia 05: Prédio Inaugurado para funcionar a Rádio Educadora de Bragança

Fotografia 06: Centro de treinamento para formação dos monitores

Fotografia 07: Ex alunos do SERB ouvindo as aulas pelo rádio nas comunidades

Fotografia 08: 3º Treinamento dos Monitores no Centro de Treinamento

Fotografia 09: Atual prédio da rádio Educadora de Bragança

Fotografia 10: Estúdio da Rádio Educadora de Bragança

Fotografia 11: Sala dos professores, sala de informática, cozinha, e biblioteca do SERB

Fotografia 12: Alunas do SERB fazendo provas no I.S.T

Fotografia 13: Livro didáticos pela SEDUC e distribuídos para as alunas da EJA

Fotografia: 14: Alunos do SERB assinando o livro de presença na sala de atendimento

Fotografia 15: Pastas organizadas por disciplinas com provas e apostilas

Fotografia 16: Aula de reforço das Disciplinas de Geografia e Matemática

Fotografia 17: Alunas estudando pelo rádio em suas casas

RESUMO

Esta dissertação fala do sistema radiofônico de Bragança (SERB) e suas implicações na Educação de Jovens e Adultos do Campo. O SERB foi fundado em 12 de novembro de 1960 por D. Eliseu M^a Corolli, inicialmente tinha por objetivo promover a evangelização. Atualmente o SERB funciona em regime de convênio, sendo que o funcionamento das aulas via rádio acontece nos estúdios da Rádio Educadora de Comunicação, ministradas por professores, organizados por disciplinas. Os alunos acompanham as aulas em suas casas utilizando rádio ou celular. Atua com o público de Jovens e Adultos moradores do meio rural e urbano do município de Bragança. Os participantes da pesquisa são seis alunas, sendo quatro da comunidade do Monte Negro e duas da comunidade do Apicum. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, e para a obtenção dos dados foi realizado trabalho de campo com entrevistas semiestruturadas. Como referencial teórico dialogamos com conceitos de memória, EJA, Educação do Campo, Saberes, como: Zumthor (1993); Thompson (1992); Le Goff (1990); Maurice Halbwachs (1990); Rivero (2009); Freire (2000); Capucho (2012); Molina (2004); Candau (2005); Arroyo (2005); Freire (1991), entre outros. Conclui-se que as alunas deram continuidade a seus estudos pela facilidade em conciliar seus serviços domésticos e da agricultura, com o estudo pelo rádio. Dentre os resultados dessa investigação destaca-se o fato de que os conteúdos trabalhados pelos docentes são os mesmos ministrados para os alunos da área urbana, não sendo acessível ou direcionado às condições de vida do campo.

Palavras chave: EJA, Educação do Campo, saberes, SERB.

ABSTRACT

This work deals with the radio system of Bragança (SERB) and its implications for Youth and Adult Education (YAE) of the field. The SERB was founded on November 12, 1960 by D. Elisha M^a Corolli initially aimed to promote evangelization. SERB currently works in partnership arrangements, and the operation of radio lessons happens in the studios of Radio Communication Educator taught by professors, organized by disciplines. Students follow the lessons in their homes using radio or cell phone. It operates with the public youth and adult residents of rural and urban areas of the municipality of Bragança. Survey participants are six students, four of Monte Negro community and two of Apicum community. It is a qualitative research, and to obtain the data was conducted fieldwork with semi-structured interviews. As theoretical dialogued with some memory concepts, YAE, Rural Education, Knowledge as Zumthor (1993); Thompson (1992); Le Goff (1990); Maurice Halbwachs (1990); Rivero (2009); Freire (2000); Capucho (2012); Molina (2004); Candau (2005); Arroyo (2005); Freire (1991), among others. It concluded that the students have continued their studies for the ability to reconcile their domestic services and agriculture, with the study by radio. Another result of this research is the fact that the contents worked by teachers are the same given to students from the urban area, not being accessible or adjusted to the living conditions of the field.

Key words: YAE, rural education, SERB and knowledge.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1º CAPÍTULO - MEMÓRIAS E ATUAÇÃO DO SISTEMA RADIOFÔNICO NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA.....	18
1.1- Inauguração da Rádio Educadora de Bragança.....	23
1.2- As Trilhas da Memória: Os Saberes e Práticas Educativas Vivenciadas Através do Rádio.....	30
1.3- A Prática Educativa do Sistema Radiofônico no município de Bragança.....	37
1.4- O Projeto Político Pedagógico do SERB.....	46
2º CAPÍTULO: SERB: A PRÁTICA EDUCATIVA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	57
2.1- Conceituando Educação de Jovens e Adultos.....	57
2.2- A trajetória da EJA enquanto Educação em Direitos Humanos.....	63
2.3- A concepção de educação do Campo na sociedade brasileira.....	77
2.4- Trajetórias da Educação do Campo e as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo.....	83
2.5- Os Educadores do Campo.....	88
3º CAPÍTULO - SERB: SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO.....	92
3.1- A prática Docente do Professor da EJA que atua no SERB: O rádio enquanto mediador do conhecimento.....	93
3.2- A Educação via rádio: Como acontece a aprendizagem das alunas em suas comunidades.....	100
3.3- Quem são as alunas do rádio?.....	101
3.4- Escolarização: Os Saberes na Educação de Jovens e Adultos das alunas do campo.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120

INTRODUÇÃO

O termo Educação do Campo surge no final da década de 1990, resignificando a proposta educacional para o ambiente rural, a partir dos seus sujeitos e ambientes em meio às suas diversidades cultural, ambiental, territorial, e social. A educação do campo torna-se um posicionamento político criado pelos movimentos sociais do campo e adotado pelas políticas públicas educacionais no início do século XXI, transforma-se em uma bandeira de luta que intenciona transformar a inadequada e perigosa versão urbanocêntrica da “Educação para o rural” e seus abusos políticos-pedagógicos historicamente construídos em uma política educacional pautado na demanda do sujeito do campo.¹

O presente trabalho está organizado em três capítulos discorro no primeiro capítulo sobre o “Sistema Educativo Radiofônico de Bragança; SERB” esboço um percurso histórico, escrevendo um breve relato sobre o fundador do Sistema Radiofônico de Bragança e sua chegada neste município, o início de sua caminhada missionária. (COLARES, 1988). Trato neste tópico da fundação do sistema radiofônico no município de Bragança enquanto organismo das obras da Diocese de Bragança, (LIVRO DO TOMBO, CÚRIA), enquanto data marcante ressalto a Inauguração da Rádio Educadora de Bragança, que na época mobilizou toda a comunidade bragantina, algo novo chegava na cidade e a euforia tomava conta da população (OLIVEIRA,2005). No que tange à importância deste sistema para a comunidade, relato no tópico “SERB, educando e Promovendo valores na Comunidade Bragantina” como este sistema opera somente com o ensino radiofônico da Educação de Jovens e Adultos, no qual as aulas via rádio à distância ocorrem em um estúdio nas dependências da Rádio Educadora AM e FM, a qual funciona como uma sala de aula, onde se permite a distribuição do raio de abrangência das ondas radiofônicas. Em razão desta realidade, os alunos acompanham as aulas em suas casas, utilizando o rádio enquanto mediador da aprendizagem (PANFLETO DO SERB, HISTÓRICO DO SERB).

Pensar a história de vida dos narrados pressupõe pensar a memória como uma faculdade construída cotidianamente e que narrar é um modo de exercitá-la

¹ 24-Revista Marco Social. Do rural ao Campo- Mudanças de paradigmas educacionais. Ludmila Cavalcante.

(BENJAMIN, 1987). Discorro neste capítulo “As trilhas da memória: os saberes adquiridos pelo rádio”, no qual faço uma volta ao passado, à memória, após realizar entrevistas com antigas alunas, e professora do SERB, na década de setenta, apresento as narrativas de um tempo que marcou as lembranças e que voltam no futuro em forma de saudades, tempos difíceis, mas essenciais para a formação profissional. No tópico “Narrativas orais: a aprendizagem através do rádio” utilizo conceitos de (ZUMTHOR, 1993), (PHILIPPE, 2000), (THOMPSON, 1992), (LE GOFF, 1990), (MAURICE HALBWACHS, 1990), trazendo essas narrativas como forma de dar vida ao passado.

Como não seria possível um sistema que utiliza o rádio funcionar em outro lugar a não ser dentro de um ambiente preparado e adaptado, neste item descrevo um tópico sobre o “SERB e a Fundação Educadora de Comunicação (FEC)” inaugurada em 1960, enquanto grupo de mídia que funciona com um portal de Internet: uma emissora local de televisão, um cinema e três emissoras de rádio. Atualmente, o SERB funciona no prédio da Fundação Educadora de Comunicação localizada frente à praça das Bandeiras no Município de Bragança.

Para conhecer como é estruturado física e pedagogicamente o SERB, apresento no tópico “Rádio Educadora e a prática do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança”. a estrutura física idêntica a das escolas regulares, com corpo docente e discente, no entanto, o diferencial é que o SERB funciona como uma escola semipresencial, mas tem características de escola regular.

No segundo capítulo, discorro conceitos sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) enquanto fazer educativo que há muitos anos esteve voltado para o Sistema Educacional na perspectiva de campanhas e do voluntarismo. No entanto, com o tempo, ela passou a caminhar junto aos movimentos populares e organizados da sociedade civil, fazendo parte atualmente do Sistema Educacional do nosso país, em que o aprender a ler, a contar, a escrever está associado a etapas que permitem o acesso aos direitos políticos, econômicos e culturais, afetando ou modificando a forma como o poder está repartido na sociedade. (RIVERO, 2009), (FREIRE, 2000).

Enquanto direito adquirido aos camponeses, ressalto as Diretrizes Curriculares Nacionais de EJA (Brasil, 2000) exemplificando os componentes curriculares consequentes ao modelo pedagógico próprio da educação de jovens e adultos e expressos nas propostas pedagógicas das unidades educacionais que

obedecerão aos princípios, aos objetivos e às diretrizes curriculares tais como formulados no Parecer CNE/CEB11/2000, que acompanha a presente Resolução e as orientações próprias dos sistemas de ensino. Partindo da concepção de que não existe necessariamente uma “idade certa” para aprender, a idade adulta deve ser entendida como uma das fases de desenvolvimento do homem que possibilita maior capacidade de reflexão sobre o conhecimento e sobre seus próprios processos de aprendizagem, (LAFFIN, 2012)

A partir dessas garantias enquanto modalidade faz-se necessário perguntar: E quem são esses alunos que procuram a EJA? Na realidade, esse sujeito que procura EJA depois de vários anos fora da escola é alguém que acredita que pode melhorar sua condição de vida, que almeja mudar seu futuro, que além das dificuldades enfrentadas do seu dia, acredita que a educação faz a diferença. (OLIVEIRA, 2012). No tópico “A trajetória da EJA enquanto Educação em Direitos Humanos”, discorro sobre o papel e desafio da educação orientada para defesa dos direitos humanos para que se promova uma educação com respeito integral aos direitos de todas as pessoas e uma formação cidadã, em que elas possam ser agentes e autores do projeto de uma sociedade livre, igualitária, solidária e socialmente justa – uma sociedade, de fato, democrática, (CAPUCHO, 2012).

Como forma de garantir uma educação em direitos humanos o Ministério da Educação (MEC) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) enfatiza que o “fio” que começa a tecer essa teia é o Documento Final do Seminário Nacional de Educação de Jovens e Adultos, realizado em Natal/RN, no ano de 1996. Orientados pelos princípios de equidade, integração, autonomia, qualidade, flexibilidade e pluralidade, os delegados ao Seminário Nacional de Educação de Jovens e Adultos firmam onze compromissos que destaco como modo de firmar uma educação de qualidade.

Para se entender a trajetória da EJA, apresento de forma sucinta algumas conferências que ocorreram no decorrer desses séculos em diversos países propiciando significativas mudanças e direitos adquiridos no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos.

No tópico “A Concepção de Educação do Campo na Sociedade Brasileira” entende-se que uma das restrições para o alcance da universalização com qualidade e o aumento dos índices de conclusão do ensino fundamental encontra-se relacionada à

efetividade da educação presente no meio rural brasileiro (BOF, 2006). E como os alunos da EJA que estudam através do sistema Radiofônico são alunos das comunidades do Município de Bragança, tais comunidades pertencem ao campo, “campo” até pouco tempo conhecido como “meio rural”, que atualmente vive diversos problemas principalmente no que diz respeito ao acesso à escolarização.

Ao discutir o conceito de educação do campo relaciona-se com uma postura político-pedagógica crítica dialética, dialógica, postulando uma formação “técnica e política” de sujeitos politicamente conscientes. (CANDAU, 2005) e que se efetiva com as Diretrizes Complementares para o atendimento da Educação Básica nas escolas do campo, no qual a escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimentos e cultura, valores e identidades das crianças, adolescentes, jovens e adultos. (ARROYO, 2005), entender que vincular a luta por educação às lutas sociais tem como pressuposto básico de que não há como educar verdadeiramente os sujeitos do campo sem transformar as condições atuais de sua desumanização, assim como a compreensão de que é na própria luta por estas transformações que o processo de humanização é retomado (CALDART, 2004).

(FREIRE, 2007) nos possibilita observar o papel do sistema educacional na sociedade brasileira dentro do processo de mudança, quando identifica a educação como elemento fundamental para o sujeito do campo ou da cidade.

Foram elaboradas e implementadas reformas educacionais que desencadearam alguns documentos fundamentais como: Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a 9394 /96, o Plano Nacional da Educação de 2001 e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Em 2002, foi aprovada a Resolução CNE/CEB Nº. 01 de abril; as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo; consolida assim um importante marco para a história da nossa Educação Brasileira, em especial para a educação do Campo.

No terceiro capítulo, ênfase sobre a prática docente do professor que ministra aulas pelo rádio, ressaltando aspectos direcionados aos conteúdos, organização dessas aulas e recursos utilizados, e o processo avaliativo dos alunos. Apresento como as alunas estudam em suas comunidades, ressaltando como categoria o gênero, uma vez que a maioria são mulheres que estudam pelo rádio e a escolarização mostrando porque escolheram o rádio como forma de acesso mais rápido, pela facilidade em conciliar os trabalhos da roça, tarefas domésticas e seus

estudos. Enquanto perspectivas de futuro, as alunas pretendem estudar para terminar o ensino médio, a fim de ajudar seus filhos nas tarefas escolares ou para permanecer em suas comunidades contribuindo para a melhoria do ambiente. Neste último capítulo, ressalto que os alunos são do campo, mas os professores e conteúdos são do meio urbano, fato percebido pelo sistema que tenta fazer suas adaptações; mas que na realidade necessita de um currículo diferenciado.

Diante do enunciado acima, justifico a pesquisa como relevante devido ao fato de retratar a organização do SERB (Sistema Radiofônico de Bragança) como um instrumento educativo que atende a modalidade da Educação de Jovens e Adultos e as populações rurais que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos, no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio.

A ideia de pesquisar os saberes adquiridos através do rádio surgiu a partir de um diálogo com duas colegas de trabalho acerca de optar em estudar pedagogia pelo PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores²). Uma das professoras solicitava minha opinião em decidir se faria ou não sua inscrição, pois segundo a profissional sua dificuldade era muito grande em termos de conhecimentos e me relatou que sua formação no ensino fundamental ocorreu pelo rádio, muitos anos atrás.

Através desses depoimentos, minha curiosidade foi aguçada no intuito de conhecer como se organizava esse processo educacional, construindo meu projeto de pesquisa baseado nesta temática para submeter ao processo seletivo do mestrado em Linguagem e Saberes da Amazônia (UFPA).

Esse trabalho tem por objetivo investigar as implicações da prática educativa desenvolvida pelo SERB com os saberes, das alunas que vivem no meio rural e estudam na EJA, enquanto conhecimentos construídos e vivenciados nas comunidades, bem como identificar se os saberes adquiridos pelas discentes estão relacionados com os objetivos da EJA e a proposta da educação do campo. Escolhi como Lócus da pesquisa o SERB, localizado no município de Bragança e situado em frente à Praça das Bandeiras. E duas comunidades, sendo a do Monte Negro

² O PARFOR, na modalidade presencial é um Programa emergencial instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e implantado em regime de colaboração entre a Capes, os estados, municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES.

pertencente ao município de Bragança e a do Apicum, pertencente ao município de Tracuateua.

O percurso metodológico da pesquisa

Para a realização da pesquisa, meu primeiro passo foi obter autorização para o acesso ao prédio do SERB, dessa forma, tive acesso à organização escolar do sistema educativo. Assim, procurei a direção do Sistema Radiofônico de Bragança, representado pelas Missionárias da Congregação de Santa Teresinha, irmã Ediane Santana Silveira, solicitando a permissão para realizar a pesquisa de campo, que *a priori* necessitava de uma pesquisa nos documentos da secretaria e da Cúria³. Para adquirir informações a respeito da fundação do Sistema educativo, pedi permissão ao responsável dos arquivos, Pe. Elias que gentilmente entregou em minhas mãos os Livros de Tombo com os acervos documentais da prelazia.

Analisando documentos e fotografias dos alunos com os monitores, foi possível ir conhecendo a trajetória da emissora de rádio no município de Bragança. O Sistema Radiofônico de Bragança (SERB), surge logo em seguida; a criação da rádio iniciou suas atividades atendendo alguns municípios do Estado Pará.

A pesquisa é qualitativa. Em relação ao termo qualitativo Antônio Chizzotti, descreve:

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa. (ANTÔNIO CHIZZOTTI, 2003, p. 221).

Ao terminar a pesquisa na Cúria, retornei com a diretora do SERB, para analisar as fichas de matrículas e ter acesso aos documentos com os nomes dos alunos matriculados na quarta etapa. Encontrei uma turma formada com quarenta

³ Cúria Diocesana, prédio morada do bispo da igreja católica onde se encontra os arquivos da diocese, em específico o Histórico do SERB.

alunos e alunas, decidi escolher quinze nomes aleatoriamente, defini assim o recorte espacial, a comunidade do Montenegro⁴ e a do Apicum⁵ como lócus da pesquisa. Com a lista em mãos, obtive permissão para entrar no estúdio da Rádio Educadora onde se encontra o SERB, antes de iniciar as aulas de matemática fui apresentada no ar pela professora Milena, expus o objetivo da minha pesquisa e os critérios da seleção dos alunos e das comunidades, já que durante a escolha dos nomes, não foi possível encontrar mais de três alunos em uma mesma localidade, havia alunos matriculados, mas com uma quantidade reduzida. Fiquei durante uma semana fazendo a divulgação, com agendamento do dia e hora que estaria na sala dos professores esperando por eles. Torci para que ao menos aparecessem cinco alunas interessadas em saber qual o motivo de terem sido convocadas.

Felizmente, apareceram seis alunas, umas preocupadas em saber por que seus nomes foram chamados; umas com os filhos; outras acompanhadas dos maridos vieram de moto ou de ônibus. E assim, durante uma semana expliquei meu objetivo e agendei datas para visitá-las em suas comunidades, com o intuito de fazer as entrevistas e acompanhá-las no seu dia a dia.

Definido meu objeto de pesquisa, iniciei leituras teóricas sobre conceitos da Educação de Jovens e Adultos, e As Diretrizes Operacionais para a educação do Campo. Paralelo a essas leituras, tive contato com o memorial Dom Eliseu, localizado no prédio da escola Instituto Santa Teresinha, coordenado pela irmã Marilda Teixeira Moreira. Após solicitação para ter acesso aos documentos, encontrei alguns trabalhos de conclusão de curso sobre Dom Eliseu, utilizei enquanto fundamentação o trabalho da irmã Francisca Pantoja intitulado “A História Continua na Arte de Educar nas Terras dos Caetés”, Monografia em Licenciatura e Bacharelado em História-(UFPA) no ano de 1999. A autora faz um relato histórico sobre a vida de Dom Eliseu e sua trajetória enquanto missionário e fundador da Congregação das Missionárias de Santa Teresinha. Outro trabalho utilizado na pesquisa foi dos autores Antônio Carlos, Danilo Augusto e Fernando Cassiano, TCC intitulado “O missionário da Amazônia” (UFPA), no ano 1999, utilizo um trecho de

⁴ O km do Montenegro é uma rodovia que inicia no município de Bragança e termina no município de Santa Luzia do Pará, sendo que inicia no KM 0 e vai até o km 26.

⁵ Esta comunidade faz parte da Flexeira, anteriormente pertencente à Bragança, atualmente faz parte do município de Tracuateua.

uma entrevista realizada pelos autores com Dom Miguel Maria Giambelli, diretor da Rádio educadora e responsável por treinar a equipe que trabalhava no SERB.

Quanto à técnica de pesquisa, optei pela entrevista com um roteiro pré-definido, utilizei um gravador de voz, um caderno de anotações e uma máquina fotográfica. Realizei entrevista com o escritor e professor José Ribamar Gomes de Oliveira em sua residência, ao término, o mesmo me forneceu o material apostilado escrito por ele em 2005: “Conhecendo Bragança.- Associação Sócio Cultural e Recreativa de Bragança.” (ASCUBRA), neste material o autor descreve a história de alguns pontos turísticos, prédios históricos da cidade de Bragança, inclusive sobre o SERB, nas narrativas do professor Ribamar está presente sua longa experiência enquanto funcionário do SERB.

Ao visitar as comunidades realizei entrevistas com quatro alunas da comunidade do Monte Negro e com duas alunas da Comunidade do Apicum, em suas respectivas residências, nas quais fui muito bem acolhida por seus familiares, acompanhando seus trabalhos na roça e as tarefas de casa.

A presente pesquisa apresenta narrativas de professores e das alunas enquanto sujeitos da pesquisa para Gancho (2002, p.06) narrar é uma manifestação que acompanha o homem desde sua origem. As gravações em pedras nos tempos da caverna, por exemplo, são narrações (...) muitas são as possibilidades de narrar, oralmente ou por escrito, em prosa ou verso, usando imagens ou não. As narrativas enquanto modalidade aqui apresentadas valorizam as experiências vivenciadas por cada sujeito.

Realizei para a coleta de dados a pesquisa de campo, no qual fiz a observação direta das aulas via rádio, ministradas pelos professores de todas as disciplinas dentro do estúdio da rádio Educadora e nas residências das alunas. Foram analisados planos de aula, avaliações, livros didáticos utilizados enquanto prática metodológica docente, bem como o PPP (Projeto Político Pedagógico) da instituição radiofônica.

Ao escolher a linha de pesquisa, memórias e saberes interculturais significa a oportunidade de adquirir novos conceitos, novas informações e a apropriação de categorias capazes de fornecer a esta pedagoga e educadora amazônica imbricada na sociedade bragantina a possibilidade de melhor compreender os fenômenos e as relações envolvidas na educação do campo. Desse modo, espera-se que a busca do

conhecimento acerca dessas concepções de educação, de relação escola e práticas educativas, teoria e prática, campo e cidade sejam dimensões culturais vinculadas a uma questão muito maior que é pensar a dimensão formativa das comunidades amazônicas.

1º CAPÍTULO- MEMÓRIAS E ATUAÇÃO DO SISTEMA RADIOFÔNICO NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

Antes de conhecer o processo educacional oferecido pelo Sistema Radiofônico de Bragança (SERB) faz-se necessário identificar quem foi o idealizador desse sistema. Eliseu Elias Ferdinando era o nome completo de D. Eliseu. Nasceu em Castel Nuovo (Piacenza-Itália) em 09 de fevereiro de 1900. Era o quarto dos oito filhos do Senhor Anacleto Ludovico e de dona Maria Molinari, pais camponeses que formavam uma família unida e de origem humilde.

A escolha de ser padre surgiu de um diálogo com sua genitora em que perguntava a mesma como poderia ser feliz de verdade, sua mãe respondia que para ele ser muito feliz teria que ser padre e tinha que ser missionário, e foi do desejo infantil de encontrar a verdadeira felicidade que o levou para o caminho da vocação sacerdotal.

O jovem religioso fez sua profissão solene em 11 de outubro de 1922 em Monza, em Santa Maria do Carrobiolo e completando os estudos de Teologia e Filosofia, chegava ao sacerdócio com apenas 24 anos de idade foi ordenado sacerdote Barnabita. “O sonho que trazia desde criança que queria ser feliz de verdade e como Barnabita queria ser mais feliz ainda, feliz de verdade pediu aos seus superiores que queria ir às missões”. (Colares, 1997, p.25)



Fotografia 01: Dom Eliseu M^a Corolli Jovem

Fonte: Memorial de Dom Eliseu

D. Eliseu Maria Corolli chega a Bragança no dia 05 de agosto, na sede de prelazia, foi recebido com festa pela população e autoridades bragantinas, onde foi

entregue as chaves da cidade pelo Dr. Lobão da Silveira em nome do Sr. Prefeito Municipal, após receber as homenagens do povo em geral, D. Eliseu dirigiu-se à Igreja matriz, onde deu sua benção a todos os presentes.

Dias após sua chegada em Bragança, D. Eliseu vai a Belém buscar as irmãs do Preciosismo Sangue, no dia 12 de agosto de 1938 chegam a Bragança as cinco Freiras que recebem as boas vindas do povo bragantino. As irmãs do Preciosismo Sangue, ao virem para a região, assumiram no contrato com D. Eliseu o cargo de preparar jovens a se tornarem boas catequistas, que depois de consagradas, voltariam aos seus lugares e ficariam responsáveis pela catequese de seu povo, daí a origem da Congregação das Missionárias de Santa Teresinha.

Fotografia 02: Dom Eliseu com as freiras preciosinas e as primeiras alunas



Fonte: Memorial Dom Eliseu

Dom Eliseu, enquanto Administrador Apostólico recebeu das autoridades a incumbência de fundar uma Escola Normal em prol da Educação do município. A escola funcionava com regime de internato para formar moças professoras e catequistas. Depois de consultar os padres da prelazia, através do Conselho, obteve aprovação para efetivar estes empreendimentos, pois os objetivos de evangelização seriam alcançados. Sua ideia inicial foi atingir o interior onde a presença do padre fosse impossibilitada pelo difícil acesso em termos de estradas e de locomoção. Com o intuito de evangelizar os interioranos para o livre exercício da cidadania percebeu que poderia ensinar a ler e escrever, divulgando assim a palavra de Deus através da leitura de textos sagrados.

Fotografia 03: Dom Eliseu já bispo e as alunas da turma normal do IST



Fonte: Memorial Dom Eliseu

A intenção de D. Eliseu em atingir toda a prelazia com a sua ação missionaria, foi concretizada com a inauguração de uma rádio, “para ele o instrumento eficaz de cidadania, tornando o caboclo iletrado das comunidades mais distantes, um cidadão consciente e participante, tendo acesso ao saber divulgado pelas Escolas Radiofônicas”.⁶

A Rádio Educadora de Bragança veio mudar o conceito de distância ampliando as possibilidades de educação. Facilitando o processo de aprendizagem e diminuindo as desigualdades sociais. Na sua carta circular de 24 de fevereiro de 1960, Dom Eliseu explica a importância da fundação da Rádio Educadora para Bragança.

Com graça de Deus e a proteção de Nossa Senhora do Rosário, padroeira de nossa Prelazia, estamos prestes iniciar uma atividade que oferecerá imensas vantagens espirituais e sociais a todos os nossos paroquianos, particularmente aos que moram no interior dos municípios. “Falo da Rádio Educadora de Bragança, que provavelmente, estará no ar para o mês de maio, como homenagem filial à Mãe de Jesus e nossa”. (C.C. 24.03.1960, Livro do tomo III)

Com o objetivo de catequisar nos preceitos religiosos as pessoas das comunidades do município de Bragança D. Eliseu propõe a construção de uma rádio com funções religiosas e educativas que atenda às necessidades de pessoas que vivem em comunidades distantes tanto em nível de comunicação e informação quanto educacional, no qual receberia instrução e se alfabetizaria sem ter necessidade de afastar-se da sua comunidade. Talvez pensando dessa forma o

⁶ Texto retirado do livro COLARES, O Missionário Feliz, Paragominas-PA. ed. São Marcos, 1997

termo “vantagem” é usado no livro do tomo como algo de bom para as comunidades. A construção do SERB transforma-se em necessidade a aquisição de aparelho de rádio. Dom Eliseu, assim expressa: “Melhor que falte a capela do que a voz que instrui, organize e anime nossos católicos”. (Livro do tomo II) e quando questionado a respeito da importância da rádio respondia “Mil vezes melhor um rádio pendurado a uma árvore e os fiéis ao redor ouvindo a palavra de Deus cantando louvores ao altíssimo”. (Livro do tomo II)

Por causa do Concílio Vaticano II Dom Eliseu teve que permanecer em Roma e delegou ao Pe. Miguel os assuntos da Rádio Educadora. Este vai ao Rio de Janeiro para alcançar a aprovação do canal da Rádio. O Pe. Borsani cuidava da construção do prédio da Rádio. Inicia-se a organização das Escolas Radiofônicas com base no modelo de Natal, adaptada à realidade bragantina, principalmente quanto à questão de horários das aulas. Para a aquisição da Rádio seriam necessários CR\$ 8.000,00, antes de maio, CR\$ 500,00 de maio a dezembro e de dezembro em diante CR\$ 10.000,00⁷. Dom Eliseu adiantou os trabalhos para que se pudesse adquiri-la antes de maio. - “Chega à Bragança a aparelhagem da Rádio Educadora e com ela um técnico de São Paulo, no dia 23 de maio de 1960”, disse Dom Eliseu. Nesta época, pela primeira vez, em fase experimental, ainda não autorizada, entrou no ar a Rádio Educadora de Bragança em onda média.

Dom Eliseu retornou ao Rio de Janeiro para solicitar a autorização para a Rádio entrar no ar, dia 12 de novembro, véspera do Círio de Bragança. Retornando do Rio de Janeiro trouxe consigo o Pe. Aluizio Neno, assistente da ação católica em Belém e organizador dos programas radiofônicos, a fim de começar o trabalho de organização dos programas na Rádio.

“O advento da emissora católica iniciou em 1959. No seio da comunidade bragantina residia um assunto permanente: a vida da Rádio Educadora. Nenhum comentário, naquela oportunidade reuniu tantas pessoas para falar sobre o noticiado. O povo queria saber: como seria a Rádio Educadora: local de funcionamento, quem iria trabalhar, uma vez que de radicalismo ninguém sabia nada para estas paragens”. (Prof. Gerson Guimarães in COLARES, p.10)

Como era um assunto novo para os moradores da cidade, os preparativos animavam a população. Bragança viu chegar os aparelhos radiofônicos. As pessoas

⁷ Dados retirados do Livro do tomo II dos Arquivos da Prelazia - de 1947 a 1964.

que estavam mais perto de Dom Eliseu nestas tarefas merecem destaque, como o Pe. Miguel Giambelli – Vigário Geral, as Irmãs Missionárias de Santa Teresinha, tendo como Superiora Geral a Ir. Edith Almeida de Souza, Pe. Luciano Belotti. Pe. Miguel Giambelli participou de intensivos treinamentos na Rádio Aparecida em São Paulo e por isso foi considerado o primeiro radialista da Rádio Educadora.

Conta-nos o Dr. Gerson Guimarães que no princípio do ano de 1960, o ano da fundação da Rádio, esta entrou no ar em sua fase experimental. O radialista era Osvaldo Oliveira, gerente da Caixa Econômica Federal, agência de Bragança. Os trabalhos começavam as 24.h. o povo se reunia em torno de seus rádios para ouvir as músicas programadas. O radialista solicitava que os ouvintes enviassem cartas. Centenas delas chegavam de todos os municípios e de lugares mais distantes da Amazônia. (PANTOJA⁸, 1999. p. 99)

Considerando a época o surgimento de uma rádio mobilizou toda a comunidade Bragantina e as demais regiões próximas ao município. Como afirma Oliveira⁹, o Sistema Radiofônico de Bragança:

É uma entidade filantrópica e de utilidade pública pertencente a diocese de Bragança. Foi criada em 27 de janeiro de 1958 com a finalidade de levar até as comunidades distantes a palavra do evangelho necessário se fez, que o SERB paralelamente a esse trabalho missionário, levasse também aquela gente rude e desassistida no setor educacional, o ler e o escrever. (OLIVEIRA, 2005.p. 42)

A partir dos comentários acima o SERB surge como prioridade de divulgar o evangelho, no entanto, passa a oferecer educação nas comunidades mais distantes, que não tem acesso às escolas próximas as suas residências. Para que essa educação fosse levada às comunidades houve a necessidades de cada paróquia da Prelazia do Guamá contribuir doando uma quantia para que houvesse a aquisição dos primeiros receptores educativos que seriam necessários para que a escola radiofônica fosse ao ar, atendendo assim, todas as comunidades do município.

⁸PANTOJA, Francisca. A História Continua na Arte de Educar nas Terras DOS Caetés, Monografia em Licenciatura e Bacharelado em História-UFPA-1999.

⁹ OLIVEIRA, José Ribamar Gomes de, Conhecendo Bragança. Associação Sócio – cultural e Recreativa de Bragança. Ascubra, Bragança: 2005.

1.1 - Inauguração da Rádio Educadora de Bragança

“A Rádio lhe custou preocupações, despesas, anos de burocracias, sustos em continuação: mas não a deixou perder-se para a Prelazia dispor de um recurso eficaz que promovesse e evangelizasse os seus filhos. Ela também desgastou- lhe grande parte de suas energias, até os últimos anos que passou na terra, a fim de mantê-la e conserva-la. Pe. Vicente De Schiena¹⁰

Conforme o Diário Oficial em anexo,¹¹ do dia 23 de maio de 1960 – Seção I – Parte I – do Gabinete do Ministro da Aviação e Obras Públicas, portaria de 11 de maio de 1960 houve a autorização para o funcionamento da Rádio Educadora de Bragança limitada a instalar a título precário, na cidade de Bragança, Estado do Pará, uma estação radiofônica de frequência tropical com a potência de 1kw, destinada a operar na frequência de 4.945kz em horário limitado. No dia da inauguração da Rádio Educadora, Dom Eliseu encontrava-se no Rio de Janeiro. Dom Alberto Ramos, Arcebispo de Belém, oficiou o evento presidindo as cerimônias de inauguração, (livro do tombo II. p. 72 e 73). Era o dia 12 de novembro de 1960. Finalmente, a concretização da realidade, a inauguração da Rádio Educadora de Bragança – Prefixos ZY1 – 535 OM – na frequência de 1.390 quilohertz e ZYG – 364 em ondas curtas e tropicais, na frequência de 4.825 quilohertz – A Voz Católica da Família Paraense.

Fotografia 04: Inauguração da Rádio Educadora



Fonte: Cúria da Prelazia

¹⁰ COLARES, Teresinha. **Presente em Nossa Vida**, Brasília –DF. Centro Gráfico do Senado Federal, 1988, Vol. I e II.

¹¹ Ver anexo sobre o documento do Diário Oficial.

Chegou o dia 12 de novembro de 1960. Bragança e os municípios da antiga Prelazia do Guamá estavam em festa. Autoridades constituídas, civis e eclesíásticas presentes, vindas de ônibus dos mais distantes municípios da prelazia. Era a inauguração da Rádio Educadora de Bragança. Anunciando uma nova fase de progresso. Afirmaram que Bragança passava a partir daquele dia 12 de novembro, a experimentar dois períodos de sua existência: antes e depois da Rádio. (Educadora Informativo da Diocese) Menos de 24 horas antes da sua inauguração a Rádio Educadora já realizava o seu primeiro teste de transmissão externa. No dia 14 de novembro de 1960, transmitiu o Círio de Nossa Senhora de Nazaré. (Informativo da Diocese)

Na inauguração, Dom Alberto fez a oração do Ângelus. Uma oração de agradecimento a Deus pela fundação da Rádio Educadora de Bragança, o maior instrumento para desenvolver a fé católica nos mais distantes rincões da Amazônia, levando a palavra de Deus aos locais de difícil acesso em que os sacerdotes não teriam condições de alcançar.

Encontra-se nas anotações da prelazia as considerações gerais da inauguração da Rádio Educadora de Bragança.

“A característica principal deste ano de 1960 foi à inauguração da Rádio Educadora de Bragança que obrigou o Exm^o. Sr. Prelado e o Vigário Geral a dedicar para esse empreendimento boa parte de seu tempo. O motivo que levou o Prelado e os padres a essa iniciativa tão extraordinária – é a primeira emissora católica da Amazônia – não foi desejo de novidades e nem perspectivas de dinheiro, e sim unicamente o ideal de possuir um recurso poderoso para a evangelização e para a formação integral dos nossos caboclos, mediante educação básica pelas Escolas Radiofônicas. Os primeiros resultados são muito promissores. A missa radiofônica aos domingos é muito aproveitada pelos nossos diocesanos do interior, e o irá muito mais quando estiverem organizadas as Escolas Radiofônicas; é o que iremos fazer no próximo ano, com o auxílio de Deus”. (Livro de Tombo III – 31-12-1960, Anexo nº 47, histórico da R.E.B)

Iniciam assim as aulas ministradas pelo sistema radiofônico de Bragança, um marco para a sociedade bragantina na década de sessenta, para D. Eliseu um momento de mudanças, ressaltado por Colares:

Ao findar esse ano de mil novecentos e sessenta e um, as considerações gerais que são feitas sobre ele, no Livro de Tombo, afirmam que teve por acontecimentos mais importantes para a

Prelazia, o início das aulas radiofônicas. Uma centena de escolas, com essa finalidade (tendo cada uma média de quinze alunos adultos), difusas nas várias paróquias da Região do Guamá, aproveitaram diariamente, as aulas de Português e Matemática, ministradas pela dedicadíssima irmã Ligia Arcoverde, Missionária de Santa Teresinha; aulas de Religião, pelo Pe. Mário Ferrero deu aulas de orientação agrícola e ir. Maria Pereira Bragança lecionou história. (COLARES, 25, vol. 2)

Fotografia 05: Prédio Inaugurado para funcionar a Rádio Educadora



Fonte: Acervo do Memorial D. Eliseu Maria Coroli

Este foi o 1º Prédio fundado por D. Eliseu onde iniciou-se as primeiras aulas via rádio, localizado na rua Nazeazeno Ferreira. Após vários anos de funcionamento, mudou-se para um novo prédio localizado frente à Praça das Bandeiras.

Atualmente o Sistema Radiofônico de Bragança SERB é uma entidade filantrópica e de utilidade pública, pertencente à Diocese de Bragança com a finalidade de levar até as comunidades distantes a palavra de Deus. Necessário se fez que paralelamente a esse trabalho missionário, levasse também àquela gente desassistida no setor educacional, o ler e o escrever. Lutando contra a distância e carência de elementos humanos capacitados para esse trabalho, presaria de uma instrumentalidade suficiente para atender a todos os recantos da Prelazia e até fora dela. Dois anos mais tarde, implantava-se então a Rádio Educadora de Bragança.

Cada paróquia da Prelazia se prontificou a dar uma parte de suas economias para possibilitar a aquisição dos equipamentos da Rádio e os primeiros 150 receptores cativos destinados às escolas radiofônicas. A 17 de setembro de 1960, Pe. Miguel na condição de coordenador compõe a primeira equipe central do

SERB, que se dedicou a organizar curso de monitores nas várias paróquias da Prelazia.

Esses cursos de monitores consistiam em preparar determinadas pessoas para assumir os cargos de monitoração, que embora o monitor não desempenhasse a tarefa de professor, tinha uma influência muito grande sobre o aproveitamento dos alunos, seja pela sua atuação durante a transmissão das aulas, ou pela orientação que deveria dar aos alunos durante o estudo em grupo após a aula radiofônica.¹²

Dessa forma, para que os monitores desenvolvessem de forma correta suas atividades direcionadas aos alunos era necessário passar por treinamentos, havia uns acompanhamentos coordenados pelos dirigentes que eram aquelas pessoas que se destacavam nas suas localidades e já estavam experientes em desenvolver as atividades exigidas pelo diretor do sistema. Oliveira ressalta como era a tarefa desse dirigente:

A tarefa do dirigente consistia em manter contato frequente com os monitores de seu “distrito”, estimulando-os e orientando-os nas atividades de cada monitor. Para facilitar o trabalho de visitas dos dirigentes aos rádios-postos, o SERB conseguia junto a SUDAM uma verba com a qual comprou 50 bicicletas para facilitar o trabalho dos mesmos” (OLIVEIRA, 2008, p. 107).

Segundo os arquivos da prelazia¹³ D. No dia 21 de março de 1961, Dom Eliseu Maria Coroli, Prelado de Bragança, juntamente com Dom José Távora, de Aracajú; Dom Eugênio Sales, de Natal e Dom Alberto Ramos, de Belém, participaram das assinaturas do Decreto Nº 50.370, baixado pelo Presidente da República Jânio Quadros, que criava o Movimento de Educação de Base – MEB. Dois dias após, é assinado o Decreto, nº 50.370 que dará início ao MEB. D. Eliseu entregou ao presidente da Republica um ofício, solicitando um transporte a fim de assistir melhor às escolas Radiofônicas. Como fora estabelecido na reunião dos padres da Prelazia, no mês de fevereiro e começo de março, realizaram-se os Cursos de Monitores os quais foram dirigidos pelo Pe. Miguel, auxiliado pela Missionária Lygia Arcoverde de Melo. O resultado foi bastante alvissareiro. Os

¹² Arquivo do SERB “ O Pioneiro em telecomunicação na Amazônia – O que é, O que faz? P. 24, arquivo 4º.

¹³ Cúria Episcopal, prédio morada do bispo da igreja católica onde se encontra arquivos da Diocese a respeito da história do SERB no município de Bragança

monitores demonstraram muito idealismo e foram treinados sobre o uso do receptor, a instalação de antena e o método de orientar uma Escola Radiofônica. (COLARES, p.18)

Com relação à aula inaugural em 17 de abril e 1961 está registrado nos documentos¹⁴ da prelazia da seguinte forma;

“Às 18h00min no estúdio artístico da Rádio Educadora de Bragança, realizou-se a aula inaugural das Escolas Radiofônicas. Falou antes o Padre Miguel Giambelli, Diretor do SERB, lembrando as finalidades das Rádios- Escolas. Discursou depois o Exmo. Dom Eliseu, entusiasmando os alunos radiouvintes a perseverarem neste providencial empreendimento. Em seguida fez usos da palavra o Prefeito Mário Queiroz e a Professora locutora Irmã Lígia Arcoverde de Melo que traçou ligeiramente o programa do ano letivo. Entre vários discursos houve números de canto e declamações de poesias”. (Livro do Tombo III e COLARES, p. 18)

Segundo registros documentais da Prelazia, no ano de 1962 o SERB contou com a participação de 6.200 alunos matriculados na 1ª e 2ª séries, em 362 rádios postos presentes nas comunidades e nos municípios que recebiam por meio do rádio a aula radiofônica. Em 1963 – 9.954 alunos de 1ª a 3ª séries. No ano seguinte, 1964, era implantada a 4ª série e o total de alunos matriculados era de 9.380. Dom Eliseu recorreu à SEDUC – (Secretaria de Estado de Educação) no qual firmou convênio com o SERB, desde esse período coube ao estado fornecer os professores para ministrar aulas através do sistema radiofônico. O quadro docente inicial contava com 15 professores normalistas. O SERB recebia apoio de outros órgãos, além do MEB e da SEDUC, tais como: LBA (Legião Brasileira de Assistência), SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), Projeto Minerva e PIPMO – Órgão de Treinamento de Profissionais.

Além dos órgãos nacionais o SERB contava com a colaboração a nível internacional, tais como: O Adveniat e a Misereor, duas entidades católicas da Alemanha Ocidental que canalizavam parte dos recursos recebidos através da Campanha da Fraternidade promovida pela Alemanha durante o Advento e a Quaresma. O Centro de Treinamento e o escritório do SERB foram construídos com estes recursos.

¹⁴ Informações retiradas dos documentos do arquivo da Prelazia, livro do tomo VI -1947 à 1964.

Para confirmação das aulas radiofônicas estão registradas no Livro de Tombo III no dia 31 de dezembro de 1961 no qual se lê:

Uma centena de escolas radiofônicas, com uma média de 15 alunos adultos cadastrados, espalhados nas várias paróquias da Prelazia, aproveitaram diariamente as aulas de Português e Matemática dadas pela Irmã Ligia Arcoverde de Melo. As aulas de Religião foram dadas pelo Padre Miguel e Padre Aloísio. O Pe. “Mário Ferrero deu aulas de Orientação Agrícola e a Irmã Maria Bragança, as aulas de História”. (Livro de Tombo III, 1957, 1970).

Em meados dos anos de 1973 a 1979, aconteciam no centro de treinamentos vários cursos para capacitar os monitores:

Fotografia 06: Centro de treinamento para formação dos monitores



Fonte: Arquivo do SERB

O centro de treinamento do SERB é um conjunto de construções que ocupa todo o pequeno quarteirão atrás da igreja Catedral de Bragança, permite hospedar confortavelmente até uma centena de treinandos. Possui quatro dormitórios, sete apartamentos para os instrutores, uma vasta sala para refeições com cozinha, um salão para plenários com capacidade até de 500 pessoas¹⁵. Realizaram-se centenas de treinamentos visando capacitar os responsáveis dos setores de atividades educativas que assumira: monitores de radio postos, dirigentes de várias equipes de serviço existente na comunidade e os monitores de qualificação profissional. (OLIVEIRA, 2005, p. 43)

No centro de treinamento os monitores recebiam diversas informações, dentre elas como utilizar o tempo de aula de forma adequada, como realizar os

¹⁵ SERB, O Pioneiro em Telecomunicação na Amazônia. O que é o que faz?

estudos em grupo após as aulas e um reforço em relação a sua aprendizagem já que grande parte dos monitores não tinha o curso ginásial (6º ao 9º ano atuais). Havia uma grande necessidade de capacitar os dirigentes de equipes de serviço comunitário que semestralmente recebiam orientações à cerca de como proceder com as equipes de Liturgia, Pastoral Familiar, Educação e Catequese, Clube das mães e Clube agrícola.

Encontra-se registros divulgados no Jornal “O Bragantino” do dia 18 de maio de 1976 a respeito do funcionamento da Rádio Educadora em Bragança. “Para ser o porta-voz de um trabalho evangelizador nos mais distantes rincões de nossa Prelazia, a fibra dos padres barnabitas, tendo à frente o senhor Bispo Dom Eliseu Coroli, fez surgir a Rádio Educadora de Bragança”.

Impossível seria atingir todos os nossos interioranos sem as ondas amigas e portadoras de mensagens de paz, desta que passou para os canais da radiofonia brasileira como emissora católica da família paraense. (Jornal O Bragantino)

As atividades desenvolvidas no SERB envolviam viagens nas comunidades rurais, reuniões com o povo, mostrando o valor, a importância da educação na vida do cidadão, a preocupação com o ensino da leitura e da escrita, com a religião, a agricultura, o esporte, etc.

Fotografia 07: Ex-alunos do SERB ouvindo as aulas nas comunidades



Fonte: Acervo do Memorial D. Eliseu Maria Coroli e SERB

Fotografia 07: Ex-alunos do SERB participando das aulas nas comunidades



Fonte: Acervo do Memorial Dom.Eliseu Maria Coroli e SERB

1.2- As Trilhas da Memória: Os Saberes e Práticas Educativas vivenciadas através do rádio

Por mais de meio século, o Sistema educativo SERB fez e faz parte da vida de vários alunos que atualmente guardam na memória fatos, acontecimentos que estão preservados na lembrança e que me influenciaram a pesquisar esse sistema. Destaco alguns depoimentos de ex-alunas, de professora e de monitor que participaram do processo educativo do SERB há muitos anos, uma entrevista com Dom Miguel M^a Giambeli, diretor na época do sistema com o intuito de trazer informações do passado, mas também como forma de mostrar como o sistema desenvolveu suas práticas educativas.

Quando se fala em memória, a ideia principal é a de que ela é a propriedade particular de guardar informações. Pensa-se em memória como função propriamente orgânica, o que, segundo Durkheim, (1970) “a memória não é um fenômeno puramente físico, que as representações como tais são suscetíveis de se conservar”. Ao se refletir sobre memória na Sociedade Contemporânea, poder-se-á considerá-la na interação de áreas diversas. É possível conceber a memória na intersecção do sujeito à cultura, o que se leva a perceber que seu papel não é apenas guardar informações, mas o da reconstrução de experiências passadas, uma vez que é esta uma forma encontrada pela sociedade para pensar em si própria e a sua relação com o passado. Durkheim lembra que as coisas representadas no

passado só podem vir à tona, em nossa lembrança, graças à memória. Para ele, o processo de rememoração se dá através do exercício do cérebro, que reativa as marcas deixadas no cérebro.

Pensar a história de vida dos narrados pressupõe pensar a memória como uma faculdade construída cotidianamente e que narrar é um modo de exercitá-la e, como diz Benjamin (1987, p. 197), intercambiar experiências. Assim, a memória como "acúmulo de elementos da vida cotidiana" (LE GOFF, 1990, p. 427) reflete o convívio diário dos sujeitos, a começar pela organização social entre os pares, o acúmulo de experiências dos indivíduos e, sobretudo, a necessidade de narrar que atravessa estes sujeitos.

Nesta entrevista¹⁶ realizada com Miguel M^a Giambelli, ele relembra fatos que estavam guardados em sua memória, ele conta como surgiu a ideia de fundar uma estação de rádio na região Bragantina.

Aqui na então Prelazia do Guamá, agora chamada Diocese de Bragança, eu era o Vigário Geral, e Dom Eliseu então me encarregou de organizar a pastoral. Daí nasceu a ideia de uma rádio que pudesse ser colocada como uma pessoa presente capaz de orientar. Eu lendo um livro, tinha visto como um vigário, um padre lá na Colômbia, em Sutatênza, tinha feito esta experiência. Ele era muito curioso a respeito de rádio... eu então me interessei e fui lá para conhecer, entrei em contato com outro que estava com essa experiência aqui no Brasil o Cônego Eugênio Sales, ele me explicou bem tudo isto. Lá em Natal, ele tinha organizado esta experiência. Eu passei duas semanas lá, fui ver de perto. Naqueles tempos rádios tinham uma bateria muito grande porque eram de válvula, não existia rádio como agora. Depois tive contato com o Bispo de Belo Horizonte que me incentivou muito dizendo: -Padre Miguel temos que tornar a sério esse negócio de rádio, porque agora é fácil.... Eu voltei dessa viagem que fiz ao sul, e falei com D. Eliseu: -D. Eliseu, devemos instalar uma rádio que sirva de verdade, uma rádio "Educadora", que possa educar nossos diocesanos, etc. – ele respondeu: - O senhor quer? Eu respondi que queria, e Dom Eliseu disse: - então faça. Ele me deu toda a liberdade mas também disse: - "Olha eu posso ajudar pouco porque não tenho recursos¹⁷"...

Trazer à tona essa memória é de alguma forma reviver fatos significativos do passado, no que diz respeito à ideia da construção da rádio D. Miguel relata na entrevista:

¹⁶Antônio Carlos, Danilo Augusto e Fernando Cassiano .TCC intitulado o missionário da Amazonia.1999

¹⁷ Entrevista feita com D. Miguel bispo emérito da Diocese de Bragança pelos graduandos de pedagogia(UFPA-1995) Antonio Carlos, Danilo Augusto e Fernando Cassiano no dia 10 de Maio de 1999.

Numa reunião de padres, apresentei este projeto: - eles se comprometeram cada um, dar alguma coisa em dinheiro, coletado com benfeitorias da Europa, etc., para poder exatamente, ver se a gente poderia comprar a rádio. O nosso problema não era só implantar aqui uma rádio estação, mas que cada capela tivesse um radiozinho, para que a comunidade pudesse acessar. Eles se comprometeram nisso.... Então, fomos nos interessando com o Ministério que muito nos ajudou. O senador Lameira Bitencourt (expressando Dúvida), não me lembro de bem, também nos ajudou a conseguir este canal. Era uma onda tropical.... Hoje, seria difícil conseguir aquilo.... Fomos conseguindo também de uma entidade da Itália, dinheiro para comprar os transmissores, e depois à São Paulo com FHILIPS que fez um modelo especial para a rádio Educadora de Bragança. Rádios cativos, são rádios com alto-falantes fortes, que pudessem atingir uma sala toda. Encomendei quinhentos rádios destes. Conseguimos com esses rádios, e estalamos a rádio que dei o nome de RÁDIO EDUCADORA porque tinha esta finalidade.

Os depoimentos aqui apresentados através da entrevista¹⁸ realizada com o Bispo D. Miguel Maria Giambelli fazem parte de uma história que marcou o desenvolvimento do município de Bragança, são narrativas orais que confirmam fatos históricos que permeiam pesquisas a cerca do sistema educativo.

É no pensamento de Zumthor que este trabalho considera as narrativas orais contadas pelas antigas alunas da comunidade bragantina. Narrativas que nascem da memória, que remetem a fatos passados, alguns de um passado não tão próximo:

Quando eu era mais jovem... meus pais moravam na travessa do Alto Urumajó na estrada do Cacoal do Piritoró, meu pai fez a matrícula no SERB, estudei em 1988, eu vinha de ônibus, levantava as 4h. da manhã pra fazer prova aqui em Bragança. Não havia frequência, porque eu ficava lá no interior e a professora aqui na rádio, eu ficava com o rádio no pé do ouvido, eu e as minhas irmãs. Não havia escola perto da minha casa, só de 1ª a 4ª séries e meu pai não deixava a gente vir para cidade, a única saída era estudar pelo rádio. Cada disciplina tinha um professor. Tenho todas as apostilas em casa de quando eu estudei. Quando terminei eu fui dar aula no lugar da minha irmã trabalhando pelo estado, fiz o magistério no Paixão. O estudo do SERB contribuiu porque eu tinha esforço em aprender, eu tava lá no interior e o professor longe, e a gente estudava as expressões e raiz quadrada, nós tínhamos uma apostila pra acompanhar pelo rádio, com exercícios corrigidos pelo professor

¹⁸ Entrevista feita com D. Miguel bispo emérito da Diocese de Bragança pelos graduandos de pedagogia(UFPA-1995) Antônio Carlos, Danilo Augusto e Fernando Cassiano no dia 10 de Maio de 1999.

através do rádio. A gente vinha dois dias pra Bragança para tirar a dúvida no encontro onde a gente conhecia os professores. Quando as minhas irmãs mais velhas estudaram era freira e padre, depois mudou para as professoras, todas as minhas cinco irmãs estudaram pelo rádio. O resultado era dado pelo rádio, nome da pessoa reprovado ou aprovado. (Lindomar Rabelo Martins)

“Quando eu era mais jovem...”, disse ela num relato quase poético e saudosista, traduzido em voz, olhar e pausa, num ritmo marcado pela voz poética que Zumthor considera profecia e memória, voz que junta os acontecimentos e os transforma em histórias de vida construídas pelo tempo. A professora Lindomar foi aluna do SERB e atualmente cursa pedagogia.

Ao entrevistar essa aluna do SERB sobre o período em que ela estudou pelo rádio, fez-se pausa e silêncio, fecha os olhos (a mesma ficou cega há dois anos) como se tivesse buscando as informações na memória e começa a contar:

Estudei em 1978. Eu morava na travessa do Auto Urumajó. Eu tinha muita coisa pra fazer, casa pra limpar, bicho pra cuidar e mesmo assim eu gostava de estudar, as aulas eram no horário da noite, antes eu colocava as crianças para dormir, não tinha energia em nossa comunidade eu usava a lamparina para fazer as leituras, e eu não deixava faltar as pilhas. “A professora ensinava”: **mais com mais dá mais, mais com menos dá menos!**” (RISOS). Eu fazia duas avaliações uma em casa e outra eu tinha que me deslocar até Bragança para ir ao SERB realizar estas provas. A gente ia de ônibus ou pau-de-arara, saía às 04 horas da manhã, quando chovia era só **atolação!** Para evitar chegar atrasada, eu ia de véspera um dia antes. Nas provas tinha muitas perguntas, um dia eu fiz uma prova que tinha uma pergunta: **Como morreu São Pedro? Eu respondi martirizado!** (RISOS) o mais difícil era só a viagem pra Bragança. No final do ano a gente ia escutar o rádio e lá eles falavam o nome de quem passou ou quem ficava reprovado, pensa que a gente tava longe e ficava emocionada quando a gente ouvia o nosso nome (RISOS) (IRENE MONTEIRO DO NASCIMENTO¹⁹)

Dona Irene revela-nos sua força de vontade em terminar seus estudos, ao relatar sua experiência de vida mostrou-se alegre como se estivesse contando uma história, como cita Philippe, (2000, p. 38) “Às vezes, a ligação de parentesco sequer é necessária, bastante a distância de duas gerações e que a pessoa idosa sinta necessidade de transmitir uma experiência de vida ou uma tradição”.

¹⁹ Trecho da entrevista realizada nas residências com a Sra. Irene, ex - aluna do SERB, moradora do bairro Alegre

Outro depoimento dos estudos pelo SERB é o da aluna da comunidade do município de Bragança que conseguiu terminar seus estudos através do rádio,

“Sou da comunidade de Açaitéua no município de Viseu- PA e não havia escola, estudada eu, a minha mãe, e a minha outra irmã, isso foi em 1973, agente usava o rádio, à noite, para estudar, a gente ficava na sala e usava a lamparina pra poder ler o que tinha nos livros, os assuntos e os exercícios que os professores ensinavam falando pelo rádio. Lembro de uma professora, que era a professora Enertina ela era muito boa, de dia a gente fazia as coisas de casa e a noite ia estudar, eu não trabalhei na roça não! (RISOS) graças a esse diploma eu arrumei um emprego em Bragança pelo Estado e comecei a trabalhar, hoje eu já tô aposentada e só quero aproveitar (RISOS) ganhar meu salário, não quero nem saber! ... levantando as mãos pro alto como se tivesse se livrado de algo ruim... (Teresinha Furtado, 55 Anos²⁰)

A influência do sistema radiofônico na vida das pessoas que estudaram pelo rádio foi significativa à medida que possibilitou a sustentabilidade da família, e garantia o emprego de professora nas escolas carentes de suas comunidades, como é possível perceber neste depoimento:

Eu estudei pelo SERB, eu fiz o ginásial naquele tempo, depois da quinta serie a gente fazia o exame de admissão, quando eu fiz esse estudo eu fiz pra poder trabalhar no interior. Eu estudei pelo rádio mesmo sem energia porque não tinha em Açaitéua, eu não cheguei a tirar o diploma pelo SERB, porque eu fiquei reprovada em ciências, e tinha que fazer outras provas, aí eu não voltei mais pra estudar, eu me casei e fui só trabalhar, meu marido trabalhava na roça e eu ia trabalhar na escola, só as minhas filhas que continuaram até terminar e arrumar emprego pra Bragança (Dona Maria José, 85 anos²¹)

Ao realizar a entrevista com as ex-alunas do SERB mantive-me concentrada, pois como cita Thompson, (1992, p. 48). “A entrevista é uma relação que se insere em práticas culturais particulares, que é informada por relação e sistema de comunicação específico”. Em outras palavras, não existe uma única “maneira certa” de entrevistar, é a maneira que o “bom senso” indica como “certa”.

Pensar a história de vida dos narrados pressupõe pensar a memória como uma faculdade construída cotidianamente e que narrar é um modo de exercitá-la e, como diz Benjamin (1987, p. 197), intercambiar experiências.

²⁰ Trecho da entrevista com Teresinha Furtado, 60 anos, ex-aluna do SERB, moradora do bairro do Morro.

²¹ Trecho da entrevista com a Sra. Maria José, ex aluna do SERB, moradora do bairro do Taira.

Nesse sentido, o que torna o passado real são as lembranças que se tem dele. Não importa como tenha sido e quando se tenha vivido. O que interessa desse passado é o que se lembra dele; é o que ele representa para cada pessoa. O passado que se recorda é ao mesmo tempo pessoal e social, mesmo nas lembranças mais íntimas há um componente coletivo da memória, pois, de qualquer situação vivenciada por nós, há um todo há muito construído. Aqui, é interessante relatar a narrativa de quem ministrou aulas pelo sistema radiofônico até para se entender como essas aulas aconteciam e de que forma aconteciam.

Senti necessidade de registrar o relato de uma professora que ministrou aula para os alunos do SERB, destaca-se: Ao perguntar sobre o período que ministrou aula pelo rádio a professora faz pausa e silêncio como se tivesse buscando as informações na memória e começa a narrar:

“No tempo em que comecei a dar aulas pelo rádio eu era muito nova e só tinha o ensino rural tipo curso técnico, não havia ninguém com nível superior. “Trabalhei no SERB em 1977, eu lecionava história e trabalhei por 12 anos dando aula através do rádio Naquela época nós fazíamos os roteiro para dar aula no rádio e nós éramos cobradas, eu era contratada do estado, e prestava serviços lá, eu era cedida da URE, as diretoras daquela época eram a irmã Elisa, Rosalba e outras que passaram por lá..., organizava minhas aulas... Eu dava assistência aos monitores do interior, esses monitores davam orientação e tiravam as dúvidas, tínhamos a nossa mesa onde ficavam os professores das outras disciplinas e o monitor chegava, e nós dávamos a assistência, o que os alunos não entendiam eles nos passavam (os monitores sabe) e a gente explicava pra eles. (Neusa Luz Santana, 65 anos)

Percebe-se através do depoimento que o período da juventude em que estava ministrando aulas, permanece em sua memória não como momentos esquecidos, mas como cita Goff (1996, p. 177) “A memória onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”. Dessa forma é importante enfatizar que sua experiência permanece viva em sua lembrança e que tais lembranças ainda fazem parte do seu presente.

Além dos professores havia os monitores presentes nas comunidades que acompanhavam os alunos durante as aulas, discorro um depoimento de um dos monitores que trabalhou de forma voluntária no Sistema, na década de sessenta,

Eu trabalhei em 1964 na comunidade do Chauí, eu morava no Jararaca, primeiro eu fui aluno, e aí eu me mudei pro Chauí, tinha 23

alunos, eu ficava com os alunos na casa do seu Sebastiao Leite que cedeu a casa, a preparação que a gente tinha era na casa paroquial, a gente ficava três dias, com o Pe. Albenis, a professora Sibá Torres, ela que passava no quadro aquilo que era necessário, a gente ouvia a aula junto com os alunos, tinha um quadro e a gente ia explicando o que eles não entendiam. Em 1970 eu fiquei como dirigente, eu pegava orientações e levava pra comunidade, quem também dava as orientações era o Gerson Guimarães, o Ribamar, o rádio era a pilha, não tinha energia elétrica, a gente não fiscalizava, eu só via como a escola estava funcionando e passava pra direção, eu só tinha o ensino de admissão, o rádio iniciou só com onda média, depois passou pra onda tropical que ia até no Maranhão eu gostava muito de trabalhar, eu trabalhei muitos anos...(Manoel Ribeiro Moraes,78 anos)²²

Fotografia 08: 1º Treinamento de artesanato em cerâmica – Centro de Treinamento do SERB em 07 a 16 de janeiro de 1975



Fonte: Arquivo do SERB

Fotografia 09: 3º Treinamento de monitores– Centro de Treinamento do SERB-09 a 11 de abril de 1975



Fonte: Arquivo do SERB

²² Entrevista realizada na biblioteca da escola Instituto Santa Teresinha, às 10 da manhã no dia 26 de novembro de 2014, ele fez questão de dar a entrevista quando veio receber seu salário em Bragança.

Tais experiências foram significativas tanto na vida das alunas, da professora e do monitor que participaram das aulas via rádio, sendo cada um na sua especificidade, no entanto todos deixaram bem claro que tais práticas serviram para que crescessem profissionalmente e garantisse uma vida melhor. No decorrer da pesquisa mostrarei como funciona atualmente o SERB, já que tais depoimentos nos mostram uma realidade de décadas em que o sistema funcionou em diversas comunidades, muitas dificuldades vivenciadas por essas alunas há alguns anos ainda se fazem presentes no cotidiano dos atuais alunos matriculados no sistema.

1.3 – A PRÁTICA EDUCATIVA DO SISTEMA RADIOFÔNICO NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

Fotografia 09: Atual Prédio do Sistema Radiofônico de Bragança



Fonte: Acervo pessoal

O SERB- Sistema Educativo Radiofônico de Bragança é uma escola pioneira no Estado do Pará em Educação a Distância – via rádio ofertando a EJA - Educação de Jovens e Adultos. A escola localiza-se na cidade de Bragança²³, distante 210 km da capital Belém do Pará, com fácil acesso pelas BR-316 e BR- 308, funcionando no prédio da Fundação Educadora de Comunicação (FEC).

Essa fundação é um grupo de mídia regional que atua no norte do Brasil. Mais especificamente no Pará. Conta com um portal de Internet: uma emissora local

²³ Bragança é a cidade sede da Prelazia do Guamá, confiada pela Santa Sé aos cuidados da Ordem Religiosa dos padres Barnabitas. Dez são os municípios que pertencem a essa prelazia constituindo a região aonde o SERB desenvolve suas atividades: Viseu, Augusto Correa, Ourém, Bonito, São Miguel do Guamá, Capitão Poço, Irituia, São Domingos do Capim e Paragominas.

de televisão, uma operação para o mercado católico, um cinema e três emissoras de rádio sendo que uma é só para o instituto informativo escola. Em 1960 a Rádio Educadora AM (Bragança) é inaugurada. Formava-se mais uma das rádios, em 2001 começa a formação de rede de rádio FM da Educadora, sendo que em 2002 a Rádio Educadora FM foi inaugurada em Bragança. Em 2010, é inaugurado o segmento de televisão TV Educadora (Bragança). Mais tarde em 2011, a Fundação Educadora de Comunicação ganha o sinal da TV canção Nova pela ANATEL e também o crescimento na área dos projetos, com o lançamento do programa nas emissoras de rádios da “FEC”, como SERB, Projeto Aluno Repórteres em Bragança.

Comandada inicialmente pela diocese da cidade, surgiu como parte de um plano do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança para desenvolver atividades educacionais à distância, ajudando a reduzir as desigualdades sociais da região. Tal ideia impulsionou a criação da rádio em parceria com o SERB. Sua potente onda tropical é ouvida em quase todos os estados do Norte e do Nordeste.

“O Sistema Educativo Radiofônico de Bragança SERB, não pode prescindir-se do rádio para realizar o seu trabalho de promoção humana do homem rural, visto ser este o meio de comunicação, o mais acessível e apropriado pra essa clientela. Enormes são os benefícios que a Rádio Educadora de Bragança presta às comunidades eclesiais de base: aliás, a mesma foi criada visando este objetivo de levar ao homem interiorano a evangelização e promoção, propiciando-lhe a possibilidade de integração à cultura. Daí porque o SERB faz uso do rádio desde sua fundação quando os programas radiofônicos constituindo um ponto positivo no processo de animação aos comunitários que prestigiam enormemente todos os programas radiofônicos de caráter educativo. Através da Rádio Educadora de Bragança, a equipe central do SERB, mantém contato com as 145 comunidades eclesiais de base da Diocese, além de estender sua mensagem a outras regiões e Estados do Brasil como: Amazonas, Amapá, Acre, Roraima, Maranhão, Piauí, Ceará, Goiás, Pernambuco e todo o Pará. A Rádio Educadora de Bragança é uma emissora católica acreditada junto aos nossos comunitários”. (Panfleto do SERB, Histórico do SERB).

Atualmente, o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança é um organismo das obras da Diocese de Bragança, operando somente com o ensino radiofônico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) 3ª e 4ª etapas e mais recente no ano de 2014 o Ensino Médio. O sistema mantém convênio com a SEDUC (Secretaria Executiva de Educação) em que os professores do SERB são servidores do Estado. As aulas via rádio à distância ocorrem em um estúdio nas dependências da Rádio Educadora

AM e FM que funciona como uma sala de aula de onde se permite a distribuição do raio de abrangência das ondas radiofônicas. Em razão dessa realidade, os alunos acompanham as aulas em suas casas. Esse é o modelo de escola radiofônica pioneiro no Estado do Pará e o único que subsiste até os dias de hoje.

Fotografia 10: Estúdio da Rádio Educadora



Fonte: Acervo pessoal

Atualmente são atendidos alunos trabalhadores da agricultura, donas de casa, pescadores, ribeirinhos, das diversas comunidades nas redondezas do município de Bragança, sendo que em algumas comunidades existe energia elétrica e em outras não, neste caso o rádio é utilizado com pilhas. Esse sistema educativo atinge tanto as pessoas do meio urbano quanto populações que moram no meio rural.

A partir das informações coletadas em entrevista²⁴ com a coordenadora Pedagógica, traça-se um perfil dos elementos educacionais que fazem parte do sistema educativo, a mesma informou que atualmente o SERB funciona no prédio da Fundação Educadora de Comunicação, localizado em frente à Praça das Bandeiras no Município de Bragança, possui uma sala para atendimento dos alunos que se deslocam de seus municípios e comunidades para tirar dúvidas, pegar suas avaliações ou fazer o reforço com o professor da respectiva disciplina, no que diz

²⁴ Entrevista realizada no dia 05 junho no prédio do Sistema Radiofônico

respeito ao corpo docente são dez professores formados com nível superior, dois serventes, um vigia e a direção sob a responsabilidade da Ir. Ediane Santana Silveira que são funcionários do Estado. Estão atendendo até a presente data trezentos e trinta e cinco alunos, ressalta-se que há alguns anos havia novecentos alunos matriculados no SERB. A priori, esse sistema educativo foi de iniciativa da igreja, os professores eram indicados pelo bispo, depois com o convenio com a SEDUC, o corpo docente faz parte do quadro de professores do Estado. Cada professor é formado na sua área específica de conhecimento, a lotação dos professores é de duzentas horas sendo dividido para o atendimento aos alunos e para ministrar as aulas através do rádio.

Fotografia 11: Sala dos professores, sala de informática, cozinha, e biblioteca do SERB

Sala dos Professores



Fonte: Acervo Pessoal

Laboratório de Informática



Fonte: Acervo Pessoal

Cozinha



Fonte: AcervoPessoal

Biblioteca



Fonte: AcervoPessoal

O SERB funciona como uma escola semipresencial, mas tem característica de escola regular, está regularizada até 2014, possui um corpo escolar com direção, docentes, coordenação pedagógica, merendeira, secretaria e serventes, é uma escola em Regime de Convênio com o objetivo de promover a educação. Como os alunos estão cadastrados no Censo escolar, a escola está dentro do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). A instituição possui o seu projeto político pedagógico, tem enquanto espaço físico: a sala de informática fornecida pela SEDUC, uma sala de leitura, auditório, sala da direção, uma secretaria, cozinha, sala de professores, é vinculado para trabalhar com a Educação de Jovens e adultos.

Com relação à evasão, me foi informado que existe, no entanto, não é um problema, já que a grande maioria dos alunos conclui os estudos até o final do ano letivo, os alunos possuem uniformes e carteirinha para identificação.

Com relação ao município, no caso a SEMED – Secretaria Municipal de Educação o convênio entre ambos é com o transporte e a merenda escolar, o SERB vivencia algumas dificuldades, já que existe um contrato entre estes, pelo fato de algumas empresas que trabalham para o município negarem-se a trazer os alunos no ônibus sob a alegação de que a escola não existe, esse fato ainda necessita ser esclarecido para a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) que ainda desconhece a forma de ensino oferecida pelo sistema educativo. O SERB recebe a merenda escolar distribuída pelo município é servida para os alunos que chegam das comunidades mais distantes, que na maioria das vezes saem de madrugada e vêm na escola participar do reforço que é oferecido pelos professores ou pegar materiais, então, é servida a merenda escolar, inclusive frutas.

Quanto ao público alvo em sua maioria são jovens, o público da quarta etapa é mais maduro e os da terceira etapa, mais jovens. Há uma demanda grande da cidade, mas existem alunos da proximidade como: Acarajó, Bom Jardim, Marrocos, Flexeira, Cacoal do Peritório, Monte Negro, Cachoeira do Piriá, Augusto Correa, pela distância de determinadas comunidades é difícil a vinda dos alunos até o SERB, é mais fácil o rádio chegar lá.

No que se refere ao processo avaliativo para melhor aprendizagem dos conteúdos e acompanhamento do aprendizado dos alunos são aplicadas as quatro

avaliações e duas recuperações (quando necessário), a primeira e terceira são feitas pelo rádio o professor lê a questão, o aluno copia e resolve, aquele discente que tem a possibilidade de vir buscar, chega até a secretaria, pega a sua avaliação, leva para fazer e em seguida traz para os professores em uma data marcada para que seja feita a devida correção e por conseguinte, lançar a nota no sistema. Os alunos fazem a segunda e a quarta avaliações presenciais, os professores avisam pelo rádio a data que vão acontecer as avaliações, sendo três de manhã e três à tarde no sábado e fazem duas no domingo que acontecem no Instituto Santa Teresinha englobando todas as disciplinas, com perguntas objetivas e subjetivas, elaboradas pelos professores.

Fotografia 12: Alunos do SERB fazendo as provas no Instituto Santa Teresinha



Fonte: Acervo Pessoal



Fonte: Acervo Pessoal

No contexto, a coordenação faz o acompanhamento de gabaritos, são aplicados trabalhos avaliativos complementares de cada disciplina. Nestes dias agendados os alunos fazem as provas nas salas de aula, com pausa para a merenda que é servida na cantina da escola.

Quanto à permanência dos professores no sistema educativo, eles só saem quando pedem pra sair, ou quando há desistência, ou decidem ir embora para outras cidades, ou passam em outro concurso. A 1ª URE – Unidade Regional de Educação de Bragança não escolhe os professores e lota sem decisão da direção. A gestora conversa com a equipe técnica para que deem sugestões de nomes de professores, a direção faz uma entrevista, identifica se ele adequa-se ao perfil do SERB e em seguida entra em contato com a 1ª URE, levando o nome do professor e só assim é feita a sua lotação.

Para organização dos conteúdos segundo a coordenação é feito o planejamento, são convidados professores de outras instituições para tratar de afinidades particulares que se adequem à realidade do sistema, já se trabalhou com a pedagogia da alternância. Todavia, sente-se a necessidade dos professores do SERB saber diferenciar esse conhecimento que é oferecido para os alunos do campo e para os alunos da cidade, costumam-se trabalhar com polos para identificar de quais comunidades eles fazem parte. A rádio educadora é que transmite através das ondas do rádio para a cidade, mas atualmente existe uma interferência de outras rádios. O SERB tem um site no qual são postadas aulas, provas; alunos e professores podem acessar os conteúdos que tiverem dificuldades, houve casos em que outros professores da rede estadual de comunidades distantes pegaram apostilas para usar em suas aulas, estas foram elaboradas pelos professores do sistema, já que cada professor é responsável em produzir o seu material. Segundo a coordenação, na proposta anterior eles trabalhavam com um material antigo, mas atualmente muitos apresentam propostas inovadoras, ela considera seu trabalho no SERB um processo gratificante pela abertura de se desenvolver os projetos.

O Funcionamento das aulas via rádio acontece nos estúdios da Rádio Educadora de Comunicação AM e FM (Onda Média – 1390, Onda Tropical – 4.825 e Frequência Modulada – 106.7) A Composição das turmas é presencial e a distância, pois os alunos estão acompanhando as aulas em suas casas. Levando em consideração que o sistema é uma realidade que se diferencia do sistema regular, os conteúdos são explorados através de: Exposição oral e escrita (nas aulas de reforço marcadas constantemente pelos professores na sede da escola) Aula via rádio, Treinamento por disciplinas, Atendimento individual ao aluno, Textos informativos, leituras informativas.

A aula acontece no horário das dezessete às dezenove horas, sendo que das cinco às seis da tarde as aulas são direcionadas para os alunos da terceira etapa e das seis às sete da noite para os alunos da quarta etapa. O horário das aulas e a disciplina são fixados no quadro de aviso na entrada da escola para o aluno, bem como professores, assim determinado:

SÉRIE: QUARTA ETAPA – HORÁRIO DAS 17 ÀS 18 HORAS

DIAS	DISCIPLINA	PROFESSORES
Segunda-feira	Ciências e Espanhol	Tiago e Jackciane
Terça-feira	História e Artes	Sônia e Luciane
Quarta-feira	Matemática	Henildo
Quinta- feira	Língua Portuguesa	Luciane
Sexta-feira	Geografia e Ed. Física	Aída e Wagner

No início do ano letivo, eles recebem um cronograma com a carga horária e os horários que cada professor vai ministrar, recebem livro didático, quando tem recebem rádios doados pela SEDUC. O professor utiliza o livro, mas complementa com apostilas produzida no início do ano letivo. Nas disciplinas de espanhol e educação física o material didático é preparado pelo próprio professor. Para ministrar as aulas o professor divide em duas partes, a primeira parte teórica e a segunda parte prática, que é marcada através do rádio, o dia e a localidade no qual o professor de educação física vai estar e assim os alunos são convocados para participarem das aulas práticas. Os alunos que vivem mais próximo daquela comunidade são os que aparecem para participar das aulas práticas de educação física, e se levar merenda, há uma participação significativa dos alunos. Existe a possibilidade das aulas serem gravadas até 72 horas, se o aluno perder aula, pode ouvi-la, só não existe a possibilidade de gravar todas porque a rádio não tem um programa com capacidade de armazenar todas as aulas ministradas pelo sistema.

O professor tem como alternativa, caso necessite faltar, gravar com antecedência as suas aulas para que não prejudique o andamento dos estudos dos alunos.

Outro aspecto citado é o fato de terem tentado transformar o SERB em um sistema modular, no entanto, um sistema semipresencial, com serventes, funcionários de apoio que são lotados nos horários da manhã e tarde. Criou-se um livro de frequência para os alunos que comparecem na escola para comprovar²⁵ que todos os dias aparecem alunos das diversas comunidades.

Com relação à capacitação dos professores nas técnicas de fala e técnicas para usar o microfone nos estúdios, foi feita uma parceria com o projeto “Aluno Repórter²⁶” organizados pelos radialistas Beto Amorim e Ailton Rocha, os quais oferecem formação para tornar o professor um comunicador. Essa capacitação está disponível também para os coordenadores e direção.

Foi feita no ano de 2012 uma pré-inscrição para saber qual a demanda de alunos para o ensino médio e foi surpreendente a quantidade de procura de alunos para essa modalidade, teria que extinguir a terceira e quarta etapas para montar turmas só de ensino médio. Foi construído o projeto e encaminhado à SEDUC (Secretaria Estadual de Educação) com a proposta de implantação do Ensino Médio, uma equipe técnica veio até Bragança conhecer como funcionava o sistema educativo, como os alunos assistiam às aulas e se eles compareciam aqui na escola, após a visita a equipe ficou de viabilizar e efetivar a proposta, no entanto até a presente data nenhuma resposta foi dada.

É notória a dificuldade de alguns municípios em oferecer educação as suas populações, principalmente no meio rural, existem certas dificuldades em concluir o ensino fundamental devido a uma série de fatores, entre os quais: as péssimas condições das estradas, a distância entre algumas localidades e a escola, a dificuldade na composição de turmas de 15 a 20 alunos. Assim, o Sistema Radiofônico atende às necessidades, oferecendo aos alunos a possibilidade de estudar em suas casas, tentando dessa forma suprir uma carência real que tem deixado a população sem acesso a uma educação de qualidade.

Na realidade superar barreiras geográficas e melhorar a qualidade de vida daqueles que vivem mais distantes do meio urbano, possibilitando àqueles que por

²⁵ Segundo informações comprovar diante da URE (Unidade Regional de Educação) que os alunos dependendo de suas necessidades veem até o SERB, pegar as apostilas, ver notas, tirar dúvidas, por isso a necessidade de um livro de ponto.

²⁶ Projeto desenvolvido pelos radialistas Beto Amorim e Ailton Rocha com alunos do Ensino Médio das escolas Estaduais e particulares do Município de Bragança.

diversos motivos não puderam concluir seus estudos em tempo hábil, seja por terem que trabalhar na roça e não tinham tempo para frequentar uma escola durante o dia, seja por outras tarefas domésticas a serem realizadas, impossibilitando a realização dos estudos. Quebrar essas barreiras continua sendo um dos focos do sistema que mostra ser possível estudar a distância e obter conhecimentos significativos para a sua formação. Esse é o desafio que o SERB vem desenvolvendo nesse meio século de história.

1.4- O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO SERB

O Projeto Político Pedagógico da escola de certa forma é um projeto político por estar inteiramente ligado ao compromisso sócio-político, na realidade o político juntamente com o pedagógico é visto como um processo contínuo de reflexão e discussão dos problemas vivenciados na escola, buscando encontrar meios favoráveis a efetivação de sua intencionalidade constitutiva, possibilitando à todos os membros da comunidade escolar o exercício da cidadania.

Para Veiga (1995, p14) o P.P.P está relacionado com a organização do trabalho pedagógico em pelo menos dois momentos decisivos “como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula”, incluindo sua relação com o contexto social imitado, procurando observar a visão da totalidade.

Nesse contexto, o P.P.P tem por finalidade oferecer caminhos indispensáveis à construção, elaboração e execução do trabalho pedagógico, envolvendo o trabalho docente na ação interna da sala de aula.

O SERB enquanto espaço educacional possui o seu Projeto Político Pedagógico elaborado no ano de 2014 e tem por tema: **“EDUCAR PARA TRANSFORMAR: O RÁDIO COMO INSTRUMENTO DE ENSINO - APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REGIÃO BRAGANTINA”**.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

NOME DA ESCOLA:

E.E.E.F.M. SISTEMA EDUCATIVO RADIOFÔNICO DE BRAGANÇA-SERB

ENDEREÇO: Endereço: Rua 13 de Maio, entre a Rua Coronel Antônio Pedro e Travessa João XXIII, em Bragança, Pará. Telefone: (91)3425-1307.

DATA DA CRIAÇÃO DA ESCOLA:

Funciona em um prédio de três andares, onde também se encontra alocada a Fundação Educadora de Comunicação, desde a criação da Escola pelo Decreto Nº 50.370, no dia 21 de março de 1961.

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO:

Autorizados pela Resolução 227/14 do Conselho Estadual de Educação do dia 08 de abril de 2014.

NÍVEL DE ENSINO OFERTADO

São ofertados na escola as 3ª e 4ª Etapas - EJA / Ensino Fundamental. E 1ª Etapa EJA/Ensino Médio.

MODALIDADE DE EDUCAÇÃO: Educação Específica para Jovens e Adultos.

TURNOS DE FUNCIONAMENTO

1º Turno - Ensino Fundamental e Médio - EJA (Educação de Jovens e Adultos)

2º Turno - Ensino Fundamental e Ensino Médio - EJA (Educação de Jovens e Adultos)

3º Turno - Ensino Médio - EJA (Educação de Jovens e Adultos)

CLIENTELA ATENDIDA:**- BRAGANÇA**

- Praia de Ajuruteua
- Vila José Bonifácio (Ajuruteua)
- Bacuriteua
- Travessa Alto Urumajó
- Taquandeuca
- Km 03 – Rodovia Dom Elizeu
- Km 06 - Montenegro
- Vila Tijoca

- Km 07 – Rodovia Dom Elizeu
- Jutai – Km 21
- Km 08 - Montenegro
- São João do Enfarrusca
- Km 09 - Montenegro
- Santo Antônio dos Monteiros – Km 10
- Km 14 – Montenegro
- Km 15 - Montenegro
- Uruá – Km 18
- Km 23 – Montenegro
- Km 26 – Montenegro
- Km 57 – Rodovia Dom Elizeu
- Jejuí – Estrada do Cacoal
- Quatro Bocas – Cacoal
- 1ª Travessa – Montenegro
- 2ª Travessa - Montenegro
- 3ª Travessa - Montenegro
- 5ª Travessa – Montenegro – PA 112
- 7ª Travessa - Montenegro
- 10ª Travessa - Montenegro
- 11ª Travessa - Montenegro
- 12ª Travessa – Montenegro
- Travessa do 25 – Alto Emboraízinho
- Tauarí
- Vila Jarí
- Santo Antonio dos Soares
- Ramal do Lontra - Montenegro
- Estrada do Ferreira
- Rio Grande Caratateua
- Comunidade do Rocha
- Rodovia Dom Elizeu
- Benjamim Constant – Estrada do Cacoal
- Japetá
- Vila Jessé Guimarães

- Inambucuí
- Maçarico
- Cariambá
- São Mateus
- Vila do Castelo
- Cacoal do Peritoró
- Comunidade do Tatu
- Jarana Cacoal
- Pindoal
- Vila Boa Esperança – Rodovia Dom Elizeu
- Vila do América
- Ramal do cajueiro – Campos de Baixo
- Alto Urumajó – Cacoal
- Vila Verde
- Taperaçú Porto
- Nova Canidé
- Jararaca – Cacoal
- Atoleiro – Cariambá
- Ramal do Malhado
- Maniteua
- Jiquirí
- Vila Tucum
- Arimbú
- Vila dos Lucas
- Vista Alegre
- Vila dos Taocas
- Bom Jardim
- Vila Araçateua
- Arauá – Estrada do Cacoal
- Bacurí Prata
- Pontinha do Bacuriteua
- Bairro Alto Paraíso
- Jandiá
- Arajivú – Monte Alegre

- Vila do Portinho
- Vila Cearazinho
- Cajueirinho
- São Francisco do Gonzaga
- Araçateua
- Andiroba
- Parada Bom Jesus
- Vila Boa Vista – Estrada do Ferreira
- Retiro
- Acarajó Grande
- Benjamim Constant
- Caneta
- Rodovia PA 112 – Bragança
- Camutá
- Vila Castanho
- Miritéua

- AUGUSTO CORRÊA

- Porto Velho
- Cafezinho
- Engenho
- Monte Alegre
- Bairro - Água Fria
- Jardim Bela Vista
- São Luiz do Apió
- Soledade
- Bacanga
- Buçú
- Embuaraca
- Perimirim
- Patal
- Vila Verde – Augusto Corrêa
- Cafezinho
- Nova Olinda

- TRACUATEUA

- Comunidade do Nanã
- Vila Manoel dos Santos
- Areia Branca do Caranã
- Santa Tereza
- Vila dos Lucas
- Nova Esperança
- Salinas
- Apicum
- Flexeira
- Chapada
- Vila Chaú
- Praia do Quatipuru Mirim
- Cajueiro – Boa esperança
- São Raimundo
- Vila Tracuá
- Rio das Pedras
- Ilha serrada
- Curuaca
- Mimim
- São Mateus
- Vila Fátima
- Jarana
- Caranã
- Alto Alegre
- Tabocal
- Vila do 60
- Lago do Povo
- Campos de Cima
- São João – Campos de Cima
- Santo André
- Santa Maria
- Vila Bandeirantes
- Campo Novo

- Vila Goiaval
- Icaraú
- Ramal Santa Clara

- VISEU

- Fernandes Belo
- Açaitéua
- Peritoró Grande
- Bucuquara
- Travessa do Sapucaia
- Vila Taboca
- Vila do Aurá – Curupati
- Santa Maria do Açaisal

- SANTA LUZIA DO PARÁ

- Tipitinga
- Vila Muruteua

- CACHOEIRA DO PIRIÁ

O processo de reconstrução do projeto político pedagógico da E.E.E.F.M.- Sistema Educativo Radiofônico de Bragança – SERB, foi conduzido pela equipe pedagógica juntamente com a comunidade escolar, tendo como discussão a “**Escola que temos e a Escola que queremos**”. Nesse sentido a sistematização das considerações e pesquisas realizadas constitui referência para a organização do trabalho pedagógico escolar, pois representa a intencionalidade político-pedagógico de um projeto de educação e de sociedade, relacionado aos interesses e necessidades da comunidade: educação emancipatória e transformadora que assegure uma aprendizagem de qualidade a todos.

Buscamos uma escola com condições adequadas de organização e funcionamento, com espaço para definição e organização de seus processos e que tenha compromisso com os alunos e com a sociedade. E que tenha visão de futuro, missão e objetivos claros, com estratégias e ações voltadas para as metas de desempenho educacional.

Quando a escola assume a responsabilidade de atuar na transformação e na busca do desenvolvimento social e comunitário, seus sujeitos devem empenhar-se na elaboração de uma proposta para a realização desse objetivo. Dessa forma, essa proposta pedagógica ultrapassa a elaboração de planos, que visam apenas o cumprimento das exigências burocráticas, mas, busca um rumo, uma direção. Está intimamente articulada ao compromisso sócio-político e com interesses reais e coletivos da população.²⁷

Ao ter acesso ao P.P.P foi possível observar alguns aspectos importantes tais como:

MISSÃO DA ESCOLA

Possibilitar ações que desenvolvam as potencialidades dos jovens e adultos do campo e da cidade, que tem dificuldade de frequentar uma escola regular e presencial, tornando-os cidadãos críticos, responsáveis, participativos, criativos, capazes de construir uma sociedade mais justa, fraterna e ética, através de ações efetivas e inovadoras. Assegurando um ensino de qualidade, num ambiente de responsabilidade social e individual, e de respeito ao próximo.

FILOSOFIA DA ESCOLA

Investidos de coragem e do ideal cultivados pela necessidade do povo interiorano, na pessoa de Dom Eliseu Maria Corolli (Em memória) e de Dom Miguel Maria Giambelli, há 46 anos assumiram esta PROPOSTA EDUCACIONAL À DISTÂNCIA que responde e desafia este trabalho sério e evangelizador em toda a Diocese de Bragança.

Fazer educação à distância para os “*serbianos*” é crer na reconstrução contínua da realidade do homem como ser social e resgatar o respeito que lhe é devido. Traçam os objetivos gerais atender o maior número possível de alunos que não frequentam uma escola regular de forma presencial. Oportunizando maior desenvolvimento de suas capacidades e habilidades, a partir de uma Pedagogia, cujo espírito se dirige a sua realização como pessoa e profissional que explora e modifica o mundo ao seu redor como sujeito comprometido, o qual se enobrece pelo fato de viver e agir e que passa o conhecimento de teoria para a prática.

²⁷ Trechos retirados do P.P.P do Sistema educativo Radiofônico.

VALORES

Valorizamos o trabalho coletivo, respeitamos a dignidade e os direitos de cada pessoa e buscamos a qualidade nos serviços oferecidos nesta escola.

VISÃO DE FUTURO

- ✓ Buscaremos ser uma Escola de referência na garantia de um ensino de qualidade, trabalhando com transparência e com ações inovadoras e valorizando a ética e o respeito ao próximo.
- ✓ Pretendemos diagnosticar, mobilizar, valorizar e propiciar a aquisição e construção de conhecimentos, habilidades, competências e atitudes necessárias ao desenvolvimento do ser humano como ser integral.
- ✓ Buscaremos formar cidadãos conscientes, capazes de compreender e criticar a realidade, que atuarão na busca da superação das desigualdades e do desrespeito ao ser humano.²⁸.

No que diz respeito às metas a serem alcançadas o Projeto Político Pedagógico enfatiza as seguintes:

- Desenvolver um trabalho a distância (EJA) que seja capaz de levá-los a progredir no futuro;
- Proporcionar oportunidades de crescimento através do ensino à distância;
- Buscar construir parcerias com diversos segmentos da comunidade, em que está inserida o nosso sistema de educação à distância.
- Trabalhar com interesse, participação e respeito mútuo ao desenvolvimento individual e coletivo;
- Garantir ao aluno a oportunidade de melhorar o seu saber e com isso aprimorar sua qualidade da condição de viver. Assumindo assim sua cidadania no seu tempo e espaço;

²⁸ Documento da escola: Projeto Político Pedagógico

A partir das observações realizadas durante a pesquisa percebi tais metas ainda não foram alcançadas de forma plena, a proposta de EJA, é um ponto positivo para conseguir atingir uma demanda de Jovens e Adultos que há muito tempo estavam fora da escola, por diversos motivos. Com relação a oportunizar conhecimentos alguns escolheram a opção de estudar pelo rádio como forma de arrumar um trabalho para ajudar a sua comunidade. O trabalho educativo do g está se ajustando a realidade do rádio enquanto instrumento educativo, ainda existem parcerias e ações que poderiam contribuir para um processo educativo voltado para a necessidade dos educandos das comunidades.

A Educação de Jovens e Adultos, a distância e “via rádio”, é voltada para aqueles alunos que não têm condições ou são impossibilitados de frequentarem a escola de forma presencial, pelo menos no que se refere ao Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries e/ou o Ensino Médio. Esta modalidade é imprescindível, principalmente nas zonas rurais em comunidades onde não há energia elétrica, nem transporte escolar, situadas em áreas muitas vezes longínquas das sedes dos municípios e de difícil acesso.

Há cinquenta e quatro anos, a E.E.E.F.M - Sistema Educativo Radiofônico de Bragança- SERB, vem atendendo a várias Cidades vizinhas e comunidades Bragantinas, que por diversos motivos não podem ou não puderam frequentar uma escola presencial do Sistema Regular de Ensino e concluir seus estudos.

É no PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO que cada Instituição de Ensino “constrói” um documento com a função global de sua prática educativa. Segundo, VASCONCELOS (2002), este documento é:

“(...) um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de forma refletida, consciente, sistematizada, organizada, científica, e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da escola”.

Trabalhando de forma coletiva, compromissada, consciente e política, é possível lutar para que todas as pessoas tenham acesso ao trabalho, à cidadania e à cultura através de uma educação de qualidade comprometida com o bom funcionamento do sistema escolar.²⁹

Dessa forma, a escola radiofônica possui características de promoção humana, tem por objetivo tornar mais eficaz o processo de educação de jovens e Adultos, principalmente os do meio rural, utilizando o rádio enquanto instrumento educativo, possibilitando colaborar na formação e desenvolvimento das potencialidades dos jovens e adultos, tornando-os cidadãos críticos, responsáveis e capazes de construir uma sociedade justa e igualitária. Esses aspectos estão contidos no Projeto Político do SERB construído junto à comunidade escolar.

²⁹ Texto contido na justificativa do PPP do SERB.

2º - CAPÍTULO – SERB: A PRÁTICA EDUCATIVA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

“Assim, a vocação do homem é a de ser sujeito e não objeto (...), não existem senão homens concretos (não existe homem no vazio). Cada homem está situado no espaço e no tempo, no sentido em que vive uma época precisa, num lugar preciso, num contexto social e cultural preciso. O homem é um ser de raízes espaço-temporais”. (FREIRE, 1980, p.34)

Entendendo que o papel do homem é ser sujeito e não objeto, volto-me para os contextos das escolas brasileiras, vivemos uma diversidade na qual o processo educacional passa por significativas transformações. Tais mudanças estão diretamente focadas na busca acirrada pela diminuição da taxa de analfabetismo ainda existente em nosso país. Nesse aspecto, diferentes programas e sistemas são criados e adequados como meio de sanar tais problemas. Ao me reportar ao SERB, enquanto Sistema Educativo Radiofônico de Bragança que atende tanto jovens quanto adultos que há muitos anos estão fora da escola, ou que escolheram esse atendimento pela distância de suas comunidades, e o difícil acesso às escolas perto de suas residências. Dessa forma, destaca-se o atendimento de alunos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na qual uma significativa parcela de alunos está matriculada na terceira e quarta etapa para cursar o ensino fundamental. Assim, são atendidos alunos na faixa etária dos 15 (quinze) aos 60 (sessenta) anos moradores de diferentes comunidades do município de Bragança, que desistiram de estudar por diversos motivos, dentre estes a falta de motivação, carga exaustiva de trabalho, falta de escolas em suas comunidades, difícil acesso nas escolas da cidade e conciliar suas tarefas domésticas com seus estudos através do rádio. No entanto, traço nesse capítulo o que é a educação de Jovens e Adultos e sua trajetória no âmbito educacional, é um novo “modismo” ou uma estratégia para sanar problemas educacionais?

2.1- Conceituando Educação de Jovens e Adultos

Um fazer educativo pensado, preparado e realizado sempre “respeitando os sonhos, as frustrações, as dúvidas, os medos, os desejos dos educandos”

FREIRE

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil vem sofrendo significativas transformações, desde a garantia na Constituição Brasileira de 1934 em que institui

a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário para todos, no entanto essa oferta é insuficiente considerando os altos índices de analfabetismo em nosso país.

Para RIVERO, (2009, p. 21) existe uma necessidade de visualizar à educação básica de jovens e adultos como um extraordinário investimento econômico e cívico e não como um problema de escassez de recursos, em que pese a modernização ocorrida nas sociedades latino-americanas ou em grande parte delas, o domínio da lecto escrita continua constituindo fator indispensável para a sobrevivência e a valorização social e cidadã, esta ideia se complementa com o pensamento de Freire ao afirmar que o aprender a ler, a contar, a escrever está associado a etapas que permitem o acesso aos direitos políticos, econômicos e culturais, afetando ou modificando a forma como o poder está repartido na sociedade³⁰.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais de EJA³¹. (Brasil, 2000) no Art. 5º Os componentes curriculares consequentes ao modelo pedagógico próprio da educação de jovens e adultos e expressos nas propostas pedagógicas das unidades educacionais obedecerão aos princípios, aos objetivos e às diretrizes curriculares tais como formulados no Parecer CNE/ CEB11/ 2000, que acompanha a presente Resolução, nos pareceres CNE/ CEB14/ 98, CNE/ CEB15/98 e CNE/ CEB16/99, suas respectivas resoluções e as orientações próprias dos sistemas de ensino.

Parágrafo único. Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:

I- quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares

³⁰ (...) a alfabetização para FREIRE é mais, muito mais que ler e escrever. É a habilidade de ler o mundo, é a habilidade de continuar aprendendo e é a chave da porta do conhecimento.

³¹ RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº1, DE 5 DE JULHO DE 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

afim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

II- quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III- quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas garantem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica.

Para Laffin (2012), o documento situa a Educação de Jovens e Adultos como uma concepção de uma prática educativa que se dá fora da “idade própria” para aprender, como se existisse uma idade própria para tal, e a escolarização como uma oportunidade, em vez de ser reconhecida como direito educativo dos sujeitos jovens e adultos. Dessa forma, partindo da concepção que não existe necessariamente uma “idade certa” para aprender, a idade adulta deve ser entendida como uma das fases de desenvolvimento do homem que possibilita maior capacidade de reflexão sobre o conhecimento e sobre seus próprios processos de aprendizagem, levando em consideração que esses adultos possuem uma história mais longa de experiências, conhecimentos acumulados e reflexões sobre o mundo externo.

Ainda segundo Laffin

O documento apenas utiliza o termo Educação de Jovens e Adultos indicando a constituição de um núcleo de estudos básicos, no qual serão utilizados conhecimentos multidimensionais sobre o ser humano em situações de aprendizagens e a aplicação em práticas educativas, de conhecimentos de processos educativos de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biossocial. (LAFFIN, 2012, p. 13)

Tais aspectos são elucidados sobre a EJA nas DCNs de EJA em que as práticas educativas devem levar em consideração aspectos específicos do ser humano. Para Marta Oliveira (1999) in Laffin (2012) destaca que o importante

É considerar que os alunos da EJA são diferentes dos alunos presentes nos anos considerados adequados à faixa etária, pois muitos deles são trabalhadores, maduros, com larga experiência profissional ou com expectativa de (re) inserção no mercado de trabalho e com um olhar diferenciado sobre as coisas da existência. Para eles, foi a ausência de uma escola ou a evasão da mesma que os dirigiu para um retorno, nem sempre tardio, à busca do direito de saber. (LAFFIN, 2012, p. 40)

A Legislação Educacional Brasileira reconhecendo a especificidade da EJA conferida pela inserção no mundo do trabalho orienta que os currículos e métodos dos programas levem em conta tal especificidade na sua organização. O inciso II do art. 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) indica que:

(...) a preparação para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade à novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.

O parecer 11/2000 (BRASIL, 2000) elaborado pelo conselheiro Jamil Cury reafirma este sentido:

A LDB incentiva o aproveitamento de estudos e sendo esta orientação válida para todo e qualquer aluno vale para os jovens e adultos cujas práticas possibilitaram um saber em vários aspectos da vida ativa e os tornaram capazes de tomar decisões ainda que, muitas vezes não haja tematizados ou elaborados estas competências. A EJA é momento significativo de reconstruir estas experiências da vida ativa e ressignificar conhecimentos de etapas anteriores da escolarização articulando-os com os saberes escolares. “A validação do que se aprendeu “fora” dos bancos escolares é uma das características da flexibilidade responsável que pode aproveitar estes “saberes” nascidos destes “fazeres”.

Ao enfatizar a Educação de Jovens e Adultos enquanto foco para a educação nacional, a fim de garantir o direito de todos pela educação, nesse sentido a LDB destaca em seu artigo 37:

A educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e na idade própria.

Parágrafo 1º- os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (Brasil, 1996)

Segundo Laffin (2012), os conhecimentos que os alunos da EJA trazem para a escola são significativos à medida que são levados em consideração no processo de aprendizagem dos mesmos, apesar de não possuir domínios de conteúdo, eles tem experiência de vida. São os saberes produzidos em diversos espaços de formação, onde se destacam aqueles produzidos no trabalho. Assim, ao valorizar os conhecimentos dos jovens e adultos percebe-se que estes trazem conhecimentos que vão além daqueles ditos científicos, na realidade o que é realmente necessário é que se valorizem outros saberes fazem parte da vida desses sujeitos.

Dessa forma, reconhecer que os jovens e adultos possuem conhecimentos, e que são capazes de adquirir novos significa reconhecer a sua dimensão humana, ,faz-se necessário levar em consideração que estes são capazes de aprender. O papel da escola envolve desafios pedagógicos, à medida que novas metodologias serão adaptadas à realidade do sujeito, já que o processo de aprendizagem não começa nem termina na escola, mas se prolonga pela vida à fora. Miguel Arroyo assim como Paulo Freire, defende que na Educação de Jovens e Adultos tem de partir dos saberes dos educandos e de suas vivências. Segundo Oliveira diante do contexto acerca da EJA, a mesma propõe que:

Em primeiro lugar, é necessário que se eduque o olhar, despindo-o das representações que desqualificam os sujeitos analfabetos ou pouco escolarizados, embasadas em visões de mundo simplista e preconceituosa. Precisa-se buscar compreender, para além das aparências, das fórmulas fáceis, das verdades prontas, a condição desses sujeitos em suas práticas sociais concretas, procurando reconhecê-los não a partir daquilo que supostamente lhes falta, mas a partir de seus particulares modos de ser e pensar. (OLIVEIRA, 2012.p.184)

E quem são esses sujeitos que procuram a EJA para dar continuidade a seus estudos ainda? Para Oliveira:

As pessoas que procuram as classes de Educação de Jovens e Adultos, tanto do primeiro quanto do segundo segmento, não são crianças grandes, que ficaram para sempre imobilizadas, cristalizadas em uma infância com pouca ou nenhuma escolaridade. Estes adultos estão às voltas, exatamente, com os mesmos afazeres e questões que os seus pares de faixa etária: trabalho, moradia, alimentação,

transporte, saúde, relacionamento amoroso, maternidade/paternidade, realizações pessoais, práticas desportivas, manifestações artísticas, religiosas e políticas. Em geral, advindo das camadas populares, possuem trajetórias distintas entre si, mas que guardam a similaridade do enfrentamento de grandes adversidades, quase sempre, por sua própria condição de classe. (OLIVEIRA, 2012.p.185)

Na realidade, esses alunos que procuram a EJA depois de vários anos fora da escola são pessoas que acreditam que podem melhorar sua condição de vida, que almejam mudar seu futuro, que além das dificuldades enfrentadas do seu dia, confiam que a educação faz a diferença. Para OLIVEIRA (p.18) o adulto analfabeto pensa, sente, emociona, age, reage como um adulto. Não é um sofredor, desinformado, deficiente, pobre coitado e tantos outros pejorativos que lhe são atribuídos.

Os educandos da EJA trazem consigo um legado cultural-conhecimentos construídos a partir do senso comum e um saber popular, não científico, que é construído no cotidiano, em suas relações com o diferente e com o meio os quais devem ser considerados na dialogicidade das práticas educativas. Portanto, o trabalho dos educadores da EJA é buscar permanentemente o conhecimento que dialogue, concomitantemente, com o singular e o universal, o mediato e o imediato, de forma dinâmica e histórica. (DCE de EJA, 2006. p.49).

Compreendendo-o como sujeito que está inserido numa sociedade cultural, faz-se necessário a valorização daquilo que possui e não aquilo que lhe falta. Embora, efetivamente falte. Faltam cuidados do poder público, oportunidade de trabalho e renda, às vezes, incentivo familiar e confiança em si próprio. Mas nem todos esses percalços são motivos para desistir. Oliveira ressalta que

Marcados pelo estigma de pouco estudo, os analfabetos introjetam o fracasso como se fosse seu, quase sem perceber que a superação de sua condição não é mera questão de empenho e responsabilidade individual, sem qualquer relação com determinantes socioeconômicos. A baixa autoestima que, em geral, carregam, advém do preconceito social a que estão submetidos e não de suas supostas falhas ou incapacidades pessoais. (OLIVEIRA, p. 60)

Hoje, felizmente, sabe-se que não há idade certa para aprender. O processo de aprendizagem é contínuo, da infância à velhice. Todo e qualquer tempo é

também de aprendizagem. Não é à toa que se costuma dizer; “vivendo e aprendendo”, proporcionando, justamente, a ideia de prosseguimento, de não interrupção. Também começam a serem conhecidos os conceitos de educação continuada ao longo da vida ou educação permanente.

No entanto, para frequentar as classes de EJA, os adultos são compelidos a alterar sua rotina cotidiana, deixando de lado afazeres e obrigações ou, até mesmo, momentos de descanso e convívio junto a seus familiares. Por partes dessas pessoas, há grandes investimentos de tempo e envolvimento pessoal, requerendo atenção, concentração, comumente, em período nos quais o cansaço se faz presente.

Assim sendo, Silva (2008, p. 107) apud Laffin faz uma provocação aos educadores:

(...) conhecer, o que sabem, o que pensam e como aprendem os jovens e adultos analfabetos ou poucos escolarizados. Investigar as práticas culturais nas quais esses sujeitos estão envolvidos, práticas estas constitutivas de suas subjetividades, e perscrutar as interlocuções- aquelas em curso e aquelas que podem ser intencionalmente planejadas – entre estas práticas culturais não escolares e aquelas próprias da cultura escolar. (LAFFIN, 2008, p. 187)

Enquanto educadora e pesquisadora propus-me justamente a entender por que os jovens e adultos das comunidades do campo de Bragança escolhiam o rádio para continuar seus estudos. Um dos principais fatores diz respeito às dificuldades causadas pelo acesso até a cidade, bem como conciliar seus afazeres ligados à agricultura e aos trabalhos domésticos que envolvem desde ir pra roça até cuidar dos filhos pequenos, no entanto o desejo de continuar os estudos e melhorar de vida ainda é o objetivo de quem procura essa modalidade de ensino.

2.2- A trajetória da EJA enquanto Educação em Direitos Humanos

“(...) ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da sua pele, por sua origem ou ainda pela sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender; e se aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar (NELSON MANDELA, 1994, apud CAPUCHO, 2012, p. 12)

Segundo Capucho (2012, p.12) é esse o grande papel e desafio da educação que leva em consideração a educação enquanto direito, orientada para defesa dos direitos humanos: Promover uma educação com respeito integral aos direitos de todas as pessoas e uma formação cidadã, em que elas possam ser agentes e autores do projeto de uma sociedade livre, igualitária, solidária e socialmente justa – uma sociedade, de fato democrática, fundamentada nos pilares da igualdade de direitos e na liberdade. Entende-se aqui que uma das tarefas da educação nessa perspectiva é fortalecer o Estado Democrático de Direitos, garantido na Constituição Brasileira (1988) tornar concreto a concretização dos direitos,

Para isso é necessário que as pessoas conheçam os direitos individuais e coletivos, os deveres e, principalmente, se reconheçam como sujeitos de direitos, atuantes na sociedade. É fundamental a formulação de políticas públicas nos sistemas de ensino em que a educação em Direitos Humanos seja compreendida com eixo norteador e transversal dos Projetos Pedagógicos Institucionais, e se materializam no currículo escolar. O currículo, além dos componentes curriculares definidos oficialmente, deve abranger temáticas que atendam à diversidade que a sociedade exige, nas diferentes especificidades da educação: ambiental, sexual, quilombola, indígena, afro-brasileira, do campo, religiosa, musical, geracional, para pessoas com deficiência, tecnológica e midiática, entre outras. (CAPUCHO, 2012, p.13)

Dessa forma, a prática pedagógica e fortalecimento da cidadania estão presentes nos espaços/tempos dedicados à Educação de Jovens e Adultos, principalmente no que concerne a educação em Direitos Humanos – EHD, área que vem se afirmando no Brasil, a partir da ação cotidiana de professores, educadores sociais, militantes e pesquisadores, na realidade procura-se oportunizar o diálogo entre essas duas áreas que apesar das similitudes, guardam suas especificidades e desafios.

Reconhecemos que o direito à educação é uma conquista histórica, constituindo fundamento para o exercício da cidadania, uma vez que essa foi tomada como condição necessária para laicizar o saber. Em nosso país pós-ditadura, esse direito alcançou legalidade com a Constituição de 1988, no qual o art.211 estabelece que os sistemas de ensino devam ser organizados em regime de colaboração, sendo da responsabilidade da União a organização do sistema federal

de ensino, a assistência técnica e financeira para que os Estados, Distrito Federal e Municípios possam garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino.

Aos Estados competem à atuação prioritariamente no Ensino Fundamental, anos finais e Médios e aos municípios na Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais. Sendo que o sistema de educação deve ser organizado de maneira articulada com vistas a assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.

Esse direito à educação também se faz presente na Declaração dos Direitos Humanos (ONU, 1948), no entanto a Educação de Jovens e Adultos demanda um tratamento diverso atribuído à educação dita regular, em virtude da dívida histórica para com a educação do (a) estudante trabalhador, para Capucho

Jovens, adultos (as), idosos (as) precisam ser reconhecidos (as) como sujeitos de direito, pois, em virtude das situações de desigualdade presente na sociedade brasileira, e ausência do Estado na garantia dos direitos, e lhes foi negado o direito à educação no passado, e lhes é dificultado no presente. O que valida a reivindicação de caráter afirmativo às políticas destinada a essa população, com vistas a universalizar a educação em nosso país, ou seja, as políticas públicas precisam focar medidas especiais e emergenciais com o objetivo de eliminar desigualdades históricas e acumuladas.

O que acontece é o inverso, o que se observa é que a partir do momento em que a Educação de Jovens e Adultos firmou-se como responsabilidade do Estado, a lógica neoliberal lhe afligiu papel secundário, resultando em desestímulo para investimentos, o que resultou na negação do direito assegurado na forma da Lei, o que se percebe é que tais direitos estão sendo negados aos (às) jovens e adultos (as) que não tiveram acesso à escola na idade tida como apropriada.

Apesar dessa presente negação a TRAJETORIA DA EJA vem de uma grande luta em relação a garantir tais direitos, na coleção de publicações intitulada “Educação para Todos”, o Ministério da Educação (MEC) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) enfatiza que o “fio” que começa a tecer essa teia é o Documento Final do Seminário Nacional de Educação de Jovens e Adultos, realizado em Natal/RN, no ano de 1996. Assim,

orientados pelos princípios de equidade, integração, autonomia, qualidade, flexibilidade e pluralidade, os delegados ao Seminário Nacional de Educação de Jovens e Adultos firmam os seguintes compromissos:

1º. Reconhecendo que o estado de miséria das populações interfere negativamente nos resultados educacionais, cabe aos governos federal, estaduais e municipais desenvolver políticas voltadas à resolução dos problemas da exclusão social, promovendo política industrial, agrícola e de reforma agrária, de forma a estimular a geração de emprego, a redistribuição da renda e da terra.

2º. Promover a reflexão e discussão permanentes sobre a vinculação da EJA à melhoria de vida e ao desenvolvimento socioeconômico do país e sobre as políticas educacionais mais adequadas, comprometendo os governos Federal, estaduais e municipais com a superação do analfabetismo e a elevação dos níveis de escolaridade da população.

3º. Promover a continuidade e institucionalização de programas e projetos educacionais em todas as instâncias governamentais e não governamentais, visando à consolidação de uma política nacional de educação continuada.

4º. Ampliar significativamente o atendimento da demanda por EJA sob formas diversas e flexíveis, assegurando a continuidade de estudos e eliminando simultaneamente os problemas da evasão e repetência, até que sejam alcançadas as metas de superação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental.

5º Atender às especificidades dos grupos sociais prejudicados em seu acesso à educação, dentre os quais se destacam as mulheres, os negros, os trabalhadores rurais, os povos indígenas, os portadores de deficiência e os presidiários.

Esses são os cinco primeiros compromissos, num total de onze que ficaram acordados, bem como: prever, valorizar e disseminar iniciativas das organizações da sociedade civil, fomentar a expansão de programas de educação continuada de jovens e adultos que venham atender às demandas das sociedades locais. Promover gestões junto aos órgãos públicos. Avançar nas formulações teórico-metodológicas relacionadas à EJA com vistas à busca da qualidade do processo de ensino aprendizagem, fomentando sua identidade político-pedagógica por meio de ações articuladas, dentre outros compromissos acordados neste documento.

Frente a esses compromissos, os delegados e participantes do Seminário Nacional de EJA estabelecem várias propostas, com vista à elaboração de um Plano Nacional de EJA entre elas: Construir e instalar nos Estados e Municípios fóruns

permanentes e/ou comissões interinstitucionais com caráter consultivo e/ou deliberativo envolvendo todos os segmentos governamentais, não governamentais e instituições de ensino superior. Articular esses fóruns ou comissões nos âmbitos regional. Garantir representação regional na Comissão Nacional de EJA. Dar continuidade às políticas e programas de EJA. Conferir à instância dedicada à EJA posição relevante na estrutura do Ministério da Educação. Implantar e institucionalizar estruturas específicas voltadas para EJA nos órgãos públicos estaduais e municipais de educação, assegurando-lhes recursos humanos, financeiros e materiais compatíveis com a demanda. Instituir mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação da implementação das políticas da EJA e o cumprimento das determinações constitucionais e compromissos internacionais e ela relacionados. Universalizar a oferta educacional para jovens e adultos nas redes públicas de ensino, inserindo-a nas escolas dos sistemas estadual e municipal de educação. Atender às populações indígenas nos programas de EJA, assegurando a preservação de seus valores culturais. Fomentar o desenvolvimento da EJA em empresas públicas e privadas e durante a jornada de trabalho sob a orientação dos sistemas de ensino. Celebrar acordos de cooperação e convênios entre instituições públicas e privadas que possibilitem alocação de recursos humanos, físicos e financeiros, materiais e equipamentos, no sentido de garantir aos jovens e adultos a educação básica, formação e atualização profissional. Estimular a apropriação dos meios de comunicação de massa por diferentes atores sociais. Estruturar programas alternativos de educação continuada. Sensibilizar e mobilizar a opinião pública através da mídia e das organizações da sociedade civil com o objetivo de recuperar a identidade, facilitar o acesso e garantir a permanência do aluno jovem e adulto no processo educacional. Criar fundos públicos nas três esferas de governo para o desenvolvimento da EJA, bem como outras propostas que contribuíssem para o exercício da cidadania e condições de vida dos educandos.

No ano de 1997, da V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (CONFINTEA), em Hamburgo, na Alemanha aborda conceitos diferenciados no que tange a EJA.

Nós, participantes da V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, reunidos na cidade de Hamburgo, reafirmamos que apenas o desenvolvimento centrado no ser humano e a existência

de uma sociedade participativa, baseada no respeito integral aos direitos humanos, levarão a um desenvolvimento justo e sustentável. A efetiva participação de homens e mulheres em cada esfera da vida é requisito fundamental para a humanidade sobreviver e enfrentar os desafios do futuro.

A educação de adultos, dentro desse contexto, torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de ser um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. A educação de adultos pode modelar a identidade do cidadão e dar um significado à sua vida. A educação ao longo da vida implica repensar o conteúdo que reflita certos fatores, como idade, igualdade entre os sexos, necessidades especiais, idioma, cultura e disparidades econômicas.

Para entender tal trajetória é necessário de uma forma clara apresentar de forma sucinta algumas conferências que no decorrer desses séculos ocorreram propiciando significativas mudanças no que diz respeito à educação de Jovens e Adultos.

A V Conferência³² Internacional sobre Educação de Adultos (V CONFINTEA), realizada em julho de 1997, em Hamburgo, Alemanha. A educação de adultos engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, a qual pessoas consideradas “adultas” pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. A educação de adultos inclui a educação formal, a educação não formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos. Essa Conferência reconhece a diversidade dos sistemas políticos, econômicos e sociais, bem como as estruturas governamentais entre os países-membros. De acordo com tal diversidade e assegurando o respeito integral aos

³²Educação de Jovens e Adultos. Uma memória contemporânea 1996- 2004. Organização Jane Paiva. Maria Margarida Machado Timothy Ireland. Edição Eletrônica. Brasília. 2007.

direitos humanos e às liberdades individuais, reconhece que as circunstâncias particulares vividas pelos países-membros determinarão, em grande parte, as medidas que os Governos devem adotar para avançar na consecução e no espírito de nossos objetivos.

Nós, reunidos em Hamburgo, convencidos da necessidade da educação de adultos, nos comprometemos com o objetivo de oferecer a homens e mulheres as oportunidades de educação continuada ao longo de sua vida. Para tanto, construiremos amplas alianças para mobilizar e compartilhar recursos, de forma a fazer da educação de adultos um prazer, uma ferramenta, um direito e uma responsabilidade compartilhada.

Hamburgo, Alemanha, julho 1997.

São vinte e seis tópicos abordados nessa conferência, aqui apresento os que mais me chamaram atenção por estarem voltados especificamente para a educação de adultos.

O Brasil é signatário da Declaração Mundial de Educação para Todos e do Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem (Jomtien, 1990). Continuando a emendar e entrelaçar os “fios”, registra-se que a V CONFINTEA inovou do ponto de vista das participações: delegações oficiais e representantes da sociedade civil organizados privavam do mesmo espaço, quase sem barreiras. Fez-se presente à V Conferência Internacional de Educação de Adultos e subscreveu a Declaração de Hamburgo e a Agenda para o Futuro sobre educação de pessoas adultas (Hamburgo, 1997) e, como pátria do educador Paulo Freire, sente-se particularmente comprometido com a década pela alfabetização desencadeada nessa conferência, em sua homenagem. Empenhados em dar sequência a esse conjunto de eventos e compromissos internacionais, as representações nacionais da UNESCO e do Consejo de Educación de Adultos de América Latina y Caribe (CEAAL), a Secretaria de Educação Fundamental (SEF) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) envolveram-se ativamente na preparação de uma contribuição à estratégia regional de continuidade da V CONFINTEA, reunindo os esforços de organizações governamentais e não governamentais preocupadas em fazer da

educação de pessoas jovens e adultas uma política continuada de Estado, fundamentada no consenso das instituições públicas e da sociedade civil.

Reunião Sub-Regional para os Países do MERCOSUL e Chile: Contribuição Brasileira. A contribuição brasileira, sintetizada a seguir, resulta de um processo de articulação multissetorial e interinstitucional, que culminou com a realização de um encontro preparatório nacional de educação de jovens e adultos, sediado pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná, uma das representações do CONSED, Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação na cidade de Curitiba, no período de 9 a 30 de novembro de 1998. O encontro, que reuniu cinco participantes de organismos governamentais e não governamentais, entidades sindicais e empresariais, universidades e movimentos sociais, oriundos de vários estados brasileiros, apresentou como metodologia básica discussões em grupo, plenária com as conclusões e apresentação de propostas. Os sete temas discutidos foram os seguintes: • Educação e trabalho • Educação e juventude • Educação no campo e com comunidades indígenas • Educação para a cidadania, direitos humanos e participação • Alfabetização e escolarização de jovens e adultos • Educação e superação dos preconceitos de gênero e etnia/raça • Educação e desenvolvimento local e sustentável.

O I Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, (I ENEJA) realizado no SESC Rio de Janeiro, no período de 08 a 10 de setembro de 1999, representa mais um passo na história recente de EJA, impulsionado pelos compromissos assumidos pelo Ministério da Educação, em nome do governo brasileiro, em encontros internacionais, desde a Conferência de Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, 1990, e pela iniciativa de organizações tais como representações nacionais da UNESCO e do CEAAL, mais CONSED, UNDIME, CRUB, MTb e SESI. Estiveram presentes 98 representantes dos diversos segmentos que atuam no campo da EJA, tais como sistemas estaduais e municipais de educação, sistemas estaduais e municipais de trabalho e emprego, organizações empresariais e Sistema 'S', universidades, organizações não governamentais, organizações sindicais e movimentos sociais. No decorrer desta década vale destacar como referenciais históricos, ainda, o Encontro Latino-Americano sobre Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores, promovido pela SEF/MEC em cooperação com a UNESCO, realizado em Olinda.

Partindo do conceito amplo de EJA, presente na Declaração de Hamburgo, o conferencista José Rivero, destacou a contribuição de dois documentos como fontes primárias para a sua elaboração. No Relatório Delors, identificou “quatro pilares educativos” inspiradores no processo de atualização do conceito de educação de jovens e adultos: “aprender a ser”, “aprender a conhecer”, “aprender a fazer” e “aprender a conviver”. No Informe De Cuéllar, nossa diversidade criadora apontou o convite à EJA para pensar a cultura como uma “forma de viver junto” e, como consequência, para assumir, como tarefa própria, a educação para a convivência com as diversidades, o debate ético e para enfrentar os desafios da questão ecológica e do desenvolvimento sustentável. Um processo assim orientado é continuado e permanente, para poder garantir o direito de todos – crianças, jovens e pessoas adultas – a uma educação compatível com as respectivas necessidades e, ao mesmo tempo, para ser capaz de estimular a imaginação e a criatividade. “O reconhecimento do direito à educação” e do “direito a aprender por toda a vida” é, agora, “mais do que nunca, uma necessidade: é o direito de ler e escrever; de questionar e de analisar; de ter acesso a recursos e de desenvolver e praticar habilidades e competências individuais e coletivas”.

Uma proposta de educação fundamentada na Declaração de Hamburgo deve também reconhecer a riqueza proporcionada pela diversidade cultural, bem como a necessidade de respeitar o conhecimento e as formas de aprendizagem dos diferentes grupos sociais.

A revisão do conceito deve, ainda, incorporar os avanços realizados nas seguintes áreas:

1ª) alfabetização: as pesquisas vêm demonstrando que são necessários mais do que cinco anos de escolaridade para se considerar que a pessoa está alfabetizada, o que ainda não ocorre na maioria das experiências que vem sendo desenvolvidas no Brasil;

2ª) educação e trabalho: o tema das relações da educação de jovens e adultos com o trabalho aponta para a necessidade de uma educação que alargue, ao mesmo tempo, a competência individual e a coletiva, envolvendo o ser humano em todas as suas dimensões;

3ª) educação, cidadania e direitos humanos: nesta dimensão, a educação de jovens e adultos deve enfatizar os direitos indivisíveis e essenciais à vida e que possibilitem a defesa dos valores éticos essenciais à pessoa humana;

4ª) educação no campo e educação indígena: envolvem a promoção de um diálogo com enfoque intercultural, fortalecendo movimentos culturais e ações especiais voltadas às populações indígenas e do campo;

5ª) a educação de jovens e adultos deverá, finalmente, dar uma atenção especial para as dimensões de juventude, gênero, etnia e raça. Convém considerar que, nos debates, foram examinados procedimentos e orientações que vêm dificultando a realização de uma educação de jovens e adultos, entendida sob essa perspectiva ampla. Diversos trabalhos apresentados nos painéis e em outras mesas redondas revelam que ainda prevalecem, na prática da educação de jovens e adultos, conceitos e procedimentos diversos dos que informam as orientações das conferências internacionais.

O atendimento em EJA se dá de forma diversificada e descontínua, compreendendo ações governamentais, nas esferas federal, estadual e municipal, predominantemente nas áreas de trabalho e educação, nos projetos desenvolvidos por ONGs, movimentos sociais, universidades, Sistema 'S', por outras iniciativas empresariais e pelo movimento sindical.

Quanto à formação do educador pelas universidades, em articulação com Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e Trabalho, movimentos sociais, ONGs e outros formadores, do compromisso com a formação inicial de educadores para a EJA em nível superior, como preceitua a LDB, produzindo metodologias e modalidades de atendimento capazes de responder às demandas de âmbitos estadual e municipal; garantia de formação e de capacitação, dentro de sua carga horária, aos professores de EJA.

Os participantes do Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, mobilizados pelas discussões e articulações que estavam fazendo em diferentes instâncias, por um projeto de educação de jovens e adultos como direito básico à cidadania no Brasil, instaram o Ministério da Educação para que assuma, como dever do Estado, a coordenação da formulação de uma política nacional de EJA, com o concurso de todos os atores sociais interessados na temática, por meio de uma ampla discussão nacional e para que assuma, também, politicamente, a defesa de recursos orçamentários que assegurem o cumprimento do direito estabelecido na Constituição Federal e reafirmado pela LDB.

A síntese do relatório final do II ENEJA está estruturada em quatro partes: trata inicialmente do contexto em que o Encontro se realizou, abordando, a seguir, os conceitos de educação de jovens e adultos, parcerias e estratégias de

articulação; por fim, expõe os encaminhamentos e moções da plenária. O II Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, realizado de 07 a 09 de setembro, em Campina Grande (PB), significou um esforço de organização nacional e configurou um espaço público de debates em torno das questões desse campo educativo. Dele participaram 09 pessoas indicadas pelos Fóruns Estaduais de Educação de Jovens e Adultos, RAAAB, SESC, SESI, UNDIME e CONSED. Sua realização é parte do processo de mobilização de um conjunto de agentes das esferas governamental e não governamental (muitos dos quais se encontram aglutinados em torno aos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos).

O III ENEJA teve como tema a divisão de responsabilidades entre os organismos governamentais das três esferas administrativas e as organizações da sociedade civil para a consecução das metas relativas à educação de pessoas jovens e adultas previstas no Plano Nacional de Educação. Problematizou questões quanto a quem cabe cumprir as metas; analisou os compromissos internacionais da EJA e enfocou questões específicas da educação básica e do significado do mundo da cultura em relação com a EJA; assim como discutiu o sentido do trabalho na construção do currículo. Reuniu delegados estaduais em plenária dos Fóruns e em grupos setoriais, visando ao encaminhamento de proposições e estratégias de luta a serem seguidas pelos diferentes movimentos de resistência que avançam em todo o país em defesa do direito à EJA.

Este relatório do IV ENEJA está assim estruturado: inicialmente trata do contexto em que o Encontro se realizou, abordando, em seguida, as questões relacionadas à educação de jovens e adultos: diretrizes e bases; conceitos e práticas; articulação dos fóruns estaduais e regionais e seus respectivos segmentos; perspectivas e proposições e deliberações da plenária e encaminhamentos para o V ENEJA. O IV ENEJA realiza-se numa conjuntura nacional e internacional delicada, de mudanças e incertezas que estão e continuarão tendo fortes reflexos na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O término da Guerra Fria introduziu uma ordem política e econômica internacional unipolar, cujas consequências – profundamente influenciadas pelos eventos e sequelas de 11 de setembro – ainda estão por ser plenamente entendidas e avaliadas. Nesse processo, a América Latina, especialmente Argentina, Uruguai e Brasil, tornaram-se alvos da especulação e ataque por parte dos mercados financeiros e cambiais.

O relatório-síntese do V ENEJA “Educação de Jovens e Adultos: comprometimento e continuidade” está assim estruturado: inicialmente trata do contexto em que o Encontro se realizou, abordando, em seguida, as questões relacionadas às políticas públicas de educação de jovens e adultos; aos Planos Estaduais e Municipais como articuladores de políticas; os avanços na participação da sociedade civil na construção de políticas públicas; indicações e deliberações da plenária e encaminhamentos para o VI ENEJA.

A VII Conferência Internacional da UNESCO em Educação de Adultos realizada em Belém do Pará (BRASI 2009), promoveu o reconhecimento da educação e aprendizagem de jovens e adultos como um fator importante e condutor para a capacidade da aprendizagem de jovens e adultos. Esta conferência teve como um dos objetivos permitir um exame global da situação da educação no que diz respeito à EJA. Nesta conferência o ministro Fernando Haddad ressalta “após a VI Conferência será estabelecido um fundo multilateral e internacional para combater o analfabetismo. Assim em 2015 podemos ter um ano de conquista para toda a comunidade internacional” e acrescentou “Nós temos imensas esperanças que depois de Belém estaremos prontos para reunir todos os esforços para garantir o direito de ler e escrever de todos os cidadãos”.

No entanto, em meados de tal data, ainda se mantêm sentimentos de esperança, já que muita coisa não mudou, e é visível a quantidade de jovens e adultos que ainda permanecem sem o acesso a escolarização básica e educação de qualidade.

A Década das Nações Unidas para a Alfabetização: Educação para Todos. O Secretário-Geral, por meio do presente documento, encaminha o relatório do Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), de conformidade com a Resolução nº 56 / 6 da Assembleia-Geral, de 9 de dezembro de 2000 , intitulada “A Década das Nações Unidas para a Alfabetização: Educação para Todos”. O relatório apresenta o Plano de Ação da Década das Nações Unidas para a Alfabetização: Educação para Todos, consistindo de recomendações para o sucesso da implementação dessa Década. Em sua Resolução nº 56 / 6, a Assembleia Geral proclamou o período entre 2003-0 como a Década das Nações Unidas para a Alfabetização, com o objetivo de levar educação a todos. Nessa Resolução, a Assembleia levou em conta a proposta preliminar e o

plano para uma Década das Nações Unidas para a Alfabetização (A/56/4 e Ad. – E/00/193 e Ad.), que havia sido solicitado por ela, por meio da Resolução nº 54/, decidindo que a Unesco deveria assumir o papel de coordenação, no incentivo e na catalisação das atividades em nível internacional no âmbito da Década. A minuta do Plano de Ação foi desenvolvida de conformidade com o parágrafo da Resolução no 56/6, no qual a Assembleia Geral solicitou ao Secretário-Geral que, em cooperação com o Diretor-Geral da Unesco, coletasse junto aos governos e às organizações internacionais *Plano de Ação Internacional. Implementação da Resolução nº 56/116, da Assembleia-Geral. Relatório do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan.

A década das Nações Unidas para a Alfabetização, como parte integrante da Educação para todos, irá fornecer tanto uma plataforma quanto o impulso para a consecução de todos os seis objetivos do Marco de Ação de Dacar. Os seis objetivos de Dacar:

1. Expansão e aprimoramento da assistência e educação da primeira infância, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas.
2. Garantir que em 2015 todas as crianças, especialmente meninas, crianças em situações difíceis e crianças pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso a uma educação primária de boa qualidade, gratuita e obrigatória, e possibilidade de completá-la.
3. Assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam satisfeitas mediante o acesso equitativo à aprendizagem apropriada e a programas de capacitação para a vida.
4. Atingir, em 2015, 50% de melhoria nos níveis de alfabetização de adultos, especialmente para as mulheres, e igualdade de acesso à educação fundamental e permanente para todos os adultos.
5. Eliminar, até 2015, as disparidades existentes entre os gêneros na educação primária e secundária e, até 2015, atingir a igualdade de gêneros na educação, concentrando esforços para garantir que as meninas tenham pleno acesso, em igualdade de condições, à educação fundamental de boa qualidade e que consigam completá-la.
6. Melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar a excelência de todos, de modo que resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis sejam alcançados por todos, especialmente em alfabetização, cálculo e habilidades essenciais para a vida.

Para concretização dessa agenda, o Ministério da Educação vem fortalecendo iniciativas e parcerias com os sistemas municipais e estaduais de educação e organizações não governamentais, atuando junto aos Fóruns que discutem a ampliação e a melhoria da qualidade da educação de pessoas adultas no Brasil.

Construindo Estruturas e Quadro Institucional: políticas, medidas legais, sistemas de disseminação/divulgação e de inovação A Constituição Federal de 1988 garante, no Título dos Direitos Individuais e Coletivos, o direito à Educação a todos os cidadãos brasileiros. Para o cumprimento da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 define, com mais clareza, as responsabilidades entre as três esferas de Governo, cabendo: aos municípios oferecer, prioritariamente, o ensino fundamental; aos estados, o ensino médio; e à União, prestar assistência técnica e financeira a ambos. Da referida lei, LDB – Lei nº 9.394/96 trouxe nova perspectiva à educação de jovens e adultos, incorporando-a como modalidade da Educação Básica e reafirmando a obrigatoriedade e gratuidade de sua oferta. No tocante aos avanços legais destaca-se, ainda, a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos – Resolução No 0 / 000, do Conselho Nacional de Educação. O documento ressalta o direito à educação escolar para jovens e adultos, observando a formação inicial e continuada de professores e a formulação de propostas pedagógicas coerentes com as especificidades desta modalidade. Nesse sentido, o Ministério da Educação estabeleceu como um de seus objetivos definir e implementar uma política nacional para a educação de jovens e adultos.

Mais do que informações, a significância desse documento se expressa pelos enormes desafios que a EJA ainda tem de enfrentar: um quantitativo enorme de jovens e adultos que se encontram fora da escola; a falta de uma política clara de financiamento; certezas e incertezas em relação aos conceitos de EJA, à formação de professores específicos para a prática educativa de jovens e adultos, ao material didático adaptado a essa realidade, entre outros. Em síntese, o desafio da construção de uma política pública de EJA no Brasil, que realmente efetive o direito de todos. Os documentos internacionais representam o esforço de uma ação orquestrada com os vários países signatários, em busca da educação como direito ao longo da vida. Para isso, tais documentos não podem ser encarados como

acordos burocráticos ou mais uma lista de boas intenções. Ao contrário, o que se revela na estratégia de continuidade da V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (CONFINTEA), é uma proposta de acompanhamento e busca de efetividade nas ações assumidas pelos governos. A revalorização de uma longa luta cotidiana e contemporânea destacadamente para jovens e adultos privados, historicamente, do bem simbólico que a educação constitui. A memória desse tempo de luta, de avanços e recuos não mais se apagará, revelando ao futuro o papel fundamental desses atores sociais coletivos, na disputa de focos para iluminar a EJA. As políticas contemporâneas para a educação de jovens e adultos teceram-se com ética e compromisso público. Tomaram a cena, antes quase invisível, pelas práticas reinventadas de democracia e pelos sentidos atribuídos a direitos humanos, o que envolve, de certo, o direito à educação.

Diante dessa trajetória em que a educação de jovens e adultos como citei a priori foi traçando os fios em que se enlaçaram as decisões e os avanços com relação a uma educação que se adeque e se adapte a esses alunos “diria maduros” que em sua maioria encontram-se nos meios rurais de nosso país, é necessário conhecer que educação do campo e para o campo é essa que de tem um enorme contingente de pessoas que ainda se encontram fora da escola ou que estão anos e anos querendo uma oportunidade para voltar.

2.3 - A Concepção de Educação do Campo na Sociedade Brasileira

Os alunos da EJA que estudam através do sistema Radiofônico são alunos das comunidades do Município de Bragança, tais comunidades pertencem ao campo, até pouco tempo conhecido como “meio rural” que atualmente vive diversos problemas principalmente no que diz respeito ao acesso à escolarização, apesar de termos dados em que no Brasil 96% das crianças de 7 a 14 anos estão matriculadas, ainda permanecem os problemas da baixa qualidade e eficiência dos sistemas de ensino na maioria dos Estados brasileiros. Nessa perspectiva, uma das restrições para o alcance da universalização com qualidade e o aumento dos índices de conclusão do ensino fundamental encontra-se relacionada à efetividade da educação presente no meio rural brasileiro (Bof, 2006). Constata-se que é no meio

rural que encontramos os mais baixos índices de escolaridade que envolve uma grande maioria de nossa sociedade brasileira.

Um meio rural que, segundo os dados divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³³, tem uma população residente de aproximadamente 32 milhões de brasileiros. Ou seja, que apesar da intensa urbanização ocorrida nas últimas décadas, cerca de um quinto da população do nosso país encontra-se vivendo no meio rural.

Vivemos momentos que demonstram historicamente certa negação à população que vive no meio rural de nosso país, principalmente no que diz respeito ao direito de acesso e de permanência no ambiente educacional, atualmente o processo econômico, social, cultural e de políticas educacionais traçados em nosso país, que deixou como herança um quadro de precariedade no funcionamento da escola rural em relação aos elementos humanos disponíveis para o trabalho pedagógico, a infraestrutura e os espaços físicos inadequados, a má distribuição geográfica das escolas, a falta de condições de trabalho e de formação específica para uma atuação no meio rural, entre outros fatores.

Cláudia Passador (2006) expressa que

Para os camponeses, a escola não tinha tanto significado, uma vez que, o aprendizado da profissão tinha sido adquirido com os pais e não pela escola. De forma geral, a escola era compreendida como lugar da “contra educação rural”, pautada em apenas instruir o homem do campo, para ler, escrever e contar. Essa idéia de instrução do trabalhador nos remete a uma ideologia de que o sujeito da roça não precisa estudar, pois, trabalhar com enxada, por exemplo, requer apenas esforço físico, não precisaria raciocinar refletir, questionar e sim, somente manusear os instrumentos e saber utilizar a terra adequadamente. (PASSADOR, 2006)

No entanto, essa ideologia atualmente deve ser descartada já que existe educação oferecida pelas escolas à população rural. Uma educação em que predomina uma concepção unilateral da relação cidade-campo, com a difusão de valores, conhecimentos e atitudes que por vezes chegam a ser distantes do modo de vida da cultura da população do meio rural e que tem sido muito mais um

³³ Dados de 2000.

instrumento de estímulo ao êxodo e à evasão de muitos jovens para o meio urbano. Do que a preocupação com os sujeitos que vivem no campo.

Nos últimos tempos, a partir de uma política educacional, denominada nucleação, que sob a alegação de que as escolas rurais são mais onerosas, têm estimulado as crianças, os jovens e adultos a realizarem os estudos no meio urbano. Surgem a partir de tais realidades e iniciativas de muitas prefeituras municipais e estaduais que visando reduzir os custos, deslocam os alunos para os centros urbanos, através de locação de ônibus, os quais fazem longos trajetos de muitas horas de viagem e em condições e estradas precárias. E, para acirrar ainda mais essa situação, nas escolas do meio urbano os alunos são colocados ou em salas distintas, “sala da roça”, reforçando assim a dicotomia rural-urbana; e quando colocados em uma mesma sala, onde são considerados atrasados pelos colegas do meio urbano, passam a assumir valores diferentes dos seus para serem considerados modernos (Silva, 2003).

Para Pinheiro, os que têm o desafio em tentar definir um conceito sobre educação do campo, relacionam a uma postura político pedagógica crítica, dialética, dialógica, postulando uma formação “técnica e política (CANDAU, 2005). A de sujeitos politicamente conscientes, com uma visão humanizadora, valoriza o sujeito através de sua identidade cultural e compreende o trabalho como algo que dignifica o homem enquanto sujeito histórico e não enquanto objeto ou coisa. A partir desses pressupostos, a gênese das palavras **educação do campo** demanda da ação dos movimentos organizados, na construção de políticas públicas educacionais para os assentamentos da reforma agrária. O termo **campo** nasce dessa configuração repercutindo acirradamente após o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), realizado em 1997, promovido pelas entidades: MST, UNB, UNESCO, UNICEF, e CNBB, tinham como finalidade ampliar um debate nacional sobre a educação do mundo rural levando em conta o contexto do **campo** em termos de cultura específica, bem como a maneira de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço, e o meio ambiente e quanto ao modo de viver, de organizar a família e trabalho. (KOLLIN, NERY, MOLINA, 1999, p.14). Com base nesse pensamento, começou-se a discutir outro perfil de escola do campo, não com uma

educação para os sujeitos do campo e sim uma educação com os sujeitos do campo. Reitera Molina (2004).

Que a educação do campo como novo paradigma, está sendo construída por diversos grupos sociais e universidades, rompem com o paradigma rural cuja referência é a do produtivismo, ou seja, o campo como lugar da produção de mercadorias e não como espaço de vida, o lugar da dialetização, da cultura, do saber e da formação de identidades.

Cabe assim a este atual sistema educativo atingir as populações que moram no meio rural, entender que esta educação do campo deve ser revalorada nas suas especificidades e não modificada por uma conveniência seja ela política ou partidária, para Candau,

O conceito de educação do campo relaciona-se com uma postura político-pedagógica crítica dialética, dialógica, postulando uma formação “técnica e política” de sujeitos politicamente conscientes, com uma visão humanizadora que valoriza o sujeito através da sua identidade cultural e compreende o trabalho como algo que dignifica o homem enquanto sujeito histórico e não enquanto objeto ou coisa. (CANDAU, 2005, p. 24)

Segundo as Diretrizes Complementares³⁴ para o atendimento da Educação Básica nas escolas do campo, o que se deseja é que a Educação do Campo não funcione como um mecanismo de expulsão das populações camponesas para as cidades, mas que ofereça atrativos àqueles que nele desejarem permanecer e vencer. A Educação do Campo deverá atender, mediante procedimentos adequados, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, às populações rurais que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos, no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, em idade própria. Segundo Arroyo:

A escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimentos e cultura, valores e identidades das crianças, adolescentes, jovens e adultos. Não para fechar-lhes os horizontes, mas para abri-los ao mundo deste o campo, ou desde o chão em que pisam. Desde suas vivências, sua identidade, valores, e culturas,

³⁴BRASIL, Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo. Brasília: MEC, 2002. Teve como Presidente da Câmara de Educação Básica Francisco Aparecido Cordão.

abrir-se ao que há de mais humano e avançado no mundo.
(ARROYO, 2005, p. 14)

Diante desse contexto, faz-se necessário um breve questionamento; E quem são esses sujeitos da educação do campo? São aqueles que, não obstante terem sido excluídos e marginados pelo processo de modernização da agricultura brasileira, ao contrário da estratégia de êxodo, aliaram-se numa resistência *no* e educação *do* campo. Ou seja, são sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente; sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária; sujeitos da luta por melhores condições de trabalho no campo; sujeitos da resistência na terra dos quilombos e pela identidade própria desta herança; sujeitos da luta pelo direito de continuar a ser indígena e brasileiro, em terras demarcadas e em identidades e direitos sociais respeitados; e sujeitos de tantas outras resistências culturais, políticas, pedagógicas. Quando falo nesses sujeitos enquanto agricultores do campo, me volto para os alunos do sistema radiofônico que vivenciam algumas dessas realidades no município. Dessa forma, a educação do campo torna-se um movimento que, na afirmação e diálogo dos seus diferentes sujeitos, busca vincular a luta por educação com o conjunto de lutas pela transformação das condições sociais de vida no campo, marcadas por uma realidade de violenta desumanização. Vincular a luta por educação às lutas sociais tem como pressuposto básico de que não há como educar verdadeiramente os sujeitos do campo sem transformar as condições atuais de sua desumanização, assim como a compreensão de que é na própria luta por estas transformações que o processo de humanização é retomado (Caldart, 2004).

No entanto, vale ressaltar que a expressão educação do campo também identifica uma reflexão pedagógica que reconhece o meio rural como lugar onde não apenas se reproduz, mas também se produz pedagogia. Uma reflexão que desenha os traços de um projeto de educação ou de formação dos sujeitos do campo que, na definição de Caldart,

É um projeto de educação que reafirma, como grande finalidade da ação educativa, ajudar no desenvolvimento mais pleno do ser humano, na sua humanização e inserção crítica na dinâmica da sociedade que faz parte; que compreende que os sujeitos se humanizam ou se desumanizam sob condições materiais e relações sociais determinadas; que nos mesmos processos em que produzimos nossa

existência nos produzimos como seres humanos; que as práticas sociais e, entre elas, especialmente as relações de trabalho conformam (formam ou deformam) os sujeitos (Caldart, 2004, pp. 154-155).

Pensando na situação de exploração do trabalhador e nas condições que oportunizam uma educação conscientizadora, Paulo Freire (2007) nos possibilita observar o sistema educacional da sociedade brasileira, dentro do processo de mudança, quando identifica a educação como elemento fundamental para o sujeito do campo ou da cidade. E considera como necessidade primordial dessa mudança, a leitura de mundo com o sujeito que aprende, mas que também ensina.

Articulado a esse pensamento, Arroyo acrescenta:

A crença que a função da escola é transmitir o saber socialmente construído hoje está sendo revisto não superada. Não se trata de superar o direito de todo ser humano ao saber socialmente construído, a cultura de vida, a herança cultural. Trata de que isso passou a ser um slogan, que precisa ser mais trabalhado, mais pesquisado. Até onde os saberes escolares são saberes construídos ou apenas parte e até filtram esse saber construído? Até onde há seletividade dessa construção? Até onde em nome do direito aos saberes escolares, negamos os saberes construídos? Até onde são saberes mais mortos do que vivos? (ARROYO,2006; p.111)

O camponês, o ribeirinho, o povo da floresta da Amazônia tem demonstrado que domina saberes. Conhecem as marés do rio que enche e vaza, do tempo da piracema, do período da coleta dos frutos na floresta, entendem a geografia do rio, da mata; trazem consigo a cultura de seus antepassados impregnada em suas cantigas, danças e lendas em seu jeito de ser homem, mulher caboclo sujeito de saberes amazônicas. Mas a incorporação de sua cultura nos currículos escolares se processa por aspectos que envolvem desde políticas públicas para a educação como também, a aproximação do professor com o aluno e sua realidade por meio de situações problematizadoras.

Algumas vezes, não se compreende o sujeito que aprende como portador de uma outra cultura que domina saberes tão relevantes quanto os saberes do professor. Não se identifica a base do processo educativo como formação da consciência e no estabelecimento da relação dialógica com o sujeito que aprende, interligando a dialética dos seus conhecimentos aos da sociedade que conserva,

mas também se modifica.

2.4 - Trajetórias da Educação do Campo e as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo

Para a pesquisadora Cláudia Passador (2006), a origem da educação rural no Brasil, data desde 1889 com a Proclamação da República. Na época, o governo instituiu uma Pasta da Agricultura, Comércio e Indústria para atender estudantes dessas áreas, entretanto, a mesma foi extinta entre 1894 a 1906. Foi novamente instalada em 1909, como instituições de ensino para agrônomos. E, constitui-se como “educação pública efetivamente nacional, nos anos 30, após a criação do Ministério da Educação”. (p. 119)

A partir de 1930, a concepção de educação do campo se configura em um conjunto de políticas com definições elaboradas para este atendimento. No histórico da legalidade educacional, um dos primeiros tratamentos de maior abrangência ocorreu na Constituição de 1934, quando os Pioneiros da Escola Nova que representaram uma nova relação de forças oriundas pelo conjunto de insatisfações de setores intelectuais, cafeicultores, classe média e até massas populares urbanas se instalaram na sociedade solicitando reformas educacionais.

A Constituição de 1934 enfatizava a importância de uma concepção de educação profissional voltada para o contexto industrial, e quanto à educação rural artigo 156; Parágrafo único determina: “Para realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo, vinte por cento das quotas destinadas a educação no respectivo orçamento anual”. (POLETTE; 2001 p.169) um relevante acontecimento, mas, omitem outras proposições para a educação do campo.

Em 1947, a nova constituição Brasileira propõem que a educação rural seja transferida para a responsabilidade de empresas privadas (indústrias, comerciais e agrícolas) a obrigatoriedade pelo financiamento como expressa o Capítulo II da educação e cultura. Artigo 166; inciso III: A s empresas industrias, comerciais e agrícolas, em que trabalham mais de cem pessoas, são obrigadas a manter o ensino primário gratuito.

Para os seus servidores e os filhos destes; (BALEEIRO E SOBRINHO;

2001;P.108). Quanto à obrigatoriedade do ensino, responsabiliza as empresas industriais e comerciais em ministrarem a aprendizagem de trabalhadores menores em forma de cooperação e exime desta responsabilidade as empresas agrícolas.

A partir de 1940, a educação brasileira incorporou a matriz curricular urbanizada e industrializada. Caracterizou interesses sociais, culturais e educacionais das elites brasileiras como fundamentalmente a mais relevante para todo povo do Brasil. Com a Constituição de 1967 e a emenda Constitucional de 1969, permanece a obrigatoriedade das empresas agrícolas industriais com o ensino primário gratuito para empregados e os filhos menores de 14 anos. Isso explica porque o Brasil até 1970 esteve com uma educação do campo, sob o gerenciamento das iniciativas privadas.

Buffa e Noselha (1994) enfatizam que devido ao alto índice de analfabetismo, o governo brasileiro implantou –se o MOBREAL³⁵ em setembro de 1970,cuja meta era a redução da taxa de analfabetos brasileiros. A proposta fracassou por conta da técnica empregada, que diziam ser freireana, mas não se partia da situação vivenciada pelos sujeitos e a alfabetização baseava-se em livros didáticos prontos e acabados, nos quais as palavras geradoras foram elaboradas por especialistas em currículo e eram as mesmas para todos os grupos sociais do campo ou da cidade. Tentavam educar a revelia da situação político-econômica do país .

Com a Constituição de 1988, o Brasil consegue aprovar políticas de direitos educacionais bastante significativos. Durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso foram elaboradas e implementadas reformas educacionais que desencadearam em alguns documentos fundamentais como: Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a 9394/96,o Plano Nacional da Educação de 2001, e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Esses documentos pontuam em parte, anseios da população e contemplam, sobretudo, a formação de indivíduos pautados nos interesses econômicos e políticos da classe dominante brasileira. E a base da política econômica da realidade rural perpassa principalmente pelas dimensões do agronegócio-que desenvolve a monocultura para exportação- e da agricultura familiar- com a produção diversificada

³⁵ Movimento Brasileiro de Alfabetização, utilizado nas escolas desde 1970 até meados de 1985.

de produtos para o abastecimento do mercado nacional. Nesse contexto, as políticas públicas de educação implementada nas áreas rurais do Brasil, não tem dado conta de acompanhar o trabalho de produção do campo, com a formação profissional próprio para esta realidade devidamente qualificada. Ocorre que sucessivamente os governos brasileiros têm implantado uma educação que não atende e não respeita às especificidades de cada realidade regional e menos a diferenciação (geográfica, cultural, histórica, social, etc.) do campo.

Em 2002, foi aprovada a Resolução CNE/CEB Nº 01 de abril; as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo; consolida assim um importante marco para a história da nossa Educação Brasileira, em especial para a educação do Campo, no entanto, tais políticas de direito não alcancem proporções significativas que concretize a realidade das escolas do campo existente em nosso país. Temos segundo a Constituição brasileira nossos direitos garantidos, mas ao longo dos anos esses direitos não foram garantidos a uma determinada população que permaneceu a margem, houve negligências às classes mais pobres da população. E no decorrer de tais reivindicações realizaram-se, movimentos organizados por todo o país para que a efetivação dos direitos garantidos por leis fosse realizada.

A LDB regulamenta o ensino escolar, amplia seu sentido de abrangência considerando que o ensino escolar está relacionada ao mundo do trabalho e à prática escolar. No capítulo II, artigo 28 trata sobre a legitimação da educação do campo que: Permite a adaptação à educação básica às peculiaridades da zona rural e de cada região, tendo especificamente: conteúdos curriculares e metodologia apropriada às necessidades reais e interesses e condições climáticas; adequação à natureza do trabalho (DORNAS; 1997).

Embora a Lei de Diretrizes e Bases Nacional, de 1996, estabeleça que na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas promovam as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, os governos fizeram pouco progresso no sentido de estabelecer políticas e práticas efetivas para a educação no meio rural brasileiro. Como o Conselho Nacional de Educação, estabeleceu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Do mesmo modo, só recentemente o Conselho de Secretários Estaduais de Educação incluiu a educação rural em sua agenda, assim

como também é recente a criação, em 2004, pelo Ministério da Educação, de uma Coordenação Geral de Educação Básica do Campo, no âmbito da SECAD Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Podemos perceber tais mudanças legalmente adquiridas a partir da garantia aqui ressaltada no

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Art. 3º O Poder Público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos independente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico.

Art. 4º O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Parágrafo único. Para observância do estabelecido neste artigo, as propostas pedagógicas das escolas do campo, elaboradas no âmbito da autonomia dessas instituições, serão desenvolvidas e avaliadas sob a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a Educação Profissional de Nível Técnico.

Art. 6º O Poder Público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico.

Art. 7º É de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade.

§ 1º O ano letivo, observado o disposto nos artigos 23, 24 e 28 da LDB, poderá ser estruturado independente do ano civil.

Na origem dessas iniciativas governamentais, inéditas na sociedade brasileira, é possível identificar diversas articulações e mobilizações da população rural que através de suas organizações e movimentos sociais, têm buscado reagir ao processo de exclusão social, reivindicando novas políticas públicas que garantam não apenas o acesso à educação, mas, fundamentalmente, a construção de uma escola e de uma educação do campo. E aqui, torna-se necessário ressaltar que, muito mais que uma simples mudança de nomenclatura - rural para campo -, a expressão educação do campo constituiu um dos traços marcantes da identidade de um movimento nacional que vem se consolidando na luta por políticas públicas que garantam o direito da população rural a uma educação que seja *no* e *do* campo. É um movimento que, conforme destaca Caldart (2004), mais que o direito da população ser educada no lugar onde vive, defende o direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. É, portanto, um olhar para a educação do campo como direito. Direito universal humano e social. Mas que apresenta também um outro desdobramento importante: pensar uma política de educação que se preocupe, também, com o jeito de educar quem é sujeito desse direito, de modo a construir uma qualidade de educação que forme as pessoas como sujeitos de direito. Segundo Caldart:

Para nós é educador aquele cujo trabalho principal é o de fazer e o pensar a formação humana, seja ela na escola, na família, na comunidade, no movimento social..., seja educando as crianças, os jovens, os adultos ou os idosos. Nesta perspectiva todos somos de alguma forma, educadores (...). Por isso defendemos com tanta insistência a necessidade de políticas e de projetos de formação das educadoras e educadores do campo. (CALDART, 2005, p. 158)

É claro que uma educação de direitos voltados para uma realidade de campo exige um educador que esteja preparado para enfrentar as dificuldades e especificidades de pessoas que vivem diferentes contextos sociais, políticos e

culturais que muitas vezes ou diria na maioria das vezes se diferencia da “cidade” das grandes metrópoles, nesse caso não é todo educador que está disposto a abrir mão de algumas mordomias e encarar outra realidade. Daí algumas instituições federais proporem formação para capacitar com nível superior professores que saem do campo para estudar e que após terminarem seus estudos retornam as suas comunidades como forma de dar continuidade a uma educação que lhes é própria.

2.5 OS EDUCADORES DO CAMPO

Nesse contexto em que é necessário o diálogo acerca dos conhecimentos adquiridos através das práticas educativas Freire ressalta que:

É necessário que o professor compreenda o eixo “cultura” como o principal norteador de sua ação pedagógica, quando respeita os saberes dos educandos e estabelece com eles uma relação com os conteúdos. Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, (...) chegam a ela (...) mas também, (...) discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação ao ensino dos conteúdos. (FREIRE, 2000, p. 33).

Nesse sentido, as práticas educativas devem estar fundamentadas na valorização do educando, no seu mundo de cultura, e não na hegemonia cultural, pois segundo Freire (2000, p. 24) deve-se quebrar a “cultura do silêncio”, para que os educandos possam falar e ser ouvidos, estabelecendo assim um diálogo pedagógico mais intercultural, mais reflexivo e menos excludente.

Cabe à escola propiciar aos educandos e à comunidade interagir com outras manifestações culturais, sem ter a sua cultura de origem negada, mas que se percebam como sujeitos históricos capazes de transformar a realidade em que vivem.

Compreende-se que a Educação do Campo é um direito que historicamente vem sendo negligenciada por nossos governantes, principalmente no que diz respeito às políticas públicas da educação brasileira, entendo que tal modalidade necessita com urgência ser analisada, refletida e valorizada em todos os seus aspectos e possíveis dificuldades culminando em ações efetivamente concretas

pelas organizações sociais e governamentais de nosso país, dessa forma, as populações do campo terão melhor acesso e melhores condições de estudar e de se manter na terra, para isso é necessário investir na qualidade da educação, ofertada às populações do campo visando a construção de uma escola do campo com qualidade, com estrutura física, e pedagógica adequada, professores melhor nomeados e com formação própria para atuar com essa realidade educacional.

Considerando que essa qualidade na educação necessita de políticas que segundo MUFARREJ, 2005, p.14;

“As políticas e as práticas curriculares devem apontar como um de seus grandes desafios o avanço na produção do conhecimento e de tecnologias que subsidiam a formação dos sujeitos, das populações e do desenvolvimento territorial da Amazônia com autonomia, solidariedade, justiça e responsabilidade sócio espacial, econômica, política, cultural e ambiental”.

São vários aspectos imbrincados que juntos podem fazer a diferença na valoração da educação do campo como nos lembra Paulo Freire, não se transforma o mundo somente com educação, mas também não se faz sem ela. A partir do depoimento aqui ressaltados são diversas as dificuldades na melhoria das escolas do campo, o sujeito do campo tem direito não somente a uma escola com estrutura física adequada, em que só se ensina a ler e a escrever e contar, mas para adquirir conhecimentos que levem em consideração a sua cultura, sua vivência, com um currículo que problematize e não negligencie a sua realidade e o seu trabalho.

A polarização entre escolas urbanas e rurais resguardou, na maioria dos períodos históricos, um lugar marginal à educação oferecida nas áreas rurais. Nos termos de Soares et al (2009,p.22), histórias sobre o campo há muitas, já sobre a educação do campo, o poder público, ao longo da história da educação, consagrou apenas uma: negar a diversidade e organizar-se precariamente como um prolongamento do atendimento escolar urbano.

Esta história do lugar destinado à educação das populações do campo brasileiro reflete uma perspectiva ideológica que converte a educação ali oferecida, em instrumento de urbanização de mentes e modos de vida, ou seja, historicamente, a educação no meio rural serviu para formar para o contexto industrial e para uma cidadania que desenraiza identidades e aprofunda desigualdades, conduzindo a

uma concepção de que o bom é estar na cidade, enfraquecendo-se, desse modo, as identidades dos povos do campo e, do ponto de vista social, aprofundando desigualdades.

Nas últimas décadas, a sociedade civil organizada, representada sobretudo por Movimentos Sociais do Campo, tem pressionado para mudanças no contexto educacional rural do Brasil, resultando numa proposta inovadora, conceituada como educação do campo, que é um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado os trabalhadores do campo e suas organizações que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas (CALDART, 2012, p.257).

No âmbito dessa proposta, os sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses ao embate (de classe) entre projetos do campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDART, 2012, p.257)

Acredito, enquanto educadora, que somente a educação não resolverá os problemas sociais que envolvem as famílias do campo, são necessárias políticas públicas a nível Federal, Estadual e Municipal que levem em consideração as diversas realidades rurais do Brasil para que as populações que vivem no campo vivam com mais respeito e dignidade. Visando ao respeito e à valorização desses educandos em suas particularidades. E parafraseando Magalhães a educação do campo (...)

Tem como principal reivindicação políticas públicas educacionais e curriculares comprometidas com a construção de novos processos socioculturais no campo, em que a escola possa funcionar como a precursora e afirmadora das culturas silenciadas que integram o espaço educativo (SANTOMÉ, 1995; CALDART, 2008 apud MAGALHÃES, 2010, p.85)

A polarização entre escolas urbanas e rurais resguardou, na maioria dos períodos históricos, um lugar marginal à educação oferecida nas áreas rurais. Nos termos de Soares et AL (2009, p. 22), histórias sobre o campo há muitas, já sobre a educação do campo, o poder público, ao longo da história da educação, consagrou apenas uma: negar a diversidade e organizar-se precariamente como um prolongamento do atendimento escolar urbano.

Esta história do lugar destinado à educação das populações do campo brasileiro reflete uma perspectiva ideológica que converte a educação ali oferecida, em instrumento de urbanização de mentes e modos de vida, ou seja, historicamente, a educação no meio rural serviu para formar para o contexto industrial e para uma cidadania que desenraiza identidades e aprofunda desigualdades, conduzindo a uma concepção de que o bom está na cidade enfraquecendo-se, desse modo, as identidades dos povos do campo e, do ponto de vista social, aprofundando desigualdades.

Nas últimas décadas, a sociedade civil organizada, representa sobretudo por Movimentos Sociais do Campo, tem pressionado para mudanças no contexto educacional rural do Brasil, ressaltando numa proposta inovadora, conceituada como educação do campo, que é um fenômeno da realidade brasileira atual protagonizando os trabalhadores do campo e suas organizações que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas (CALDART, 2012, p. 257)

No âmbito dessa proposta, os sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses ao embate (de classe) entre projetos do campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDART, 2012, p.257)

Diante de tais reflexões, volto-me à realidade de campo vivenciada pelas alunas do Sistema Radiofônico que na tentativa de conciliar os trabalhos da roça, em plantar, colher, transformar em produto para negociar ou para o seu próprio consumo e o estudo através do rádio, consideram o rádio, única alternativa para conseguir melhorar de vida ou de alcançar o ensino médio, sonhos que não são individuais, mas coletivos, de uma grande quantidade de população que vive do campo e no campo. E como diz Freire (apud Gadotti e Romão, 2011, p.23). É possível vida sem sonho, mas não existência humana e História sem sonho. Mais ainda respeitando os sonhos, as frustrações, as dúvidas, os medos, os desejos dos educandos, crianças, jovens ou adultos, os educadores e educadoras populares tem neles um ponto de partida para a sua ação. Insista-se, um ponto de partida e não de chegada.

3º CAPITULO- SERB: SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO.

Com o intuito de ratificar as hipóteses acerca das implicações do rádio na educação dos alunos e alunas das comunidades do campo, inicialmente passei a acompanhar o cotidiano do sistema radiofônico, participei das aulas ministradas pelos professores no prédio da Fundação Rádio Educadora de Bragança, onde funciona o SERB (Sistema Radiofônico Educativo de Bragança) foi possível observar a organização e o funcionamento desse sistema. Acompanhei durante dois meses o cotidiano dos professores e demais funcionários do SERB, como o prédio tem uma organização escolar que muito se assemelha às escolas do sistema regular foi possível presenciar o momento em que os alunos das comunidades rurais e meio urbano procuram os professores para pegar as provas e os trabalhos que são deixados para serem feitos em suas casas. Reforçando que os professores cumprem sua carga horária de trabalho tanto no horário da manhã quanto no horário da noite, onde ministram as aulas via rádio. Dessa forma, apresentei-me aos alunos em uns minutos cedidos pela professora de história, dentro do estúdio da rádio, na qual expliquei aos discentes da quarta etapa qual era o meu objetivo enquanto pesquisadora, convidando alguns alunos que estivessem interessados em participar da pesquisa.

Permaneci durante cinco semanas na sala de atendimento dos professores aguardando a presença dos alunos e para minha surpresa compareceram somente alunas do sexo feminino, das comunidades do Monte Negro e da comunidade do Apicum, assim, participaram da pesquisa seis alunas, sendo duas do município de Tracuateua e quatro do Município de Bragança, como foi autorizado- me, usarei as siglas de seus nomes verdadeiros.

Tais comunidades fazem parte do município de Bragança, município localizado a 210 quilômetros da capital, Bragança fica numa das partes mais próximas ao Oceano Atlântico, na região Nordeste do Pará. O município teve papel fundamental para desenvolvimento do estado. É um local que reuni vários atributos naturais como campos, praias e igarapés, e ainda dispõe de praças históricas, sendo banhada pelo rio Caeté.

As comunidades escolhidas a partir do contato com as alunas foram o KM 26 do Montenegro, distante do município de Bragança vinte e seis quilômetros, no início o quilometro um, mais conhecido como Comunidade do Rocha e a comunidade do Apicum, que faz parte da Flexeira, esta pertencente ao município de Tracuateua. Este município foi desmembrado do Município de Bragança há alguns anos. Caracterizo aqui a comunidade como campo.

A comunidade do Monte Negro foi fundada por colonos que iniciaram o povoamento dessa localidade, segundo entrevista com o atual secretário de Agricultura Sr. Pedro Persi³⁶ foi uma homenagem ao governador Augusto Montenegro. Esse governador, segundo o secretário, foi o mesmo que trouxe a estrada de ferro para o município de Bragança, no ano de 1935 a 1940, ele não confirma a data especifica por ausência de documentos na Prefeitura Municipal que comprove tal período. Para realizar a demarcação da Colônia foi convidado o Dr. Edgar Cordeiro, no início à habitação desta comunidade foi por índios e alguns colonos.

A comunidade do Apicum localizada na Flexeira, pertencente ao município de Tracuateua tem como origem, segundo informações colhidas pelas pessoas mais idosas da comunidade, a povoação do lugar por tribos indígenas que usavam a flecha como instrumento de caça, dando origem assim ao nome “Flexeira”. Há alguns anos, esta comunidade fazia parte do município de Bragança, mas foi desmembrada e atualmente o município de Tracuateua mantém sua independência política e econômica.

3.1- A Prática Docente do professor da EJA que atua no SERB: O rádio enquanto mediador de conhecimento

Apesar de não ser meu objeto de pesquisa a pratica docente do professor do SERB, considereei necessário discorrer sobre alguns pontos relevantes que envolvem o trabalho desse professor. Participaram da entrevista três professores do

³⁶ Entrevista realizada na Secretaria de Agricultura no prédio da Prefeitura Municipal de Bragança no dia 21 de janeiro, às 11 h da manhã.

SERB, sendo uma de espanhol, uma de história e outra de geografia que relataram através da entrevista a opção de trabalhar no sistema. Entende-se aqui que a educação é um processo de humanização; que ocorre na sociedade humana com a finalidade explícita de tornar os indivíduos participantes do processo civilizatório e responsáveis por leva-lo adiante. Enquanto pratica social, é realizada por todas as instituições da sociedade. Enquanto processo sistemático e intencional, ocorre em algumas, dentre as quais se destaca a escola. (GARRIDO, p.22)

Para se entender como acontece esse processo educativo através do olhar do professor, a professora de história nos relata que:

Os alunos têm aulas todos os dias até mesmo em alguns feriados. Os professores são bastante solícitos e empenhados em oferecer educação de qualidade aos alunos, a maioria tem o perfil para a educação a Distância, autonomia e disciplina. Mas o diferencial é o fato que o SERB permite ao aluno permanecer em sua comunidade, entre seus pares. Nossos alunos não são nem melhores e nem piores que os das escolas presenciais, mas o processo de aprendizagem ocorre dentro da rotina das comunidades pesqueiras, agrícolas, etc.

Segundo a professora, os alunos possuem como diferencial, permanecer em suas comunidades "nos dirigimos às comunidades dos nossos alunos para realizar matrículas, aulas de reforço e aplicação de provas". Como a maioria são alunos da EJA, alunos que estavam há muito tempo sem estudar e vivem em comunidades do meio rural distantes do município de Bragança. É praticamente consenso que o sujeito da EJA possui uma vasta bagagem cultural e que os conteúdos trabalhados pelos professores necessitam ter estreita ligação com essa realidade.

Apesar dessa bagagem cultural os conteúdos são trabalhados de forma homogênea com os alunos da cidade, segundo a professora de história;

O conteúdo é trabalhado buscando enfrentar o desafio de atender uma clientela tão diversa: jovens, adultos e idosos; moradores do meio urbano e rural; agricultores, pescadores, donas de casas. Seja nos exemplos traçando paralelos entre os temas abordados, etc. Entretanto, o conteúdo é o dos livros distribuídos pela SEDUC. Durante as aulas é que vamos fazendo as adaptações.

No entanto, existe aqui uma contradição, uma vez que o aluno é do campo, no entanto, os conteúdos são os mesmos estudados pelos alunos da cidade, para Mennucci, é

(...) indispensável uma profunda modificação no aparelhamento escolar primário, normal e profissional, de maneira a estabelecer três quadros de professores inteiramente distintos, exercendo funções perfeitamente diferentes e apesar de tudo complementares. Temos de separar o ensino das cidades do ensino dos meios rurais e do ensino da zona litorânea. É mister diferenciá-los quando à sua orientação e ao seu alcance, cindi-los para que produzam três mentalidades absolutamente diversas e que, no entanto, reciprocamente se completem para o equilíbrio social do organismo nacional. Em última análise, temos de criar, com características próprias e intrínsecas, o homem da cidade, o homem do campo, o homem do mar. E cria-los sem que um inveje a sorte do outro e se julgue (sic) em plano inferior na escala social. (MENNUCCI, 1934, p.188 citado por ALVES, 2009, p. 140)

Enquanto essa mudança não acontece no aparelhamento escolar, a escola enquanto disseminadora do conhecimento utiliza na sua base metodológica o livro didático que ainda é um dos instrumentos do professor em sala de aula, usado como forma de fixar e revisar os conhecimentos adquiridos durante o processo. No SERB os mesmos livros didáticos utilizados pelos alunos da cidade são usados pelos alunos do meio rural. Apesar dos professores utilizarem outros como texto base, imagens dos livros, músicas, etc.

No rádio nós usamos o livro, eu utilizo muito o livro deles, eu utilizou outros livros pra mim me preparar, musica eu utilizo muito, sempre que tem um assunto que dá pra colocar musica eu uso, a Aquarela tem, porque no livro tem atividades pessoais, eles acompanham pelo livro. Eu utilizo as músicas que vem no livro (Professora de

Fotografia 13: Livros didáticos fornecidos pela SEDUC e distribuídos para os alunos da EJA-Geografia)



Fonte: Acervo Pessoal

Outros recursos utilizados pelos professores por disciplina são as apostilas, em cada pasta ficam organizadas as provas e trabalhos; os alunos vão durante o período agendado pela coordenação buscar este material para serem realizados em suas respectivas comunidades. Após realizadas tais atividades retornam ao SERB, entregam aos professores para serem devidamente corrigidos.

Fotografia 14: Alunos do SERB assinando o livro de presença na sala de atendimento



Fonte: Acervo Pessoal

Fotografia 15: Pastas organizadas por disciplinas com provas e apostilas



Fonte: Acervo Pessoal

Os professores ficam na sala para atender os alunos na busca desse material, ou até mesmo para entregarem trabalhos solicitados durante as aulas para serem incluídos na avaliação, além do próprio SERB, oferecer estes materiais ainda tem duas lojas de xerox no centro da cidade, nas quais os alunos podem xerocar trabalhos que são deixados pelos professores, após receber os trabalhos, os alunos assinam uma lista de frequência para controle de presença dos mesmo e comprovar o recebimento do material.

Com relação à organização das aulas os professores enfatizam que existe a necessidade de se preparar da mesma forma como se estivessem na escola regular, segundo eles;

Seleciono o tema, no livro e busco uma estratégia que facilite o entendimento dos alunos buscando um conhecimento significativo, que faça sentido em sua vida. (Professora de História)

Faço meu plano sim, eu me preparo pra dar meia hora de aula, se chegar em cima da hora e o outro professor faltar, eu tenho que preparar mais coisas, eu trabalho dois dias aqui e eu preparo minhas aulas, eu preparo o meu resumo, por exemplo se ele não puder ouvir então o professor se faltar me avisa com antecedência porque não dá pra preparar em cima da hora, eu preparo, as vezes tem aluno que falta por tá doente, e vem pegar aqui, não é obrigado bater, eu deixo todas as minhas aulas aqui, eu preparo minha aula por semana, no rádio é diferente a escola regular, um menino briga com outro, a gente para, surge um assunto é diferente no rádio porque no rádio você não para ninguém te interrompe,(exemplo da escola do Mâncio) no rádio não dá para parar, só paro quando tem músicas, eu me preparo vejo que aula eu vou da, eu preparo minhas aulas, no improvisado é terrível, tu por exemplo no improvisado na escola presencial você pode pegar um texto fazer uma leitura, na escola presencial você pode fazer uma leitura, aqui não dá pra fazer isso porque você vai falar besteira, o professor tem que estar preparado, quando comecei eu fazia um jornal, agora não eu sei o que vou falar.(Professora de Geografia)

O nosso planejamento já é feito, a gente vê quais os conteúdos programáticos que estão faltando e a os assuntos que estão no livro a gente aproveita, o ensino médio nos preparamos uma apostila e a gente só explica. (Professora de Espanhol)

Como o ato de avaliar segundo Luckesi (1995, p.9) é um juízo de qualidade sobre dados relevantes para uma tomada de decisão. Entendendo que essa tomada de decisão constitui-se no fazer em que se encontram reunidos dados mais significativos, necessários para eventuais posicionamentos relativos ao redimensionamento do processo de ensino aprendizagem a avaliação, enquanto agente construtivo da aprendizagem se desenvolve a partir da relevância dos dados que levantamos para a tomada de decisão, para BOTH (2011, p. 46) podemos configurar na avaliação um diagnóstico da realidade quanto ao aluno e à aprendizagem, tanto no início como ao longo do processo, constituído- se como

elemento facilitador para a tomada de decisão. No que se refere ao processo avaliativo o SERB define enquanto instrumentos de avaliação provas com questões de múltiplas escolhas e trabalhos solicitados pelos professores nas disciplinas ministradas, os professores explicaram que ela acontece de duas formas;

Os alunos fazem 02 (duas) provas a distância, a 1ª e 3ª e duas presenciais a da 2ª e a 4ª avaliação. (Professora de História).

A gente dita a prova no rádio eles copiam, quando eles moram longe a irmã cria polos e a gente vai, não é todo final de semana Quando eles moram longe a irmã que é a diretora cria polos, muitas vezes os alunos são responsáveis por algum evento na igreja, eles podem vir aqui fazer com eles, onde tem quatro ou três alunos nos polos, não é vantagem a gente ir lá, por que vai gastar gasolina , e fazem até a segunda chamada, eles tem a recuperação se ele perder prova ele vem aqui fazer, olha professora eu adoeci a secretaria marca e eles vem aqui fazer.(Professora de Geografia).

Eu avalio a participação dos que vem pra aula de reforço, eu considero os que vem pra aula de reforço, se eles precisarem de algum ponto pra ter uma nota azul, eu sempre avalio os que participam das aulas do reforço também, as aulas de reforço são presenciais, a prova é a distância, é ditada pelo rádio, mas eles podem xerocar aqui no SERB, tem quinze dias pra devolver, eles tem direito a fazer prova de segunda chamada. Pode fazer as outras avaliações que eles perderam, mas todas são presenciais, só mesmo a primeira e a terceira avaliações que são à distância, todas as outras são presenciais, reforço, segunda chamada tudo é presencial. (Professora de Espanhol)

Como as aulas são ministradas pelo rádio é importante enfatizar que este professor enfrenta algumas dificuldades no direcionamento e organização das aulas, segundo eles as dificuldades são as seguintes:

Problemas com a retransmissão da rádio Educadora e aquelas de qualquer ensino a distância, seja rádio, TV, internet, etc. (Professora de História)

A gente tem o lado positivo, o que é mais difícil é a questão do tempo, se for muito tempo a gente não aguenta falando, e a questão da realidade que você não olha pro meu aluno, a gente não sabe se está entendendo ou não, na hora da aula eu fico pensando se ele tá com dificuldade, esse é um lado positivo, mas tem uma vantagem nisso porque eu tô aqui sexta de manhã e à tarde é que se eles não entenderam vem aqui pra tirar a dúvida, eles vem muito aqui, eu repito várias vezes, quando eu vou dá aula na sexta feira eu volto a aula anterior, sempre reviso a aula anterior, sinceramente eu acho que eu não estudaria pelo rádio, sou acostumada com o professor na minha frente, eu não sei se estudaria pelo rádio, eu acredito que são obstáculos, se não fosse pelo rádio acredito que elas não estudariam, quando fizemos a pré-matrícula deu trezentos alunos, e

chegaram vários hoje querendo se matricular, nós não tiramos alunos de outras escolas, são os nossos alunos que estavam matriculados lá. (professora de geografia)

Eu não sinto dificuldades, dou aula da mesma forma q dou na aula regular, não são só os nossos alunos que escutam, tem colegas professores, tem pessoas da feira, pra mim não sinto dificuldades, os alunos que vem aqui a gente dá um reforço, explica o que eles não entenderam Quando o secretário da SEDUC veio aqui a gente propôs o mesmo sistema do SOME, a ente teria mais oportunidade de ir lá da mais assistência, se estivéssemos lotado só aqui a gente tinha mais tempo de ir na comunidade, teria ajuda. (Professora de Espanhol)

Como a maioria dos alunos Jovens e Adultos matriculados no SERB são alunos do meio rural busquei saber se os conteúdos ministrados pelos professores eram adaptados a essa realidade de campo, já que segundo Alves;

Ainda hoje, de formas diferenciadas, é proclamada a necessidade de se desenvolver uma educação no campo ajustadas às suas peculiaridades. Há ainda, aqueles que teimam em afirmar a necessidade de educação escolar no campo exercer a função de fixar crianças e jovens à terra, visando conter a sua evasão para a cidade. A educação escolar da cidade é tida como fator de desajustamento, que ensejaria um desvio nas expectativas dos jovens do campo, atraindo-o para as seduções urbanas. Daí a reivindicação de uma educação ajustada às necessidades da zona rural, inclusive envolvendo um componente profissional pertinente ao trabalho do campo. Daí a defesa do espaço rural como o lócus necessário da escola responsável por essa formação. Dessas postulações deriva uma proposta de educação autônoma e específica para a zona rural. (ALVES, 2009, p. 139)

Ainda que se exija a necessidades de se ajustar e construir uma proposta metodológica de conteúdos que desenvolva uma educação voltada para o campo os professores ressaltaram a seguinte opinião:

O conteúdo trabalhado busca enfrentar o desafio de atender uma clientela tão diversa: jovens, adultos e idosos; moradores do meio urbano e rural; agricultores, pescadores, donas de casas. Seja nos exemplos traçando paralelos entre os temas abordados, etc. Entretanto, o conteúdo é o dos livros distribuídos pela SEDUC. Durante as aulas é que vamos fazendo as adaptações. (Professora de História)

Não a gente não tem, o que a gente faz é adaptação, a gente prepara as apostilas e eles pegam aqui, a terceira e quarta etapa tem livros, aí a gente segue o conteúdo programático que é o

mesmo das escolas do estado, eles utilizam o mesmo livro das outras escolas do estado. (Professora de Geografia)

Não, não temos, a gente faz uma adaptação com os conteúdos que a gente trabalha nas outras escolas. (Professora de espanhol)

Na realidade, os alunos são de comunidades do meio rural, mas os professores são da cidade o que resulta na tentativa do professor em “adaptar” o conteúdo a realidade desses alunos, segundo Alves (2009, p.141). Quando as escolas são mantidas na zona rural, fica evidente a falsidade da ideia de uma educação atrelada aos “valores do campo”, pois, mesmo que esses valores existissem, o professor é do meio urbano e o material didático é o mesmo utilizado nas escolas das cidades. Daí a necessidade de se organizar os conteúdos de forma a atender essa clientela, e como ressalta Alves (2009, p. 110). Há currículos deslocados das necessidades e das questões do campo e dos interesses dos seus sujeitos.

Fotografia 16: Aula de reforço das disciplinas de Geografia e de Matemática



Fonte: Acervo Pessoal

3.2- A Educação via rádio: Como acontece a aprendizagem das alunas em suas comunidades

Os povos do Campo têm uma raiz cultural própria, um jeito de viver de trabalhar, distinta do mundo urbano, e que inclui diferentes maneiras de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente, bem como de viver e de organizar a família, a comunidade, o trabalho e a educação. Nos processos que produzem a sua existência vão também se produzindo como seres humanos. In Kolling; CERIOLI & CALDAR, 2002, p.16 in ALVES, 2009, p.110)

Partindo do interesse de conhecer as alunas que estudam a quarta etapa da EJA através do SERB e suas vidas no cotidiano de suas comunidades, me desloquei para a comunidade da Flexeira, especificamente a comunidades do ramal do Apicum e o KM do Monte negro para conhecer as alunas dessa comunidade.

Com um gravador em mãos, máquina fotográfica e um caderno de anotações com as perguntas organizadas com o intuito de fazer as entrevistas cheguei a um ramal de terra batida, perguntando a vizinhança se alguém conhecia duas alunas que estudavam pelo rádio, possuía somente os nomes dela, nos documentos por mim pesquisado na secretaria do SERB, além de uma cópia do registro encontrei uma xerox da conta de luz, na qual identifica somente o nome da comunidade, já que não existe ruas identificadas muito menos numeração de casas.

Encontrei a casa das alunas, na qual realizei as entrevistas conhecendo um pouco do cotidiano vivenciado em suas comunidades.

As demais alunas do km do Montenegro foram identificadas na Comunidade do Rocha, comunidade onde encontrei as famílias morando próximas uma das outras, em meio às casas encontrei uma casa do forno destinada a fazer farinha de mandioca, farinha de tapioca e o famoso bejú (uma mistura de massa com coco) que é produzido pelas famílias e vendido na comunidade, assim como na feira da cidade de Bragança.

No km vinte e seis do Montenegro, encontrei outra aluna do sistema, que vive nessa comunidade com sua família, a localidade possui uma igreja evangélica, uma escola municipal e aos arredores algumas casas, em sua maioria agricultores, que cultivam a mandioca.

3.3- Quem são as alunas do rádio?

É interessante ressaltar que, a maioria dos alunos matriculados no sistema radiofônico é do sexo feminino, dados estes percebidos nos documentos da secretaria, nas fichas de matrícula, ao escolher os alunos da quarta etapa não usei como critério a escolha dos alunos somente do sexo feminino, simplesmente foram aparecendo e aceitando participar da pesquisa.

Enquanto seres humanos, nós apresentamos características estruturais e funcionais peculiares e distintivas entre os machos e as fêmeas. Segundo Gilbert, Hallet e Elltridge (1994), citados por Nogueira (2001), dizem que para classificar os indivíduos segundo a anatomia humana utiliza-se o termo sexo. Compreende-se dessa forma que um indivíduo é macho ou fêmea de acordo com os cromossomos expressos em seus órgãos genitais. No entanto, alguns autores em específico Stoller (1993), citado por Oliveira e Knoner (2005), porém ressalta por meio de pesquisas que as características de gênero não são garantidas pela biologia, uma vez que muitos sujeitos apresentam características femininas ou masculinas em dissonância com sua anatomia. No entanto, a palavra Gênero é designada pelo senso comum como qualquer categoria, classe, grupo ou família que apresente determinadas características comuns.

A palavra gênero enquanto termo passou a ser utilizado nos estudos cujos objetivos era compreender as formas de distinção que as diferenças sexuais induzem em uma sociedade. Então, gênero passou a constituir uma entidade moral, política e cultural, ou seja, uma construção ideológica, em contraposição a sexo, que se mantém como uma especificidade anatômica. (OLIVEIRA e KNONER, 2005)

O termo gênero é uma classificação construída pela sociedade, contribui para exacerbar a distinção entre indivíduos de sexo diferente. Essa classificação possibilita a construção de significados sociais e culturais que distinguem cada categoria anatômica sexual e que são repassados aos indivíduos desde a infância. (DEZIN, 1995, apud NOGUEIRA, 2001). Assim, o conceito de gênero abrange “as características psicológicas, sociais e culturais que são fortemente associadas com as categorias biológicas de homem e mulher”. (DEAUX, 1985, apud NOGUEIRA, 2001, p. 9)

Como a pesquisa apresenta enquanto sujeito mulheres na faixa etária dos vinte aos trinta anos abordaremos enquanto categoria de análise não o sexo feminino, mas o Gênero, no caso as alunas. Para Gilbert, Hallet e Elltridge (1994), citados por Nogueira (2001, p. 9), “gênero é, portanto, o termo usado no contexto social, podendo ser definido como um esquema para a categorização dos indivíduos (na perspectiva da cognição social) esquema esse que utiliza as diferenças biológicas como base para a designação de diferenças sociais”.

A mulher aparece subjugada ao marido por ter que cumprir a priori o papel de esposa, de mãe que necessita cuidar da casa e dos filhos, o estudo fica como segundo plano, em alguns casos são proibidas de estudar nas escolas regulares, ou pelas dificuldades enfrentadas em seu dia a dia, ou por ciúmes do parceiro, segundo informações do corpo docente existiram muitos casos de desistência das alunas pelo fato dos maridos não permitirem que fossem fazer as provas nos finais de semana na cidade, em algumas narrativas é visível a presença de um discurso machista que só é derrubado quando elas “ficam o pé e decidem estudar”

Ele não deixava eu estudar, nem pensar eu ir pra escola, foi as irmãs dele que falaram, e foi as irmãs dele que levaram meus documentos, e me matricularam pra eu estudar no SERB, por que ele não deixava. Acho que ele não consentia porque tinha ciúmes não é que concordou eu estudar pelo rádio, quando ele me viu já estava escrevendo, estudando e aí não falou mais nada (RISOS) M.E.C.S. 31 anos.

Estive presente na casa dessa aluna e foi possível conhecer seu esposo que atualmente lhe incentiva e apoia seus estudos, levou algum tempo para que ele se acostumasse, mas como elas dizem, “ele teve que se acostumar porque eu queria estudar”. Neste outro caso, a gravidez precoce foi um dos motivos que contribuíram para abandonar a escola, mas também é notória a presença da permissão do pai e do marido para que a aluna continuasse seus estudos,

Eu me chamo R. R.S. tenho 22 anos, em questão do estudo eu parei quando tinha 14 anos de idade, porque estudei só aqui e só tinha até a 4ª série e quando passei para a 5ª série meu pai não deixou eu estudar para Bragança, aí eu parei, aí eu me ajuntei com meu marido, quando fui morar com ele eu tinha 17 anos, aí logo eu engravidei do meu filho, aí a minha sogra pediu para eu estudar, mais não estudei! Fiquei empatada e eu sempre queria estudar pelo rádio, mas eu não ia até lá pra me matricular, até que os meus irmãos me matricularam ano passado, e todos eles já estudavam, e hoje praticamente todos tem o Ensino Médio, eles já faziam na cidade, e eu como já estava casada o meu marido não ia deixa eu sair para estudar, ai eles me matricularam já agora o ano passado aí eu fiz 5ª e 6ª e agora eu tô na 7ª e 8ª.

O gênero feminino só se constrói em oposição ao Gênero masculino e, nas diferenças, homens e mulheres se constroem juntos. A palavra diferença, porém não

significa necessariamente contradição, luta, conflito ou desigualdade. (LAGO, 1999, citado por OLIVEIRA e KNONER, 2005). Portanto, o conceito de gênero implica um conceito de relação, uma vez que o universo das mulheres está inserido no universo dos homens e vice e versa. Dessa forma, o gênero acontece apenas nas relações. Essas relações não podem implicar desigualdade ou poder. Para SARTORI (2004, citado por oliveira e KNONER, 2005), o gênero constitui uma construção social, abordando as relações de poder entre homens e mulheres. Essas relações variam em diferentes sociedades e culturas, e mesmo dentro de uma mesma sociedade. Portanto, não são fixas. Para Martines (1997), citado por Pereira e Fernandes Filho (2008), o conceito de gênero inclui diversos componentes, como identidade, valores, prestígio, regras, normas, comportamentos, sentimentos, entre outros. Aqui entende-se que as relações de gênero são, portanto, construídas pelas sociedades.

As diferenças presentes na relação homem e mulher são construídas no cotidiano da vida conjugal, no entanto muitas vezes o marido diz que apoia, mas não se faz presente quando sua presença é extremamente necessária, ao narrar a falta de apoio do marido, a aluna descreve seu sentimento de indignação ao precisar estudar e o marido não compreender a necessidade de dividir as tarefas, essa aluna concilia a hora do estudo com o cuidado com quatros meninas que a todo o momento, pedem e necessitam da atenção da mãe, segundo ela ao se referir ao marido desabafa;

Não ele não briga não, mas ele também não ajuda, eu digo pega a menina vai passear que eu quero escutar, aí ele diz, tem bola, tem jogo, eu vou pescar, eu vou pra Bragança, que nem hoje ele já foi pra Bragança, tudo tem um pretexto pra ele não ficar, ai eu fico com as quatro dentro de casa e também não solto elas, como é só menina, aí fica, mãe! Mãe! Mãe! E eu aqui, para aqui, acomoda aqui, e assim vai, até ele chegar, quando ele chegar aí que a manha começa, assim que ele chegou, assim que você saiu, não sei se você escutou? A minha menina deu um berro, porque queria ele, porque queria, ele, cala a boca! Ele gritou em cima dela, acomoda tu já tá muito enxerida e eu grito pro lado, vai trocar de roupa, vai! Te some com ela eu digo, “não eu vou assistir jogo” e já deixou ela, não quis levar ela porque ele ia assistir jogo e ela ia encher o saco dele, aí ele não briga mas também não ajuda, é assim.. (C. R. O. 23 anos)

Em se tratando de mulher do campo, a perspectiva integradora proposta por (SCOTT, 1995, p.88) nos permite analisar o papel que a mulher representa em seu meio. A situação de opressão e subordinação da mulher no meio rural passa pela

naturalização do papel de homem e da mulher, que está relacionada com a relação hierárquica dentro das famílias rurais, cuja base material é a divisão sexual do trabalho. Esta diferenciação é determinada socialmente através de vivências, símbolos e representações, e se reproduz no cotidiano da dinâmica familiar. Devido à divisão sexual das atividades, cabe ao homem a responsabilidade do trabalho produtivo da agricultura e a mulher o trabalho relativo aos cuidados doméstico de cunho reprodutivo.

No entanto, diversos estudos apontam (NEVES; MEDEIROS, 2013) que as atividades da mulher rural não estão apenas circunscritas ao cuidado reprodutivo, pois elas também realizam atividades em lavouras e atividade de produção de alimentos, que não são reconhecidas como parte produtiva da agricultura, geralmente é visto como uma “ajuda “ao marido ou como parte das atividades domésticas. Segundo Paulilo (2012), “as [próprias] mulheres veem os campos em volta da sua moradia como uma extensão da casa e não separam o trabalho que fazem nos dois espaços, declarando todas as atividades [que realizam] como trabalho doméstico”.

A dificuldade em conciliar o papel de mãe, esposa e estudante contribui para a falta de estímulo em estudar, já que o “marido” não vê como necessário a continuação dos estudos e até mesmo o crescimento pessoal e profissional da esposa, fato presente em diversas famílias brasileiras

3.4 ESCOLARIZAÇÃO: OS SABERES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DAS ALUNAS DO CAMPO

A escola é o espaço social especializado para realizar a educação básica: para construir as condições subjetivas para que cada cidadão possa se inscrever originalmente como sujeito na construção de sua história e da história de seu entorno e da humanidade. (WITTMANN, 2007, p. 8)

Este tópico aborda uma categoria presente na análise da pesquisa, a escolarização, definida por alguns autores como a concepção de que ela é sempre produzida por alguém ou algum grupo social e vincula-se aos interesses e ao projeto

de sociedade de quem produziu. Após o final da ditadura militar no Brasil em 1964, a escola passou por um processo de mudança. Tal fato colaborou para a elaboração de novas propostas para a educação. Por outro lado, em nível nacional a instituição escolar passou a ser repensada. Surgem assim políticas de inserção social da escolarização organizadas pelo poder político e econômico, através de políticas públicas que veiculam programas de escolarização de adultos e propostas de acessibilidade aos jovens e adultos de nossa sociedade. Tais políticas têm se manifestado no sentido de preparar as camadas populares para as transformações no mundo do trabalho e para os projetos de sociedade elaborados pelo grupo estabelecido no poder.

“A educação, como uma chave indispensável para a “sociedade do conhecimento”, vai se impondo cada vez mais nestes tempos de grandes mudanças e inovações nos processos produtivos. Ela possibilita ao indivíduo jovens e adultos retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar potências adquiridas na educação extraescolar e na própria vida, possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificado”. (MEC/CEB, s/d, p. 5)

Esse documento demonstra a promoção social a partir do plano individual, a ideia é mostrar a crença em uma sociedade na qual os bens sociais estão ao alcance de todos, cabendo aos indivíduos a capacidade para obtê-los. Nesse sentido, a escolarização é apresentada como o meio fundamental para o acesso aos benefícios sociais. No entanto, sabemos que tal ideia mascara uma sociedade com má distribuição de rendas e hierarquia social em nosso país (fruto de um modelo econômico e social perpetuado em nossa sociedade) que nem sempre podem ser resolvidos apenas por iniciativas individuais ou por meio do simples ato de se escolarizar”. Ao prometer mobilidade social através de um mecanismo formalmente acessível a todos, (a escolarização) desativa os conflitos potenciais em torno da distribuição da propriedade, da organização da produção” (ENQUITA, 1998, p.234).

Constata-se, então, que o modelo de escolarização de adultos ao invés de analisar, busca reproduzir a sociedade vigente, apresenta um modelo de ascensão social que muitas das vezes não se concretiza. A existência de uma escolarização comprometida com as causas populares somente pode existir quando produzida segundo os interesses dos próprios grupos sociais que visa atender.

A organização desses grupos vai depender do acesso e das condições para se adquirir a educação, ao entrevistar as alunas do SERB, em suas comunidades é possível perceber que a busca do conhecimento, no caso a educação é adquirida pelo meio mais fácil escolhido pelas alunas, um sistema que permite ter o acesso à escolarização e conciliar suas tarefas na comunidade onde vivem, alguns motivos foram essenciais para a escolha desse acesso, neste tópico discorro através das narrativas das alunas como acontece esses “saberes” como o rádio influencia na educação delas, e se existe essa valorização do meio no qual elas vivem com tais saberes,

Em questão do estudo eu parei quando tinha 14 anos de idade, porque estudei só aqui e só tinha até a 4ª série e quando passei para a 5ª série meu pai não deixou eu estudar para Bragança, aí eu parei, aí eu me ajuntei com meu marido, fui morar com ele e eu tinha 17 anos, aí logo eu engravidei do meu filho, aí a minha sogra pediu para eu estudar, mais não estudei! Fique impatada e eu sempre queria estudar pelo rádio, mas eu não ia até lá pra me matricular, até que os meus irmãos me matricularam ano passado, e todos eles já estudavam, eu como já estava casada o meu marido não ia deixa eu sair para estudar, ai eles me matricularam, já agora o ano passado aí eu fiz 5ª e 6ª e agora eu tô na 7ª e 8ª. eu já sabia desta aula pelo rádio há muito tempo só que eu não tinha mesmo incentivo. Ai eu conversava muito com meus irmãos que eu queria e a minha vontade era terminar os estudos pelo menos o Ensino Médio completo, essa era a minha vontade e eu sempre falava pra ele eu vou lá, Eu corri atrás por aqui da ressalva ai ele foi e matriculou, ai nesse tempo eu não vivia muito bem porque eu tinha chegado da cidade porque ,eu vim embora ,eu vim morar pra cá, aí ele me matriculou, e só que não tinha rádio, aí eu fiquei estudando quase dois meses com o rádio do meu cunhado emprestado, toda tarde eu ia pegar, mas aí ele falou (o marido) “isso não ta certo, aí ele comprou um, não prestou, aí ele comprou outro e não prestou também, aí ele disse é o jeito eu tirar um som pra ti, aí ele comprou o som, que é através dele que eu estudo normal.(R.R.S)

A opção de estudar pelo rádio muitas vezes não é a única no município de Bragança, já que existem escolas regulares de ensino fundamental ou médio, para as alunas em muitos casos é uma questão de conciliar o papel de mãe, e esposa,

A primeira vez eu me matriculei no SERB, tinha 16 anos, eu nem pensava em ter filhos. Me matriculei mas não frequentei, com 2 anos voltei, ai eu voltei já com a minha menina, e ai sempre querendo estudar mas, a oportunidade não dava pra mim ir na rádio me matricular, conforme foi já com uns 3 ou 4 anos a minha tia veio para cá, ela estudava pelo rádio, aí ela disse: “Porque tu não renova a tua matrícula, aí eu disse será!, e já estava no período e aí eu fui e me matriculei, e quando me matriculei, lá engravidei e já dificultou pra

mim ir fazer as provas, as aulas de reforço, aí eu desistir, como é que eu ia pra aula, de resguardo e cuidar de duas meninas, aí eu fui renovar de novo, lá eu engravidei de novo, aí o médico me despachou mesmo, disse que eu não podia sair, porque eu ia ter umas complicações, o meu corpo ficou muito grande, aí desistir de novo e quando eu já tive ela, renovei minha matrícula de novo, aí até agora, passei e agora estou prosseguindo de novo.

Para Alves, (2009) (...) O povo que vive no campo tem que ser o sujeito de sua própria formação, assumir a vontade de estudar e conciliar o papel de mãe, diga-se de passagem de quatro meninas entre 06 meses a 05 anos, não é fácil, encontrei a aluna na sua casa onde as meninas estavam na sala assistindo TV e a mãe na mesa da cozinha estudando pelo celular, a concentração durante as aulas é um problema para a aluna, apesar de difícil, ela fez novamente sua matrícula prometendo terminar até o final do ano seus estudos.

Um outro fator percebido durante a pesquisa é o fato de estudar pelo rádio ser uma opção seguida por diversas gerações que vão passando de pai para filhos. Para esta aluna o fato da mãe ter estudado pelo rádio foi que estimulou a mesma a se matricular. “A minha mãe, minha mãe estudou pelo rádio ela ouvia, me disse: você não quer estudar? Então, tá aí o Celso Leite ta falando! Vai lá vai, eu dizia - ah mãe pelo rádio, ela dizia é minha fia pelo rádio, ela fez até a quinta série ela com uma equipe, ela estudou ela fez até a quinta série ela já é formada, ela se sente formada”.

O fato de conciliar os trabalhos de casa também foi um dos fatores que fizeram com que as alunas escolhessem o rádio. “É porque pelo rádio a gente tem mais tempo pra trabalhar, se eu estudar na Flecheira tenho que sai de manhã voltar meio dia, tem que sai cedo e só chega meio dia, e se for a tarde, eu saio uma hora e só chego a noite, e pelo rádio tenho o dia todo, só seis horas começa a aula!”.

Uma vez que cabe ao professor ensinar de forma a contribuir para o processo de humanização dos alunos desenvolvendo conhecimentos e habilidades atitudes e valores que possibilitam permanentemente irem construindo seus saberes (DEMO, 2000, p.18) As alunas conhecem alguns professores que ministram aulas através do SERB, ou por irem até o sistema, ou pela identificação do mesmo durante as aulas,

Conheço o professor Henildo de Matemática que antes era a Professora Milena e agora é o Prof. Henildo, conheço a professora Sônia de História, o Professor Tiago que é de ciências, e o Prof. Vagner que eu conheço, os outros eu não conheço, só conheço pela voz, mas pessoalmente eu não conheço. (R.R.S.)

Eu só conheço o Nildo, a Milena, a professora de Geografia, esqueci o nome dela a ainda, as outras eu confundo o nome delas, a professora de Espanhol, a Jackciane, eu me atrapalho eu não sei diferenciar qual é qual. (C. R.O.)

Conheço alguns Tem uma professora que eu achei o nome dela esquisito, é a Borges, ano passado ela não tava não, O de educação física sempre aparece por ai, o de educação física, quer ver na hora da prova ele diz vocês tão colando, pensa que eu não tô vendo vocês colando? A gente se assusta ele dá cada esparro lá dentro. (O.C.S.S.)

Ao citarem os nomes dos professores muitas reforçaram o fato de conhecerem ou presencial ou pela voz, ou até mesmo pelo incentivo que os mesmo fazem quando estão ministrando suas aulas, é importante ressaltar que os professores em sua grande maioria não conhece os alunos, só aqueles que moram em comunidades mais perto e vão até o prédio do SERB para fazer provas ou pegar materiais.

A educadora Comilo (2008) traz uma contribuição interessante sobre o resgate da cultura camponesa, no sentido de entendermos as dificuldades na construção da identidade do homem do campo. Afirma que, (...) Muitas vezes o camponês recusa-se a assumir sua identidade, pois, ao longo de sua história, foi considerado como “rude” e “inferior”. O próprio campo é visto como um espaço inferior à cidade. A consciência de classe passa pela consciência de identidade, que no caso aqui discutido, é a da cultura camponesa. Com relação às dificuldades vivenciadas durante as aulas as alunas citam várias entre elas o fato de

No meu caso a dificuldade é quando na hora que o Prof. tá explicando e a dificuldade é na hora da pergunta, tem algumas coisas que eu não entendo porque, na hora da pergunta eu tô aqui e o professor lá, no caso a Matemática eu consigo entender, mas tem formas que eu não entendo como fazer, e aí no caso a dificuldades são essas? Não independente da matéria, a, eu tô falando da dúvida, que às vezes o aluno tem, é a dúvida que o aluno tem, por que o aluno não pode fazer pergunta. (R.R.S.)

A minha maior dificuldade é o período do tempo que é das 05.h até 07.h que nem dia de hoje que é de 05.h até as 7.h, daí da quarta

etapa aí fica bem na hora de fazer a janta, a minha dificuldade e esta, aí o marido chega, “tu já fez a comida? Aí menino chega tô com fome, você acaba de dar comida pra ele mas ele chega dizendo que tá com fome, aí você fica doida, doida, doida, não sabe que explicação você pega, mas eu não tenho dificuldade nenhuma, só o dia-a-dia de casa bem nessa hora que é a hora que moleque e marido atrapalha. (C.R.O.)

Não é muito difícil, eu sempre tive dificuldade é com matemática, o resto não, em espanhol não tenho dificuldades. Eu fico toda atrapalhada, às vezes eu deixo ate de mão, eu não tenho quem tire a minha dúvida, mas tem algumas palavras escritas que fica complicado, quando eu não entendo, quando eu não consigo escrever as palavras. Eu ligo o radio de manhã e escuto (M.E.C.S.)

A minha maior dificuldade é o período do tempo que é das 05.h até 07.h que nem dia de hoje que é de 05.h até as 7.h, daí da quarta etapa aí fica bem na hora de fazer a janta, a minha dificuldade e esta, aí o marido chega, “tu já fez a comida? Aí menino chega tô com fome, você acaba de dar comida pra ele mas ele chega dizendo que tá com fome, aí você fica doida, doida, doida, não sabe que explicação você pega, mas eu não tenho dificuldade nenhuma, só o dia-a-dia de casa bem nessa hora que é a hora que moleque e marido atrapalha. (C.R.O.)

As dificuldades presentes no cotidiano das alunas estão diretamente ligadas ao lugar onde vive, para Freire,

Somente uma escola centrada democraticamente no seu educando e na sua comunidade local, vivendo as suas circunstâncias, integrada com seus problemas, levará os seus estudantes em uma nova postura diante dos problemas de seu contexto: a da intimidade com eles, a da pesquisa, em vez de mera, perigosa e enfadonha repetição de trechos e de afirmações desconectadas das suas condições mesmas de vida. (FREIRE, 1986, p. 37)

Para Freire (2000, p.120) o conhecimento se cria, se inventa, reinventa, se aprende. Conhecimento se faz. O aluno conhece na medida em que, apreendendo a compreensão profunda do conteúdo ensinado, o aprende. Aprender o conteúdo passa pela prévia apreensão do mesmo. Para apreender os conteúdos as alunas utilizam diferentes locais para concentrar nas aulas ministradas pelo rádio, destaco aqui alguns:

Pelo rádio não tem necessidade de colocar uniforme, quando eu chego da escola do meu filho às 4 horas eu penteio o cabelo pra assistir aulas eu sento no sofá e coloco o livro na coxa, uso meus livros, meus lápis, caneta e minha borracha, se eles passarem

trabalhos pela internet, eu não pesquiso porque não tem, a gente aproveita para resolver um problema, e o mais difícil é pesquisar no dicionário, a comunidade é pobre não tem essa oportunidade. (R.R.S.)

No dia-a-dia, como as minhas duas meninas estudam na cidade, faço comida, meio- dia coloco as meninas pra dormir e acabo dormindo também, quando a gente não vai pra roça fica dormindo, até umas 3 horas eu tô livre, aí faz café, lava a louça, varre casa, o que tiver, das 4.30 pra lá é que aperta tudo, já vou arrumar menina, botar menina pra comer, aí eu pego o meu material e deixo em cima da mesa, já pego o rádio ou o celular pra escutar ió e nós começa, aí tô escutando, aí nesta hora que eu estou escutando, vem marido que quer comida, é pra banhar menina que menina se sujou, e menina gritando eu tô com fome e o pau tora e o rádio no meu ouvido ligado, aí assim eu vou estudando e assim eu tô indo. (C.R.S.)

Eu faço tudo, tô ouvindo a aula, tô lavando a louça, paro e faço o exercício, Tem uma resposta, eu tô lavando roupa, se der dor de barriga eu vou pro banheiro, eu procuro e chamo o meu filho – Carlinho? ele diz o que é mãe! Aí eu sei que ele tá por perto, às vezes tô na mesa assistindo televisão, quando tô com preguiça querendo ver negócio de televisão, meu marido me empurra e diz vai pro teu colégio! Aí pego os meus livros e cadernos sento aqui na mesa e vou estudar...gosto muito de estudar pelo rádio...(N.C.)

Eu costumo estudar na mesa da sala... é onde eu coloco o rádio, o rádio às vezes não pega, ele só a educadora, aí eu dou umas porradas aí ele funciona, (RISOS) as vezes quando eu não tenho coisa, eu faço a janta dos meninos cedo e eu me sento ali de cinco e meia até seis horas que é a hora que começa as aulas.... fico lá escutando e prestando atenção no que o professor fala, os meninos não me perturbam não! (O.C.S.S.)

Fotografia 17: Alunas estudando pelo rádio em suas casas



Fonte: Acervo pessoal

Com relação à vida na comunidade as alunas costumam realizar outras atividades, além do trabalho na roça, participam de diversas atividades, tais como;

Não tem nada pra fazer, eu não vou a festa, e não gosto de ir pro campo, ou na igreja, mas só quando tem festejo eu vou na evangélica, tem um rio chamado curral do meio em vez de cansar minha pernas fico aqui mesmo, vou na casa das minhas irmãs, da mamãe? (R.R.S.)

O bom que a gente mora perto do campo, da escola, no final de semana tem jogo, a gente tem o nosso time das mulheres, quer dizer que tem os times que jogam, as meninas queriam treinar hoje à tarde não sei se elas vem...domingo passado teve (O.C.S.S.)

Bem no final de semana eu vou pra igreja, sou da igreja evangélica eu e meu marido, às vezes tem culto quando tem aula, ai eu não vou pra não perder a aula, ou quando dá vou com a vizinha aqui de perto, no domingo de manhã eu vou na casa da minha mãe, vê como ela tá, mas na maioria das vezes eu fico em casa. (N.C.)

Quero aprender a ler e escrever, disse um analfabeto de Recife, a Freire, “para deixar de ser sombra dos outros”, o desejo de estudar e de não querer ser sombra de alguém é perceptível, no entanto, pelo fato de estarem estudando pelo rádio quis saber se elas sentem falta das aulas oferecidas na cidade em escola de ensino regular, discorro aqui suas respostas,

Se tem um aluno que estuda na escola regular e ruim ai depois ele passa a estudar pelo rádio e ruim pra se adaptar, o difícil e aceitar que ali tem aula, que ali atrás do rádio tem um professor, depois de muito tempo a gente se acostuma, no início e difícil... assim, como o aluno da escola regular tem dificuldade, minhas sobrinhas que estudam pra Bragança quando não pagam o ônibus são prejudicados, ou quando tem greve, pelo rádio não teve a greve a aula não parou, a gente estuda normal, só não passa quem não estudou os professores não são culpados, no meu caso eu não estaria estudando, eu não ia sair daqui pra ir pra escola na cidade, porque mãe de família, pessoas que já tem filho, as pessoas tem vergonha de ir pra cidade porque tem vergonha de dizer a série em que parou (R.R.S.)

Acho que seria difícil estudar pra cidade, na escola de lá porque, são quatro meninas, e pra mim ir, como de noite começa sete e pouco, o ônibus passa aqui umas seis e meia pras sete, e não tem como eu pegar esse horário pra mim ir e também de lá pra cá o transporte tem que vir meia noite e as vezes a aula termina dez, onze, aí não tem como, aí eu prefiro estudar pelo rádio até esse tempo, agora e se der certo eu me formar, ai eu vou ter que esperar até elas crescerem pra mim seguir porque elas já tão maior e podem se cuidar um pouco, agora assim pequeno não dá. Eu já me acostumei a me sentar, porque já foram três anos nesta arrumação, já perdi o costume de tá na escola basta só a gritaria das minhas meninas, leva bronca de professor não, deixa eu ficar em casa, o professor fala lá e eu estou

aqui escutando, aí eu só vou levar bronco na aula de reforço quando eu vou lá se eu errar, olha dona Camila, é assim, assim, assim, agora na sala não, se tu levar bronca os outros alunos vai e ri e... , não ixi eu sou muito vergonhosa não pareço, mas sou muito vergonhosa. (C.R.O.)

Eu não volto a estudar no colégio, eu incentivei minha sobrinha a estudar pelo rádio, fui lá com ela e se matricular, eu incentivo a vizinha que tem uma filha que tá dando dor de cabeça, e eu falo pra ela matricular ela na radio, as pessoas pra se matricular pela radio, se for pra da nota pra colégio eu não dou, eles dão mais apoio, no colégio ele tem muita violência, racismo meu filho tem problema, e se ele quiser estudar pelo radio eu vou matricular, porque não tem racismo. (N.C.)

Eu já estudei lá em Bragança, tava estudando no Caíque, se eu não tivesse nenê, eu já tava no terceiro ano, como eu tô parada, eu fico pensando, mas não vou pra escola lá da cidade porque os ônibus não leva a gente, porque eles não param pra levar a gente, mesmo dizendo que nós somos estudante, e aí na escola eu ia chegar atrasada e os professores não iam aceitar...(D.S.A.)

Lá na Flexeira, tem até a oitava série na escola. É porque pelo rádio a gente tem mais tempo pra trabalhar, se eu estudar na Flexeira, tenho que sair de manhã, voltar meio dia, tem que sair cedo e só chegar meio dia, e se for a tarde, eu saio uma hora só chego a noite, e pelo rádio tenho o dia todo, seis horas começa.(M.E.C.S.)

Freire (2001) ressalta que o sonho pela humanização, pela concretização é sempre processo, e sempre devir, passa pela ruptura das amarras da lei, concretas, de ordem econômica, política, social, ideológica, etc., que nos estão condenando à desumanização. O sonho é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanentemente na história que fazemos e que nos faz e refaz. No que diz respeito às suas perspectivas para o futuro, sobre como o ensino através do rádio vai contribuir para a vida delas foi me dado as seguintes respostas,

Eu quero terminar o ensino médio, porque parei por três anos, mas na frente eu penso em dá um futuro melhor pro meu filho, eu sei que tenho que continuar a estudar. (D.S.A.)

O meu foco é concluir o ensino médio, eu não concluí o fundamental, eu sempre morri de vergonha, quando eu ia em alguns lugares que precisa eu ir, que me perguntavam para assinar papel eu falava baixinho pra eles não ouvirem, hoje não tenho mais, e eles diziam você é bem entendida poderia dar continuidade nos seus estudos, eu falava: - eu pretendo! Graças a Deus, hoje eu posso, essa aula pelo rádio ajuda muito. (R.R.S.)

A pesquisa de campo revelou que podemos destacar as diversas práticas de escolarização que vêm sendo realizadas no país vinculadas ao conceito de educação do campo, com o objetivo precípua de trabalhar a partir da realidade do aluno considerando as demandas e as necessidades locais em que está inserido.

No entanto, em contraposição a um modo tradicional e refratário às mudanças, a educação no campo e/do campo, segundo Caldart (2002), relaciona-se a uma reflexão pedagógica que surge das diversas práticas de educação desenvolvidas no campo e/ou pelos sujeitos do campo é uma reflexão que reconhece o campo como lugar onde não apenas se reproduz, mas também se produz pedagogia, reflexão que desenha traços do que se pode constituir como um projeto de educação ou de formação dos sujeitos que ali vivem.

Dessa forma, como aponta Portes, Campos e Santos (2008), os elementos pontuados para a caracterização da educação rural e da educação do campo demonstram que os dois conceitos se distanciam um do outro, uma vez que apresentam visões dicotômicas nas formas de pensar o campo, a educação e seus sujeitos. Para Vidal (2009, p. 30), longe de querer desconhecer e desconsiderar a força dos elementos estruturantes da escola na sua constituição e consolidação como instituição social, faz-se interessante igualmente reconhecer e valorizar as alterações que foram sendo inseridas no cotidiano escolar, seja pelas iniciativas das políticas públicas, sejam pela ação dos sujeitos escolares. Sendo assim, não obstante a forma escolar constituir em uma forma homogênea e dominante da socialização, ela comporta também um lugar de fronteira cultural, de zona de contato, uma vez que a cultura escolar pode ser percebida como uma cultura híbrida.

As diretrizes contidas no documento do MEC/SETEC (Brasil, 2009) atendem, em parte, as reivindicações do movimento social do campo, que defende uma educação do meio rural, voltada pelos interesses e necessidades dos sujeitos sociais que os constituem. De acordo com Arroyo, Caldart e Molina (2004), nas últimas décadas, os movimentos sociais vêm pressionando o estado e os diversos entes administrativos a assumirem suas responsabilidades, para garantir escolas, profissionais, recursos e políticas educativas capazes de configurar a especificidade da Educação do Campo (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p.14), o campo é concebido como um espaço “diversificado” e produtor de cultura. A educação nesse

contexto tem a capacidade de recriar ou aprimorar a cultura de campo, porque nela se renovam os valores, atitudes, conhecimentos. Ela instiga a “recriação” das identidades dos sujeitos na luta pelos seus direitos sociais, possibilita a reflexão nas práxis da vida e da organização social do campo, buscando saídas e alternativas ao modelo de desenvolvimento rural vigente.

Com base em Arroyo, Caldart e Molina (2004), a educação é uma necessidade básica que não deve ser negada e silenciada para a população rural brasileira, já que ela pode ser uma das alternativas de conscientização e de fortalecimento dessa camada social. Na perspectiva do movimento social é importante destacar que a educação do campo ocorre em espaços escolares e não escolares. Ela realiza-se na organização das comunidades e envolve saberes, métodos, tempos e espaços diferenciados. Pensar em uma educação do campo, significa pensar em uma escola sustentada na valoração das experiências de vida humana e respeito às diferenças (Diretrizes Operacionais, 2001).

Apesar do rádio, ser o recurso utilizado para continuar sua escolarização, o SERB serve como mediador do conhecimento das alunas da EJA, mas que não leva em consideração o meio no qual as alunas vivem. Os educandos não são percebidos pela maioria como sujeitos no caso do “campo”. Motivos que envolvem tanto o interesse de um contexto político, quanto pela dificuldade em construir uma proposta que realmente esteja voltada para a realidade dos alunos nas comunidades nas quais vivem. Freire (1991) defendia uma educação que pudesse levar à conscientização. Trabalhar a partir da realidade e da vida cultural das organizações populares constituía o fundamento pedagógico da proposta educacional, na alfabetização de jovens e adultos.

A escola do campo oferece uma infinidade de possibilidades curriculares. A preocupação com a formação dos sujeitos do campo, a formação dos professores, a participação destes nas formulações do conteúdo escolar, as propostas e políticas direcionadas a escola do campo, e que evidenciam discussões, encontros, seminários, imbuídos de uma perspectiva de educação em cooperação, vem demonstrando a responsabilidade social que parte do envolvimento dos sujeitos numa ação conjunta entre escola e comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas linhas finais dessa dissertação, reconstituo o motivo propulsor dessa pesquisa os saberes das alunas da Educação de Jovens e Adultos que moram no Campo adquiridos via sistema radiofônico. O estudo e as reflexões presentes nessa pesquisa pretendem de algum modo, contribuir para pensar como ocorre a educação de jovens e adultos, que segundo o parecer nº11/00 do CNE representa uma dívida social não reparada para os que não tiveram acesso ao domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, essa função reparadora da EJA proporciona ao adulto a possibilidade de estar em pé de igualdade numa sociedade que, muitas vezes, marginaliza e exclui esses indivíduos. Através do rádio as alunas têm acesso a conhecimentos, no entanto, necessitam de projetos pedagógicos específicos para a turma de EJA, que devem ser pensados de maneira que possam contemplar o multiculturalismo e que sejam capazes de valorizar e reconhecer a complementaridade entre os saberes acadêmicos e os informais propostos nas aulas, bem como a experiência de vida e as diferenças entre as formas de conhecimentos (SANTOS, 2005).

Nesse processo, o professor tem um papel fundamental, que não é o de transmitir só conhecimentos, mas atuar como mediador do processo de construção do conhecimento, utilizando um "método que seja ativo, dialógico, crítico e criticista" (FREIRE, 1979) apesar de ser difícil esse contato com os alunos e alunas pela distância entre os municípios e a quantidade de alunos no qual o sistema absorve essa possibilidade de interação entre docente e discente enquanto favorecimento do processo de ensino aprendizagem na maioria das vezes acontece somente via rádio, através das aulas. A necessidade de investir na qualificação de docentes que trabalham na educação de Jovens e Adultos é de suma importância para que se evite que eles reproduzam sem suas aulas os métodos usados com alunos do curso tradicional.

Não deve ser apenas a certificação ou o treinamento para o mercado de trabalho; deve, sim, oferecer formação profissional continuada, deve possibilitar uma formação geral do indivíduo, dando a ele o direito de entender e intervir na sociedade na qual está inserido, o direito de torna-se cidadão. Para FREIRE (1979),

esta é uma das funções da educação dirigida a jovens e adultos; ela humaniza o homem.

É notório ainda ressaltar que as alunas da EJA, são alunas das comunidades do meio rural denominado atualmente como campo, em sua maioria agricultoras que além de estudar pelo rádio, ajudam seus maridos na roça, fato esse vivenciado pelas alunas como forma de subsistência ou para adquirir outros alimentos e até mesmo vestuário.

Essa função social e cultural da escola deve ser enriquecida na medida em que se articula organicamente com a dinâmica social e cultural do campo e de seus movimentos. Se a escolarização não é toda a educação a que temos direito, ela é um direito social e humano fundamental. Mas estamos falando de uma educação e de uma escola vinculada a interesses e ao desenvolvimento sociocultural dos diferentes grupos sociais que habitam e trabalham no campo. Quanto mais se afirma a especificidade do Campo mas se confirma a especificidade da educação e da escola do campo. Mas se torna urgente um pensamento educacional e uma cultura escolar docente que se alimentem dessa dinâmica formadora. Também mais se afirma a necessidade de equacionar a função social da educação e da escola em um projeto de inserção do campo no conjunto da sociedade. (ALVES, 2009, p. 142.)

Apesar do SERB, enquanto prática educativa voltada para a educação de Jovens e Adultos nas comunidades do campo ter características inovadoras chegando a esses sujeitos através do rádio, ainda é insuficiente à medida que tal sistema não é reconhecido como prática campesina pela SEDUC e pelo próprio sistema como uma educação do campo, ou como é entendida a partir das Diretrizes Operacionais para a educação do campo, que uma educação que seja do campo e para o campo deve observar a heterogeneidade dos sujeitos e suas reais necessidades, bem como a diversidade dos espaços e dos contextos em que se encontra cada meio onde se pretende implantar uma escola.

No entanto, não se pode negar que a experiência educativa via rádio seja negativa, o sistema tem avançado significativamente, principalmente no que diz respeito a oferecer o ensino médio, apesar de ter certos limites que no momento necessitam ser superados. É claro que a ideia não é transformar os professores em camponeses porque não seria viável, mas a proposta seria acompanhar o movimento de Educação do Campo para em seguida implementar na sua prática

educativa um currículo que parta da história de vida dos sujeitos, a organização dos saberes,

Quando dizemos Por uma educação do Campo estamos afirmando a necessidade de duas lutas: pela ampliação do direito à educação e à escolarização no campo; e pela construção de uma escola que esteja no campo, mas que também seja do campo: uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, a cultura, e as causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não um mero apêndice da escola pensada na cidade, uma escola enraizada também na práxis da Educação Popular e da Pedagogia do Oprimido.(ALVES, 2009, p. 111)

Alves discorre a educação do campo não como lei a ser seguida, mas como a necessidade do direito a uma educação de qualidade no campo e uma escolarização com a “cara” do campo. Não basta postular no papel ações, mas sim oferecer condições para que as mesmas sejam desempenhadas com o máximo de qualidade possível, acredito que seja necessário que o sistema se adeque a uma realidade de educação do campo, tais como: formação continuada para os professores que atuam com os alunos do campo, pois seria um espaço de problematização da experiência e angústias pedagógicas vividas, um espaço de trocas e de construção de novos conhecimentos educacionais e de apropriação de conteúdos escolares. Os conteúdos necessitam ser elaborados a partir da realidade dos alunos, da comunidade, “temas essenciais para o dia a dia do educando”, não fazem referência a conteúdos como: lixo, água, limpeza, atividades econômicas, meio ambiente, família, classes sociais, direitos e deveres das comunidades, dentre outros. Temas que focassem na preocupação com o sentido do conteúdo/conhecimento para a vida do aluno, embora fundamentados nas orientações curriculares locais ou nacionais. Construção de projetos escolares que estejam relacionados a comunidade ou localidade; trabalho com hortas, datas comemorativas, conservação da água, plantio da roça, etc. Os projetos escolares são aqueles que podem ser desenvolvidos ao longo do ano, por um ou mais professores, envolvendo a comunidade. Percebemos que a preocupação pela formação da consciência, da cultura camponesa não estão presentes junto aos diretores e corpo pedagógico das escolas de municípios, estados, que poderiam desenvolver projetos de educação do campo, respeitando a realidade em que estão inseridos.

Apesar dos avanços em vários aspectos, a exemplo de leis, métodos pedagógicos e ou materiais didáticos, ainda há muito que se construir para que se tenha uma educação de qualidade também para os cidadãos que vivem no campo.

Enfim, nosso estudo apresentou apenas uma pequena mostra do universo educativo tão abrangente e complexo que é a educação de Jovens e Adultos numa perspectiva de educação do Campo oferecida por um Sistema Educativo Radiofônico que apesar de inúmeras dificuldades permanece a mais de meio século educando. Conforme nos relata Freire;

A escola pública que desejo é a escola onde tem lugar de destaque a apreensão crítica do conhecimento significativo através da relação dialógica. É a escola que estimula o aluno a perguntar, a criticar, a criar; onde se propõe a construção do conhecimento coletivo, articulando o saber popular e o saber crítico, científico, mediados pelas experiências no mundo (2000, p.83)

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALVES, Gilberto Luiz (Org.) **Educação no Campo: Recortes no Tempo e no Espaço**. Campinas. São Paulo: Autores associados, 2009.

ALVES, Luiz Gilberto (org), **Educação no Campo e no espaço**. Campinas, SP: Autores associados, 2009.

ARAÚJO, Ismael Xavier de, SILVA, Severino Bezerra da **Educação do Campo e a formação sociopolítica do educador**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

ARROYO, Miguel: FERNANDES, Bernardo M. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Vol. 2. Brasília. BF: articulação nacional por uma educação básica do campo, 1999. 2006 -2004.

_____, Miguel Gonzalez, CALDART Roseli Salete, MOLINA, Monica Castagna (Organizadores). **Por uma Educação do Campo**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2ª Edição. 2004.

BAHNIUK, Caroline: CAMINI, Isabela. Escola Itinerante. In CALDART, Roseli Salete: PEREIRA, Isabel Brasil: ALENTEJANO, Paulo: FRIGOTTO. Gaudêncio. (2012) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.

BALEEIRO, Aliomar e SOBRINHO, LIMA, Barbosa. **Constituições Brasileiras, 1946**. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Etnográficos, 2001.

BENJAMIN, Walter. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. In. **Magia e técnica, arte e política**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo**. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Brasília, 2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/CNE_EAD_EJA_/PA_CEB_11_00.pdf. Acesso em: 08 de maio 2014.

BRASIL, Lei nº 9394/96, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez.1996. p. 27833. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis9394.htm. Acessado em vários dias

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner.5. ed. Rio de Janeiro: Bertrnd Brasil, 2007.160 p.

BRAGANÇA, Guia turístico. **400 anos de história**, a cidade mais antiga da Amazônia. s ano.

BUFFA, Ester e NOSELLA Paolo. **A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea**. São Paulo: Cortez, 1991, capítulo 4, O debate novamente reprimido: 1964-1984. 1994

CALDART, Roseli Salete, Educação do Campo. In Caldart, Roseli Salete: PEREIRA, Isabel Brasil: ALENTEJANO, Paulo FRIGOTT, GAUDÊNCIO. (2012) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.

CALDART, R. S. (2004). **Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção**. In M. G. ARROYO; R. S. CALDART & M. C. MOLINA (orgs) 2ª edição. Petrópolis: Vozes, pp. 147-160. 2005.

CALDART, Roseli Salete, (Org.) FETZNER, Andéa Rosana, RODRIGUES, Romir, FREITAS, Luiz Carlos, **Caminhos para Transformação da Escola: reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular,2010.

CNE/CEB. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução CNE/CEB Nº1, de 03 de Abril de 2002. RJ: Vozes, 1998.

CAPUCHO, Vera, **Educação de Jovens e Adultos prática Pedagógica e fortalecimento da cidadania**,1ª Edição. São Paulo:Cortez,2012.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil: leitura crítica compreensiva artigo a artigo**. Petrópolis.2000

COLARES, Teresinha. **Presente em Nossa Vida**, Brasília – DF. Centro Gráfico do Senado Federal, 1988, Vol. I e II.

_____ **O Missionário Feliz, Paragominas-PA**. Ed. São Marcos, 1997

COMILO, Maria Edi da Silva. A construção coletiva da escola: a Escola Chico Mendes e sua História. In: ANGHINONI, Celso; MARTINS, Fernando José (org.) Educação do campo e formação continuada de professores. Porto Alegre; Campo Mourão: EST Edições ; FECILCAM,2008.

Constituições Brasileiras, 1997. Vol. Via/Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Etnográficos, 1999.

DIOCESE DE BRAGANÇA-PA. Anuário 60 Anos de Caminhada, 1990.

_____. Caminhando. Informativo da Diocese de Bragança, nº 15,

DURKHEIM, Émile. **Sociologia e Filosofia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.

ERGUITA, Mariano Fernandez. A face oculta da escola: Educação e Trabalho no Capitalismo. Artes Médicas, 1989.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA; et al.(orgs.). Dicionário crítico feminino. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 67-76.

Ensinar e Aprender na Educação do Campo: Processos Históricos e Pedagógicos em relação. Clésio Acilino Antônio, (UFRGS) Marizete Lucini, (UNICAMP)

Educação e Movimentos Sociais do Campo: retratos da realidade das escolas multisseriadas no Pará. Salomão Muffarej Haje (Centro de Educação da UFPA)

Educação do Campo: **Um olhar Panorâmico**. Eliene Novaes Rocha (UFB). Joana Célia dos Passos (UFSC). Raquel Alves de Carvalho (UNIMEP)

FAVERO, Osmar, RIVERO José. **Educação de Jovens e Adultos na América Latina: direito e desafio de todos**. Brasília: Moderna. 2009.

FREIRE, P. Educação e Mudança. São Paulo: Paz e Terra, 30ª ed. 2007.

_____ **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**, 14. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____ **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____ **A Educação na Cidade**; prefácio de Moacir Gadotti e Carlos Alberto Torres; notas de Vicente Chel. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____ Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

HAGE, Salomão M. Editorial. *Comunica* multissérie. Belém, Pará; Ano I, n. 1, fev. 2004.

_____ Salomão Mufarrej. **Educação do Campo na Amazônia: retratos das escolas multisseriadas no Pará**. BELÉM. Gráfica e Editora Gutenberg Ltda. 2005.

GHEDIN, Evandro (Org.) **Educação do Campo**. 1ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

GÓMEZ VARGAS, Héctor. **Los usos sociales de la radio** – que no pare la musica. In: *Estúdios sobre las culturas contemporâneas*, n. 16/17. Editorial Programa Cultura Universidade de Colima, 1994.

HERRERA, Karolyna Marin, Uma análise do trabalho da Mulher através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. Acessado no dia 20 de janeiro de 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Vértice, 1990.

KOLLING, Edgar Jorge (org.). **Por uma educação básica no campo**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. 2005

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes (Org.) **Educação de Jovens e Adultos, Diversidade e o Mundo do Trabalho**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas, SP: Ed Unicamp, 1996, p.423

MARTINS, Alves Araci (Org.) MARTINS, Maria de Fátima Almeida, ROCHA, Maria Isabel Antunes. **Territórios Educativos na Educação do Campo: Escola, Comunidade e Movimentos Sociais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012

MOLINA, Mônica Castanga e JESUS, Sônia Meire Azevedo de. **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

MOL, Jaqueline, **Educação de Jovens e adultos**. Org. SANTANNA Sita Mara Lopes. Porto Alegre: Mediação, 2011.144 p.

MONTENEGRO, Antônio Torres, **História oral e memória a cultura popular revisitada**. 6ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo. Contexto, 2013.

MESQUITA, L.A.P. de. **O Papel das mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás, Catalão (GO)** 2013.

OLIVEIRA, José Ribamar Gomes de, **Conhecendo Bragança. Associação Sócio – cultural e Recreativa de Bragança**. Ascubra, Bragança: 2005.

_____, José Ribamar Gomes de, **O Missionário Barnabita**.1ªed. Bragança,2003.

Políticas Públicas em Educação Ribeirinha na Amazônia: **A Contribuição das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo no Pará**. Oscar Ferreira Barros (UFPB)

PANTOJA, Francisca. E o Negro Abriu o Caminho-UFPA-TCC-1992.

PARO, V. H. Parem de. **Preparar o Trabalho! Reflexões acerca do Neoliberalismo Sobre A Gestão e Papel da escola**. In: FERRET,C.j.Trabalho, Formação, Currículo: para onde vai a escola. São Paulo: Xamã, 1999.

PAULILO, M. SILVA, C. **A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz**. In: Revista de ESTUDOS Femeinistas. Florianópolis, 2007.15(2) p.240

PALUDO, Conceição, CALDART, Roseli Salete, **Como se formam os Sujeitos do Campo? idosos, adultos, jovens, crianças e educadores**. Brasília: NEAD, Jonhannes Dool. 2006.

PASSADOR, Cláudia Souza. **A educação rural no Brasil: o caso da escola do campo do Paraná**. São Paulo: Annablume, 2006.

PEREIRA, Benedito César. **Sinopse da História de Bragança**, p. 48, 1966.

PHILIPPE, Joutard. **Desafios à História oral no Século XXI**. In: Marieta de Moraes Ferreira et.al.(org.), História Oral desafios para o século XXI. Rio de Janeiro : Fiocruz, Casa Oswaldo Cruz,CPDOC,FGV,2000,p.31-45.

O BRAGANTINO, Jornal, nº 96 e 97 de 05.10.1940.

PINHEIRO, Maria do Socorro, **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**, socorrodias10[arroba]yahoo.com.br. Acessado em 23 de setembro de 2013.

PORTAL. MEC.GOV. BR, Acessado no dia 28 de setembro de 2013.

PRELAZIA DE NOSSA SENHORA DO GURUPI, Bragança-PA, Atas das Consultas e Registros da Prelazia, Livro de Tombo nº I-, 1930-1947.

PRELAZIA DO GUAMÁ, Bragança-PA, Livro de Tombo nº II, 1947-1964.

PRELAZIA DO GUAMÁ, Bragança-PA, Livro de Tombo nº III, 1957-1970.

_____. Cartas Circulares de D. Eliseu Coroli, 1940-1945.

RIBEIRO, Marlene, **Movimento Camponês, Trabalho e Educação Liberdade, Autonomia, Emancipação: Princípios/ Fins da Formação humana.** 1ª edição São Paulo: Editora Expressão Popular. 2010.

ROCHA, HAGE. **Escola de Direito: reinventando a escola multisseriada.** Belo Horizonte: Autentica 2010.

ROMÃO, José E. (Org.) GADOTTI, Moacir. **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta.** 12ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: Fundamentos Históricos e Ontológicos. Revista Brasileira de Educação, v,12, n 34, jan. /abr.2007. Disponível em: <<http://educacao.uniso.br/peletivo/Bibliografia/SAVIANI-Dermeval-Trabalho-e-educacao.pdf>>. Acesso em 25 de março de 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) Semear outras soluções. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SERB, O Pioneiro em Telecomunicação na Amazônia. O que é, O que faz?

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, L. H. (2003). **As Experiências de Formação de Jovens do Campo: Alternância ou Alternâncias?** Viçosa: Editora UFV.

CANDAU, V. Mª F. Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios. In: _____. (org.). Cultura(s) e educação. Entre o crítico e o pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SILVA, Gabriela Bernardes, **A Mulher na produção Rural Familiar: A Comunidade Tambiocó no Município de Catalão (GO)**

SOARES, Ed. ALBUQUERQUE, Mabel Black. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. (2009). **Educação do Campo: a escola do campo** a cultura do trabalho no mundo da infância e Adolescente em Pernambuco. Recife: Editora da UFPE.

SOUZA-Lobo, Elizabeth. A classe operária tem dois sexos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, 1995. 20 (2)p. 71-99.

TEDESCO, J.C.(Org) **Agricultura familiar: Realidades e perspectivas**.3. ED. Passo Fundo: UPF, 2001.405 p.

_____, J.C. Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.331p.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado. História Oral**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2000

TORRES, Janete. **História da Congregação das Missionárias de Santa Teresinha**, Bragança-PA, 1997.

UNESCO. Declaração de Hamburgo. In : CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE JOVENS E ADULTOS (CONFITEA), 5, 1997, Hamburgo. Anais eletrônicos. Hamburgo: CONFITEA,1997. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000006.pdf>. Acesso em: maio 2014.

VIDAL, Diana Gonçalves. **No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares**. Revista Currículo sem Fronteiras, v.9, n.1, p. 25- 41, jan./junh.2009

ZUMTHOR. **A letra e a voz: a literatura medieval**. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Amálio Pinheiro. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

ANEXOS

RÁDIO EDUCADORA. - Histórico - : O Padre Miguel contou como alcançou no Rio a aprovação do canal da Rádio Educadora.

COMUNICAÇÕES: é urgente iniciar os trabalhos, sendo que também a Rádio Alvorada de Bragança já foi aprovada. A urgência nasce do facto que esta segunda fará concorrência comercial. Precisa chegar primeiro em tudo.

ESCOLAS RADIOFÔNICAS: A organização da Escola radiofônica é no modelo da de Natal, com algumas modificações.

Pergunta-se aos Padres; é melhor uma escola noturna ou de manhã cedo? O Padre Miguel encontrou muitas desvantagens na escola noturna; porém fica esperando o parecer dos Padres.

Rádio Educadora deveria entrar no ar no mês de maio. Mas a escola radiofônica irá começar efetivamente no março de '61.

Já foi fechado o contrato dos rádio-captivos. Conforme as cláusulas do contrato ficou combinado que aqueles que comprarem o rádio antes do mês

de maio a prestação é de Cr\$ 2.000,00; de maio para dezembro, Cr\$

12/xi Inauguração da RADIO EDUCADORA

Presentes as autoridades civis, as representações das rádios transmissoras de Belém, o pessoal da Educadora e outras pessoas convidadas, às 7.00 hs. da noite, o Ex. mo e Rev. mo sr. Arcebispo de Belém, D. Alberto Jordânico Ramos deu início à cerimônia, leu as bases e as máquinas e, grandemente emocionado, lançou pela rádio a primeira mensagem.

Em seguida a sua saudação e agradecimento o P. Régis M. Giambelli organizador e superintendente, explicou aos presentes e aos ausentes o motivo da forçada ausência de D. Eliseu.

O coro S. Cecília lançou pela primeira vez suas vozes por todo o Pará e parte ainda do Brasil. Diretor o P. Vitaliano M. Vári.

A noite foi transmitido o show, ao qual concorreram também companhias artísticas radiofônicas da cidade de Belém.

SISTEMA EDUCATIVO RADIOFÔNICO DE BRAGANÇA-SERB

Foi organizado em 1960. Sua atividade primordial sempre foi o ensino primário através da Rádio, tendo como alunos pessoas adultas reunidas em radiopostos e auxiliadas por monitores.

Nestes 27 anos de ininterruptas atividades os alunos que se matricularam nas "Escolas Radiofônicas" foram mais de 100 mil, várias centenas dos quais conseguiram terminar com proveito a 8ª série.

Durante longos anos o SERB se dedicou também à orientação profissional dos jovens e adultos do meio rural. E, realizou outrossim maravilhosas iniciativas no Setor de Animação das Comunidades.

Com o surgir da EFAC, o SERB voltou a concentrar suas atenções no ensino radiofônico

A Equipe atual do SERB consta dos seguintes elementos:

Presidente: o Bispo Diocesano

Coordenador: José Gonçalves da Silva

Diretora do Ensino Radiofônico: Irmã Elisa Maria Toseli

Professoras:

- Ana Maria de Sousa Araujo
- Carmem Lúcia M. da Silva
- Clara Orminda da Silva Matos
- Inã Maria Marques da Silva
- Margarida Maria R. da Costa
- Maria da Silva Rosa
- Maria da Costa Moura
- Maria do Socorro S. Queiróz
- Maria José Alves da Silva
- Maria Letice Campêlo da Silva

HISTÓRICO DAS ESCOLAS RADIOFÔNICAS

PRELAZIA DO GUAMÁ

Em 1961 teve início as Escolas Radiofônicas da Prelazia do Guamá, através da Rádio Educadora de Bragança.

Funcionaram nesse 1º ano 75 escolas espalhadas nos municípios de Bragança, Ourém, São Domingos do Capim e São Miguel do Guamá. As aulas eram irradiadas das 18,30 às 19,30 horas e ministradas por professoras normalistas. Nesse 1º ano foram alfabetizados cerca de 1.000 adultos e adolescentes. As escolas funcionavam em capelas, residências particulares ou de monitores, que são pessoas encarregadas, em cada escola da orientação, trabalho este que fazem a título de cooperação sem nenhuma remuneração.

Em 1962 já contava-se com 362 escolas e 6.200 alunos.

Em 1963 esse sistema passou a abranger os municípios que nessa época compunham a Prelazia do Guamá e alguns da Arquidiocese de Belém, num total de 21 municípios e chegou ao número máximo / de escolas atingidas em toda a sua existência: 982 escolas com 10.580 alunos.

Em 1964 o número de escolas foi 604 com 8.753 alunos.

Em 1965 as escolas radiofônicas concluíam as 1ªs turmas de alunos que chegaram ao 5º ciclo. Nesse ano o total de escolas / era de 702 com 9.380 alunos.

Em 1966 o número de escolas foi 573 com 6.618 alunos.

Em 1967 o número de escolas foi de 512 com 5.397 alunos assim distribuídas :

Bragança.....	180	escolas	com	1.690	alunos
Augusto Corrêa.....	25	"	"	255	"
Irituia.....	39	"	"	469	"
Capitão-Poço.....	25	"	"	231	"
Santa - Maria - São Miguel....	38	"	"	396	"
São Domingos do Capim.....	65	"	"	384	"
Ourém.....	38	"	"	457	"
Vizeu.....	30	"	"	386	"
Arquidiocese.....	<u>72</u>	"	"	<u>1.129</u>	"
T O T A L	512			5.397	

Em 1968 o número de escolas foi de 240 com 2.753 alunos:

Atualmente em 1969 as escolas radiofônicas estão assim localizadas:

Bragança.....	160	escolas	com	1.740	alunos
Irituia.....	-			-	
Capitão-Poço.....	26	"	"	320	"
Santa-Maria - São Miguel	-			-	
São Domingos do Capim.....	21	"	"	187	"
Ourém.....	33	"	"	413	"

HISTÓRICO DO SISTEMA DE BRAGANÇA

- 1- O SISTEMA EDUCATIVO RADIOFÔNICO DE BRAGANÇA teve sua origem remota no dia 27 de janeiro de 1958, quando os Padres da Prelazia, numa reunião plenária que examinou os vários aspectos do assunto, aprovaram por unanimidade a organização do sistema.

Naquela oportunidade foi escolhido o Pe. Miguel M. Giambelli para coordenar todas as iniciativas necessárias para a realização do empreendimento.

Cada paróquia da Prelazia se prontificou a dar parte de suas economias para possibilitar a aquisição do equipamento da Rádio Educadora e dos primeiros 150 receptores cativos, destinados às escolas radiofônicas.

- 2- Para melhor se capacitar a respeito de seus novos compromissos o Pe. Miguel foi realizar dois estágios:

- um em Aparecida do Norte, onde permaneceu dez dias examinando a organização da Rádio Aparecida em todos seus departamentos: técnico, artístico, esportivo, administrativo e religioso;

- o segundo estágio o efetuou em Natal, ficando hóspede quinze dias na residência dos pais do Cônego Eugenio Sales, diretor do SAR (Serviço de Assistência Rural). Em Natal o Pe. Miguel teve oportunidades maravilhosas para estudar de perto toda a organização das radioescolas.

- 3- Em 15-12-1958 é aprovado o funcionamento da onda média da Rádio Educadora de Bragança.

- 4- Em 30-05-1960 é aprovado o funcionamento da Onda Tropical em 4.945 Kc/s.

- 5- Em 17-09-1960 Pe. Miguel organiza a primeira equipe central do SNEB que ficou assim constituída:

Diretor: Pe. Miguel; Secretária e professora-locutoras: Ir. Lygia Arcoverde de Melo; Tesoureira: Ir. Hortência Gama.

- 6- De 21 a 23 de fevereiro de 1961: Primeiro Curso de Motores, realizado na cidade de Irituia.
Nos dias seguintes o Pe. Miguel, com seus auxiliares, realizou cursos de motores nas demais cidades da Prelazia, treinando os monitores sobre o uso do receptor, a instalação da antena e as várias iniciativas que se fazem necessárias para dirigir uma escola radiofônica. Cada Pe. Vigário cooperou na solução dos problemas da hospedagem e da alimentação dos monitores.
- 7- 21-03-1961: O nosso Prelado, Dom Eliseu, vai a Brasília, a convite do Presidente da República, onde, juntamente com Dom José Távora, Dom Eugenio Sales e Dom Alberto Ramos, participa da assinatura do Decreto nº 50.370 que cria o MEB feita pelo Presidente Janio Quadros.
Dom Eliseu lá esteve representando o SERB, que naquela época era o Sistema pioneiro e único de toda a Amazonia Legal que atuava em teleeducação.
Esta circunstância colocou o SERB na posição de Sistema co-fundador do MEB.
- 8- 17-04-1961: às 18:00 hs., no estúdio artístico da Rádio Educadora, realizou-se a aula inaugural das escolas radiofônicas. Durante o ano de 1961 as escolas radiofônicas, que funcionaram regularmente nas várias paróquias da Prelazia, foram 108 com cerca de 1.500 alunos.
A primeira equipe de professores-locutores foi assim constituída:
- Ir. Lygia Arcoverde de Melo, lecionando português e matemática;
- Pe. Miguel Giambelli e Pe. Aloisio Neno: aulas de religião;
- Pe. Mário Ferrero: aula de orientação agrícola;
- Ir. Maria Bragança: aula de história.
- 9- No início de 1962 começamos a receber ajuda do MEB, sobretudo em receptores cativos Philips, que nos permitiram ampliar nossa rede de escolas radiofônicas, tanto que no ano letivo de 1962 tivemos 362 radiopostos com 6.200 alunos.
- 10- Em 1963 o nosso Sistema estendeu sua atividade também a algumas paróquias da Arquidiocese de Belém, num total de 21 municí